



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA POLITÉCNICA

DEPTº DE ENGENHARIA AMBIENTAL - DEA

MEPLIM

MESTRADO PROFISSIONAL EM
GERENCIAMENTO E TECNOLOGIAS
AMBIENTAIS NO PROCESSO PRODUTIVO

AURINÉZIO CALHEIRA BARBOSA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA DO PÓLO INDUSTRIAL DE
CAMAÇARI:
INFLUÊNCIA DO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO**



SALVADOR
2003



UFBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA POLITÉCNICA

DEPTº DE ENGENHARIA AMBIENTAL - DEA

**MESTRADO PROFISSIONAL EM GERENCIAMENTO E TECNOLOGIAS
AMBIENTAIS NO PROCESSO PRODUTIVO**

Rua Aristides Novis, 02, 4º andar, Federação, Salvador BA

CEP: 40.210-630

Tels: (71) 235-4436 / 203-9798

Fax: (71) 203-9892

E-mail: cteclim@ufba.br

Home page: <http://www.teclim.ufba.br>

AURINÉZIO CALHEIRA BARBOSA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA DO PÓLO
INDUSTRIAL DE CAMAÇARI:
A INFLUÊNCIA DO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Gerenciamento e Tecnologia Ambiental no Processo Produtivo, Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Célio Silveira Andrade

Salvador

2003

B238r Barbosa, Aurinézio Calheira,
Responsabilidade Social Corporativa do Pólo Industrial de
Camaçari: a Influência do Conselho Comunitário Consultivo /
Aurinézio Calheira Barbosa.--- Salvador-Ba, 2003.
146f.; il.

Dissertação (Mestrado em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais
no Processo Produtivo) – Departamento de Engenharia Ambiental
da Universidade Federal da Bahia, 2003.
Referências, Apêndices e Anexos.

1.Responsabilidade social – Aspecto ambiental 2. Indústria
I. Título.

CDD 363.73

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
ESCOLA POLITÉCNICA – DEPTº DE ENGENHARIA AMBIENTAL – DEA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO LIMPA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GERENCIAMENTO E
TECNOLOGIA AMBIENTAL NO PROCESSO PRODUTIVO

AURINÉZIO CALHEIRA BARBOSA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA DO PÓLO
INDUSTRIAL DE CAMAÇARI:
A INFLUÊNCIA DO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Gerenciamento e Tecnologia Ambiental
no Processo Produtivo

Salvador, 10 de setembro de 2003

Banca Examinadora:

José Célio Silveira Andrade _____

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia

Márcia Mara de Oliveira Marinho _____

Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade de East Anglia, Reino Unido.

Universidade Federal da Bahia

Luiz Fernando Seixas de Oliveira _____

Doutor em Engenharia Nuclear pela Universidade da Califórnia em
Berkeley

Pós-Doutorado no Laboratório Nacional de Brookhaven, New York, USA.

Det Norske Veritas - DNV

A Jesus e a Nossa Senhora da Vitória por ter me dado a vida e a capacidade de amar.
À Esther, minha esposa, por ter me apoiado em todos os momentos.
A Alã, Aline e Alice, meus filhos, por terem me levado a aprender a ensinar.
Aos meus pais que me ensinaram com muito amor.
Aos profissionais de SSMA, pelo prazer e pela dedicação no trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao professor orientador, José Célio Silveira Andrade, que, com muita objetividade e eficiência, mostrou-me o caminho mais curto para o desenvolvimento e aprendizado dessa missão tão difícil que é escrever uma dissertação. Isto contribuiu para o meu crescimento profissional e humano.

A Direção do COFIC pelo apoio, investimento na minha qualificação profissional e confiança no meu trabalho.

A minha esposa, meus filhos e meus pais por compreenderem, muitas vezes, as minhas ausências, e pelo estímulo, especialmente nos momentos mais difíceis.

Aos meus mestres, sempre dedicados e interessados em passar aos seus alunos o melhor ensinamento.

Ao professor Asher pela coragem e dedicação em buscar e incentivar a prática de Tecnologias cada vez mais Limpas na Produção Industrial, visando sempre a sustentabilidade ambiental, a ser perseguida sempre.

Aos membros do Conselho Comunitário Consultivo que com toda a simplicidade e sabedoria me ensinaram e desafiaram-me na busca da melhoria do nosso ambiente de trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem a finalidade de estudar a influência da relação indústria-comunidade, implantada no ano de 1994, pelo Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), no Pólo Industrial de Camaçari-BA (Pólo), com a criação do Conselho Comunitário Consultivo (CCC), que é uma experiência de Responsabilidade Social Corporativa entre o Pólo e as comunidades vizinhas, através do Programa Atuação Responsável. De forma pioneira no país, a indústria química brasileira investiu na construção de um relacionamento entre as indústrias do Pólo e a população residente no seu entorno, através da constituição de um CCC formado por representantes dessa população. Neste trabalho, foram avaliados os documentos relacionados à formação e ao funcionamento do CCC, além das observações *in loco*, feitas por este pesquisador, como agente ativo no processo. Inicialmente, fez-se uma revisão de literatura sobre o assunto e seus pontos de referências. Esta pesquisa exploratória serviu de fundamentação teórica aos processos de análise crítica sobre o funcionamento do CCC no período de 1994 a 2001 e seus respectivos rebatimentos sobre a gestão de SSMA no Pólo. Desenvolveu-se uma análise crítica quanto às influências desse Conselho sobre a gestão de Segurança Industrial, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional (SSMA) do COFIC no Pólo.

O Conselho Comunitário Consultivo tem oportunizado a ambas as partes (indústria/comunidade) o exercício da parceria e da convivência. O trabalho conclui que, em função dos resultados obtidos através da aproximação do Pólo com suas comunidades vizinhas, o Conselho Comunitário Consultivo contribuiu para a melhoria da gestão, pelo COFIC, da Segurança Industrial, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional no Pólo. Destaca-se a criação dos Núcleos de Defesa Comunitária para o Plano de Emergências da Comunidade e a melhoria na gestão da prevenção de acidentes com contratadas no Pólo.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa; Relação Indústria-Comunidade; COFIC; Atuação Responsável; CCC; Pólo Industrial de Camaçari; Gestão de SSMA.

ABSTRACT

This dissertation aims to study how the creation of the Community Advisory Council (CAC), in 1994, by the Industrial Committee of Camaçari (COFIC) affected the relation between the industry and the local community. This initiative can be seen as an experience of Corporate Social Responsibility towards nearby communities, under the Responsible Care Program, a pioneer initiative in Brazil, undertaken by the chemical industry. The Community Advisory Council has been a window of opportunity for both industry and community, to exercise partnership and co-operation. A critical analysis of the outcome of the work of this Community Council towards improving Health, Safety and Environment management was developed.

At first, a literature review was undertaken and a theoretical framework was drawn which was essential for the critical documental analysis that followed. The documentation about the CAC operation between 1994 and 2001 and its influence on the COFIC decision making process was analysed and the study was complemented by *in loco* direct observation. It has been possible to conclude that a close relation between Camaçari Industrial Complex and nearby communities resulted from the CAC implementation and this has been contributing to the improvement of COFIC Health, Safety and Environment management on the complex. Moreover, two aspects that can be emphasised are: a) the establishment of Community Defense Centers related to Communities Emergency Plans and b) the improvement on the prevention of accidents involving contractors in Camaçari Complex.

Key-words: Corporate Social Responsibility; Environment; Industry-Community relation; COFIC; Responsible Care; Environmental Management; CAC; Camaçari Industrial Complex; HSE Management

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS.....	10
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	12
1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.....	14
2 REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 VALORIZAÇÃO AMBIENTAL.....	
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC).....	
2.3 EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DE GERENCIAMENTO EM SSMA E RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES.....	
2.4 SISTEMAS DE GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO..	
2.5 PROGRAMA ATUAÇÃO RESPONSÁVEL (AR).....	
2.6 INFORMAÇÕES SOBRE EVOLUÇÃO DO <i>RESPONSIBLE CARE</i>	
2.7 CONSELHOS COMUNITÁRIOS CONSULTIVOS NOS EUA.....	
2.8 CONSELHOS COMUNITÁRIOS CONSULTIVOS NO BRASIL.....	
3 O PÓLO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI.....	60
3.1 ASPECTOS GERAIS.....	60
3.2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ACESSO AO PÓLO.....	61
3.3 DADOS ECONÔMICOS – INVESTIMENTOS, CAPACIDADE INSTALADA E VENDAS.....	62
3.4 COMPLEXO INTEGRADO – FUNCIONAMENTO INTEGRADO ENTRE AS EMPRESAS, PRODUTOS E APLICAÇÕES.....	64
3.5 COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI (COFIC).....	66
3.6 PROTEÇÃO AMBIENTAL – EMPRESAS DO PÓLO INDUSTRIAL E SEUS PROGRAMAS AMBIENTAIS.....	68

3.7	SEGURANÇA INDUSTRIAL E SAÚDE OCUPACIONAL NO PÓLO.....	70
3.8	PROGRAMAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PÓLO.....	76
4	INFLUÊNCIA DO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO E GESTÃO DE SSMANO PÓLO.....	82
4.1	APROXIMAÇÃO DO COFIC/PÓLO ÀS COMUNIDADES VIZINHAS – A CRIAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO.....	82
4.2	FUNCIONAMENTO DO CCC.....	85
4.3	PRINCIPAIS DEMANDAS DO CCC PARA O COFIC/PÓLO.....	92
4.4	EXEMPLOS DE CASOS/DEMANDAS DO CCC E OS RESPECTIVOS DESDOBRAMENTOS.....	97
4.4.1	Segurança e Saúde Operacional dos Contratados.....	98
4.4.2	Plano de Emergência das Comunidades Vizinhas (PEC).....	103
4.4.3	Conservação do Anel Florestal entre o Pólo e as Cidades Vizinhas.....	108
4.4.4	Outras Ações e Conquistas Pontuais do CCC.....	112
4.5	INFLUÊNCIA DO CCC NA GESTÃO DE SSMA DO COFIC/PÓLO.....	117
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS.....	125
	REFERÊNCIAS.....	130
	ANEXO A.....	136
	ANEXO B.....	139
	ANEXO C.....	141
	ANEXO D.....	142
	APÊNDICE A.....	144

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Os estágios de responsabilidade social de uma empresa.....	33
Figura 2	- Relação das empresas com seus <i>stakeholders</i>	35
Figura 3	- Vista aérea do Pólo Petroquímico de Camaçari.....	62
Figura 4	- Localização geográfica do Pólo Petroquímico de Camaçari.....	63
Figura 5	- Vista parcial do Pólo Petroquímico de Camaçari.....	63
Figura 6	- Fluxograma resumido do funcionamento integrado do Pólo Petroquímico de Camaçari.....	66
Figura 7	- Vista aérea do Pólo Petroquímico de Camaçari.....	67
Figura 8	- Vista aérea do Porto de Aratú.....	67
Figura 9	- Estação de monitoramento do ar.....	70
Figuras 10 e 11	- Vista aérea da estação central de tratamento de efluentes líquidos da Cetrel.....	70
Figura 12	- Vista aérea do emissário submarino.....	70
Figura 13	- Treinamento da brigada de combate a incêndios.....	74
Figura 14	- Treinamento simulado de emergência com evasão geral de fábrica.....	74
Figura 15	- Simulado de evasão geral do Pólo no PCP.....	76
Figura 16	- Serviço e viatura de socorro médico (PAME).....	77
Figuras 17 e 18	- Comunidades vizinhas em visita às fábricas.....	78
Figura 19	- Grupo de Trabalho em Escola Pública.....	80
Figura 20	- Desenvolvimento do Trabalho em Escola Pública.....	80
Figura 21	- Reunião do CCC no CRA em outubro de 2002.....	123

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1	- Alguns Acidentes Ambientais Ocorridos nos últimos Anos.....	37
Quadro 2	- Visitas das comunidades de Camaçari e Dias D'Ávila ao Pólo no programa Ver De Dentro.....	79
Quadro 3	- Número de reuniões do CCC realizadas entre de 1995 a 2001.....	86
Quadro 4	- Locais onde se realizam as reuniões do CCC.....	87
Quadro 5	- Número de pessoas nas reuniões do CCC por Setor.....	88
Quadro 6	- Acidentes e/ou outras Ocorrências Anormais relatados no CCC.....	91
Quadro 7	- Principais solicitações e demandas do CCC entre 1995 e fev 2002.....	95
Quadro 8	- Categorizações das demandas total do CCC por ano.....	98
Quadro 9	- Dados dos acidentes no Pólo de 1997 a 2001.....	103
Quadro 10	- Avaliação dos dirigentes do Pólo, elegendo as prioridades COFIC em 1998.....	117
Gráfico 2.1	- Percepção sobre a Indústria Química.....	51
Gráfico 2.1.1	- % que concorda que a Ind. Química cuida da Seg. e Saúde da comunidade interna.....	51
Gráfico 2.1.2	- % que concorda que a Ind. Química faz bom trabalho com grupos de emergências locais.....	51
Gráfico 2.1.3	- % que concorda que a Ind. Química mantém o público bem informado sobre sua preparação ao combate a emergência.....	52
Gráfico 2.1.4	- % que concorda que a Ind. Química está acessível e deseja conversar com o público.....	52
Gráfico 3	- Investimentos das empresas do Pólo P. de Camaçari em segurança e meio ambiente.....	72
Gráfico 3.1	- Investimentos das empresas do Pólo P. de Camaçari em treinamento.....	73
Gráfico 3.2	- Horas disponibilizadas pelas empresas do Pólo P. de Camaçari, para treinamentos.....	73

Gráfico 4.1	- Representação do 1º Setor nas reuniões do CCC.....	89
Gráfico 4.2	- Representação do 2º Setor nas reuniões do CCC.....	89
Gráfico 4.3	- Representação do 3º Setor nas reuniões do CCC.....	89
Gráfico 4.4	- Representação por Setor nas reuniões do CCC.....	90
Gráfico 4.5	- Demandas do CCC para o setor privado e público por ano.....	97
Gráfico 4.6	- Demandas total do CCC por ano.....	97
Gráfico 4.7	- Percentual de demandas do CCC atendidas pelo setor privado e público.	98
Gráfico 4.8	- Resultados de pontuações das empresas premiadas no Prêmio Pólo de Segurança x CAF de Contratadas.....	102
Gráfico 4.8.1	- Evolução dos Acidentes CAF de Empregados diretos e Contratados (1997-2001).....	103

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AA1000 – *AccountAbility* 1000

ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química.

AR – Atuação Responsável.

CA – Conselho de Administração do COFIC.

CAF – Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento.

CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho.

CCC – Conselho Comunitário Consultivo.

CEPRAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente.

CESAT – Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador.

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

CMA – *Chemical Manufacturers Association*.

COFIC – Comitê de Fomento Industrial de Camaçari.

COPENE – Companhia Petroquímica do Nordeste SA.

COSIMA – Comissão de Segurança e Higiene Industrial.

CRA – Centro de Recursos Ambientais.

CST – Comissão de Saúde do Trabalhador do Pólo.

DCPAE – Diálogo com a Comunidade e Preparação e Atendimento a Emergências.

DUSA – DUSA Brasil S/A.

EIA – Estudo de Impactos Ambientais.

GEPRO – Gerenciamento do Produto.

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas do Brasil.

IBASE – Instituto de Análises Sociais e Econômicas.

ICCA – *International Council of Chemical Associations*

ISO – *International Organization for Standardization*.

NUDEC – Núcleo de Defesa Comunitária.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

ONG – Organização Não-Governamental.

PA – Ponto de Apanha.

PAM – Plano de Auxílio Mútuo.

PAME – Plano de Assistência Médica em Emergência.
PCCS – Plano COFIC de Comunicação Social.
PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional.
PCP – Plano de Contingência do Pólo.
PEC – Plano de Emergência das Comunidades Vizinhas ao Pólo.
Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.
PGA – Plano de Gerenciamento Ambiental do Pólo.
PIB – Produto Interno Bruto.
PIE – Programa de Incentivo a Educação.
Pólo – Pólo Industrial de Camaçari.
PPS – Prêmio Pólo de Segurança Industrial.
Projeto APPOLO – Estudo de Riscos do Pólo, exigido pelo CEPRAM.
RMAr – Rede de Monitoramento do Ar.
RSC – Responsabilidade Social Corporativo.
SAF – Taxa de Frequência de Acidentes sem Afastamento.
SENAI – Serviço Nacional da Indústria.
SEPRO – Segurança de Processo.
SPAT Pólo – Semana de Prevenção de Acidentes do Pólo.
SSMA – Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente.
SST – Segurança e Saúde no Trabalho.
SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial.
TRADI – Transporte e Distribuição.

1 INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Na nova economia mundial a ligação mais importante entre as empresas e seus interessados será a confiança, reduzindo a necessidade de controles nas relações com seus *stakeholders*¹. Até a década de 80, a indústria química mundial tinha um comportamento de isolamento com a sociedade civil e, em especial, com suas comunidades vizinhas. Com as empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari não era diferente, elas apoiavam ações sociais de forma paternalista, mas não discutiam nem falavam sobre seus riscos com as comunidades das cidades vizinhas.

Depois dos desastres de *Seveso* e *Bhopal*, a indústria química aprendeu que precisava mudar a relação com seus vizinhos. Os grandes agentes financeiros e investidores mundiais começaram a valorizar muito os passivos ambientais e trabalhistas, e rejeitam aplicar seus capitais em empresas com histórico de desrespeito aos direitos humanos ou ao meio ambiente. Poluir passou a ser sinônimo de ineficiência para as organizações que têm os olhos voltados para o futuro. Assim, a variável ambiental e a prevenção de acidentes passaram a incorporar as estratégias de negócios de longo prazo das indústrias químicas.

Na década de 90, fortaleceram-se no Brasil os movimentos a favor das causas sociais e ambientais, tendo como protagonistas as associações de empresas, Organizações Não-Governamentais (ONG) e o próprio poder público. Com a instituição do Balanço Social, que é um instrumento de avaliação da atividade social de uma organização, as empresas dispõem de mais facilidades para divulgarem seus investimentos na comunidade e a sua contribuição para a sociedade. Entre estas estão as questões relacionadas à geração de emprego, remunerações e encargos sociais, condições de higiene e segurança industrial e outras condições de trabalho. Pode-se considerar também como

¹ Neste trabalho, define-se como *stakeholders* do Pólo os moradores e lideranças das comunidades próximas ao Complexo Industrial, municípios de Camaçari e Dias D'Ávila, com interesse nas questões de SSMA das indústrias vizinhas a essas duas cidades. Este termo será usado ao longo do texto.

contribuição social a formação do seu pessoal, relações profissionais e com suas famílias, na medida em que estas condições dependem da empresa.

A Associação Brasileira das Indústrias Químicas (ABIQUIM) lança em 1992 o Programa Atuação Responsável (AR), que defende como seu objetivo maior a melhoria contínua de desempenho nas áreas de Segurança, Saúde e Meio Ambiente (SSMA) em toda a indústria química nacional. O AR valoriza sobremaneira uma melhor comunicação com o público em geral, melhorando sua imagem, uso de uma linguagem comum e criando um sinergismo maior entre as próprias indústrias, as comunidades e os órgãos de governo. Define, então, como sua função primordial estabelecer um canal de comunicação entre as indústrias e suas comunidades vizinhas, que permita, através de um contato transparente, o desenvolvimento de ações de interesse comum.

Tomando-se como principais agentes motivadores das mudanças de postura nas empresas químicas mundiais, em relação à comunicação com os seus grupos de interesses, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e o Programa Atuação Responsável, verifica-se a evolução de alguns fatos geradores das mudanças de comportamento empresarial brasileiro, especialmente do segmento químico e petroquímico. Essas mudanças são provocadas por uma nova “ordem social” que exige maior necessidade de informações e ações sociais das empresas.

As empresas têm buscado melhoria nas suas relações com suas comunidades vizinhas e estão desejosas em apresentar melhorias em SSMA e nas ações sociais. Entretanto, faz-se necessária uma avaliação sistemática e com maior profundidade para se verificar as melhorias e o que foi, efetivamente, modificado para melhorar a gestão da SSMA. De fato, não adianta a indústria química buscar o diálogo com as comunidades e/ou com a sociedade em geral, se não houver uma real preocupação com o meio ambiente e com a segurança das pessoas potencialmente afetadas por seus riscos. É necessário, primeiro, possuir um processo produtivo seguro, buscar-se Tecnologias de Produção mais Limpas ambientalmente, para que o “discurso seja coerente com a prática”.

Nesse contexto, as empresas do Pólo Industrial de Camaçari (Pólo) começaram nos primeiros anos da década de 90, de forma não uniforme, a aperfeiçoarem

os seus programas em SSMA. Dois anos depois do lançamento do AR pela ABIQUIM, o Pólo cria, voluntariamente, o primeiro Conselho Comunitário Consultivo do país, para funcionar como canal de diálogo entre a comunidade e um conglomerado industrial de grande porte.

Coube ao COFIC, em 1992, iniciar os contatos com lideranças populares dos dois municípios vizinhos ao Pólo. Ao longo de dois anos realizaram-se diversas reuniões com pessoas destas comunidades. O objetivo era identificar verdadeiras lideranças que pudessem, voluntariamente, participar de um grupo para discutir os anseios dos moradores das duas cidades, em relação a SSMA no Pólo. Naquela oportunidade havia receios das próprias empresas com o novo trabalho. Reuniões, encontros, debates e eventos permitiram que lideranças comunitárias tivessem mais informações sobre o Complexo Industrial do Pólo, conhecessem melhor suas atividades, seus riscos, seus programas de segurança industrial e proteção ambiental.

Esse trabalho voluntário das empresas do Pólo, realizado através do COFIC, facilitou a identificação de pessoas interessadas nessas questões e que, mais tarde, viriam a fazer parte do Conselho Comunitário Consultivo, instalado em 14 de dezembro de 1994 e composto por 20 voluntários e líderes comunitários das cidades de Camaçari e de Dias D'Ávila, participantes ativos dos encontros Pólo-Comunidade nos dois anos anteriores.

A partir da avaliação do cenário exposto, parte-se da hipótese de que o estabelecimento de uma maior comunicação entre o Pólo e suas comunidades vizinhas, através do CCC, tem contribuído para que o COFIC aperfeiçoe sua gestão de SSMA no Pólo. Justifica-se, então, a execução desta pesquisa sobre as influências do Conselho Comunitário Consultivo no sistema de gestão do COFIC para a melhoria contínua de SSMA, preconizada pelo programa Atuação Responsável. Enfim, esta dissertação busca responder a seguinte questão:

Como o Conselho Comunitário Consultivo vem contribuindo para a melhoria da gestão do COFIC na SSMA do Pólo?

Assim, teve-se como objetivo identificar e analisar as contribuições do Conselho Comunitário Consultivo na gestão do COFIC na SSMA do Pólo, no período de 1994 a 2001. Pretende-se que este trabalho contribua para estimular outros segmentos produtivos a adotarem ou aprimorem essa estratégia de relação com seus *stakeholders*, buscando sempre uma maior Responsabilidade Social Corporativa.

Para realização da pesquisa foram analisadas as atas de reuniões do Conselho Comunitário Consultivo no período de fevereiro de 1995, quando da sua primeira reunião formal, até a reunião de dezembro de 2001, complementando com alguns dados da ata de reunião do CCC de fevereiro de 2002. Foram verificadas as composições do Conselho Comunitário Consultivo², com as respectivas substituições de conselheiros, os assuntos que os conselheiros desejaram discutir e suas principais solicitações com as respectivas respostas e ações das empresas e do COFIC.

Devido aos assuntos mais importantes e polêmicos levantados pelo CCC serem levados à apreciação do Conselho de Administração do COFIC para deliberações e execução pela equipe do COFIC, foram analisados também os relatórios de atividades de COFIC, a partir de 1990, e as atas de reuniões do Conselho de Administração do COFIC (CA), que é formado por 20 diretores das principais empresas associadas ao COFIC.

Houve também um levantamento da frequência de comparecimento dos membros do Conselho nas reuniões do CCC, comparando-se a representação setorial. Isto

² A primeira composição do CCC foi formada pelos seguintes conselheiros: Ademário Galvão Spínola (Médico e vereador de Camaçari), Anátalia Xavier Santana (professora e diretora de colégio em Dias D'Ávila), Carlos Alberto Nonato Borges (fundador dos bombeiros voluntários e diretor de Associação de moradores de Nova Dias D'Ávila), David Félix Silva (Defesa Civil de Camaçari), Dorijan dos Santos Nascimento (Núcleo Espírita Kardecista B. de Menezes de Dias D'Ávila), Francisca Maria S. da Silva (presidente da União das Associações de Moradores de Camaçari - UAMC), Geraldo dos Santos Souza (presidente da Associação de Moradores da Urbis em Dias D'Ávila), Jerônimo Ferreira Couto (secretário de Meio Ambiente de Dias D'Ávila), José Paulo da Costa Filho (presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Dias D'Ávila), Jurandir Gonçalves da Luz (membro do conselho diretor do Rotary Club de Camaçari), Lindaura de Jesus dos Santos (vereadora de Dias D'Ávila - presidente da comissão de saúde da Câmara), Marcos Presciutti (Padre de Camaçari), Maria das Graças D. D. Martins (secretária de educação de Dias D'Ávila), Maria Imperatriz A. Silva (professora e diretora de escola em Dias D'Ávila), Maria da Neves Silva Araújo (presidente da Associação de Moradores da Lama Preta em Camaçari), Marivaldo Silva Machado (presidente da Associação de Moradores do P. Satélite em Camaçari), Nilton Natividade Santana (presidente da Associação de Moradores Cristo Rei em Dias D'Ávila), Ronaldo Martins da Silva (coordenador do escritório do CRA em Camaçari), Ubirajara da Silva Ramos Coroa (presidente do Grupo Ambientalista Calango e diretor do sindicato dos professores em Camaçari), Zaira Isabel Brito Paiva (presidente da Associação de Moradores Nova Dias D'Ávila)² (COFIC, 1995 d)

permitiu avaliar o interesse dos conselheiros nas atividades do próprio Conselho Comunitário por setor de representação (governo, empresas privadas e sociedade civil organizada).

Comparou-se o atendimento parcial e total das demandas dos assuntos provocados pelo CCC, objetivando cotejar o índice de atendimento das empresas com as demandas relativas aos poderes públicos. Neste trabalho, entendeu-se como atendimento total para uma demanda do CCC, aquela concluída integralmente, como por exemplo, uma solicitação para explicar a ocorrência de um acidente ou explicar como o CRA atua no Pólo. Nestes casos, não existe necessidade de novas ações relacionadas às demandas definidas aqui como atendidas. Enquanto demanda com atendimento parcial aquela que há continuidade de ações e desdobramentos correlacionados como, por exemplo, o anel florestal, a melhoria da segurança dos prestadores de serviço no Pólo, ou ainda, assuntos relacionados com a Rede de Monitoramento do Ar (RMAr), entre outras questões, que precisarão de novas ações dos responsáveis.

No levantamento da fundamentação teórica pesquisou-se sobre a gênese do Conselho Comunitário e a sua correlação com a Responsabilidade Social Corporativa. Consultou-se fontes que informam sobre o Pólo Industrial de Camaçari, seu sistema de gestão de SSMA e, especialmente, sobre o Programa Atuação Responsável. Este último fundamenta e estimula a criação de um diálogo direto e duradouro com as comunidades próximas as indústrias químicas. Serão apresentadas algumas informações sobre a evolução histórica das relações e comportamento entre a indústria química mundial, e local, com as suas comunidades vizinhas e/ou com os seus outros grupos de interesses.

Complementarmente, estendeu-se a outras fontes de informações, incluindo textos de jornais, revistas, folhetos, vídeos, *Internet*, dentre outras, incluindo material publicado no ano de 2003. Utilizou-se também como fonte de pesquisa as experiências do autor desta dissertação, como observador participante, nas atividades do CCC e do COFIC, coordenando a área de SSMA no Comitê de Fomento Industrial de Camaçari. O autor teve, a todo o momento, a preocupação e o cuidado de descrever os fatos pesquisados, sem o viés da função exercida no COFIC.

Além desta introdução e das conclusões e recomendações finais, esta dissertação divide-se em três capítulos:

- O segundo Capítulo fundamenta o objeto da pesquisa, através da consolidação dos conceitos pertinentes a sistemas de relacionamento entre a indústria química com a sociedade civil, enfatizando a Responsabilidade Social Corporativa e o Programa Atuação Responsável, objetivando conhecer a gênese do Conselho Comunitário Consultivo do Pólo Industrial de Camaçari.

- O terceiro Capítulo contempla informações sobre a história e a importância do Pólo, sobre as atividades do COFIC e sobre a relação desse Comitê com as suas empresas associadas e as comunidades circunvizinhas.

- No quarto Capítulo estão contemplados a história e o funcionamento do Conselho Comunitário Consultivo e os seus respectivos resultados de trabalhos, entre fevereiro de 1995 a fevereiro de 2002, e as influências sobre o COFIC e as empresas do Pólo, no campo da Segurança, Saúde e Meio Ambiente.

O conjunto de informações disponibilizadas no presente trabalho de pesquisa, complementa-se com a seção de anexos e apêndices nos quais encontram-se incluídos o Protocolo original, e o revisado, de funcionamento do Conselho Comunitário Consultivo, a relação das empresas associadas ao COFIC e a lista das principais demandas de assuntos e temas abordados pelo CCC no período de fevereiro de 1995 a fevereiro de 2002.

Considerado que o foco deste trabalho é o rebatimento do CCC na gestão do COFIC na SSMA do Pólo, a pesquisa de campo não foi utilizada para coleta de dados primários na comunidade nem nas empresas do Pólo.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

A questão ambiental hoje é assunto que envolve as indústrias, os governos e as comunidades. Seu alcance ultrapassa as fronteiras nacionais, como atestaram a Conferência de Estocolmo (1972), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), também conhecida como Cúpula da Terra ou Rio 92, e a Convenção de Kyoto (1997).

A Conferência de Estocolmo mostrou ao mundo os perigos da revolução industrial, que provocou um êxodo do campo e um conseqüente inchaço dos centros urbanos, contribuindo para a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida. Essa Conferência resultou na criação de agências de proteção ambiental nos países desenvolvidos e no investimento de alguns bilhões de dólares na recuperação de seus patrimônios ambientais, além disto, destaca o crescimento de acordos internacionais celebrado desde então:

A agitação da diplomacia ambiental internacional das últimas décadas causou uma disparada no número de acordos, de apenas um punhado em 1920, para quase 240 hoje (...). Mais de dois terços destes pactos foram celebrados a partir da primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. (BROWN, 2000, p. 183).

A Cúpula da Terra (Rio 92) teve como produto a Agenda 21, que se baseia na premissa de que a humanidade se encontra no momento de definição de sua trajetória e, portanto, continuar com as políticas atuais significa perpetuar e aprofundar as disparidades econômicas. Nessa “Cúpula”, foi enfatizada, também, a questão do desenvolvimento sustentável. A Conferência de Kyoto abordou basicamente o tema-problema “aquecimento global” e do que fazer preventivamente para evitá-lo.

Como atestado nestas e diversas outras conferências que vêm ocorrendo no mundo, não se pode mais admitir que nos dias atuais uma empresa seja administrada sem que a questão ambiental seja considerada e priorizada. Quanto maior for o potencial poluidor ou extrativista das atividades da organização, maior ênfase deve ser dada a essa

questão. O mundo vive hoje uma grande crise na gestão ambiental, sendo crescentes as preocupações referentes à qualidade de vida, deste modo, investimentos em prevenção e proteção ambiental são necessários para garantir a sobrevivência das empresas e o bem-estar, não só de seus funcionários, mas de toda a comunidade em suas áreas de influência.

Em decorrência disto, nota-se que a preocupação com o meio ambiente alterou profundamente o estilo de administrar de muitas empresas. Essa mudança no Brasil foi determinada, em parte, pela atuação cada vez mais firme dos órgãos de controle e pela Lei de Crimes Ambientais, em vigor desde fevereiro de 1998 e regulamentada em setembro de 1999.

A Lei de Crimes Ambientais estabelece que tanto as pessoas físicas quanto jurídicas serão responsabilizadas penalmente, tanto por danos causados ao meio ambiente, como por infração à legislação ambiental. A possibilidade de ação criminal contra as pessoas físicas, ligadas a instituições com atividade poluidora, tem aumentado o zelo por parte destas com relação à preservação ambiental, bem como tem induzido os órgãos de fiscalização a agirem com mais rigor, na medida em que seus profissionais não estão excluídos desta potencial penalidade.

A sociedade como um todo está começando a valorizar a questão ambiental com maior intensidade. A demanda dos consumidores por “produtos verdes” vem crescendo e as empresas estão respondendo, ainda que de forma heterogênea e visando interesses específicos, através da observação focada nos aspectos ambientais do projeto, produção, embalagem, distribuição e descarte dos produtos. Por estas e outras razões, Tibor e Feldman (1996) consideram que a série de normas ISO¹ 14000 e especificamente a norma ISO 14001² trariam um impacto significativo no mercado global. Embora esta última norma caracterize-se como de aplicação voluntária, ela poderá se tornar uma exigência de fato, imposta pelo mercado tanto às empresas nacionais quanto às multinacionais, ou ainda como um passaporte global para as transações comerciais entre as

¹ A ISO – *International Organization for Standardization*, é uma instituição não-governamental fundada em 1947 em Genebra, com o objetivo de elaborar padrões de aplicação internacional. É constituída por entidades normalizadoras de mais de 120 países-membros, estruturados em aproximadamente 180 Comitês Técnicos (TC's), cada qual especializado em minutar normas em uma área particular.

² A ISO 14001 é uma série de normas internacionais, criadas para tratar da gestão ambiental.

organizações. Eles ainda destacaram que essa evolução e aceitação da família de normas ISO 14000, no mundo inteiro, provocaria maiores incentivos à iniciação de atividades de prevenção à poluição, quando, em vez de se ficar constantemente “apagando incêndios”, evitaria-se que estes ocorressem.

Assim sendo, pode-se perceber que um dos principais referenciais das empresas na atualidade é a prevenção contra a poluição, sendo este considerado elemento-chave à sua sobrevivência. Contudo, ainda existe uma mentalidade voltada para o tratamento *end-of-pipe*, o qual permite que o processo gere tantos resíduos quanto necessário e somente a partir daí, é que se preocupa com um tratamento e uma disposição final para o que foi gerado. Essa maneira de administrar é cara e corre-se o risco destes controles gerar agressão ao meio ambiente. Em muitos casos esses tratamentos não reduzem a poluição, apenas a transferem para outro local. A conduta voltada à prevenção, por sua vez, ataca o problema ambiental na raiz.

Franco (1997) questiona as certificações ISO 9000 e 14000, quanto à sua eficácia e eficiência, nas empresas que quiserem apenas aplicá-las sem os devidos cuidados e adoção de medidas realmente transformadoras.

É necessário que tais instrumentos sirvam efetivamente para melhorar as condições de segurança e higiene industrial tanto dentro quanto fora das plantas. (...) Certificados e regulamentações desse tipo, se efetivados, não combinam com *dumping* ambiental e *dumping* social. (...). Para que funcionem como instrumentos eficazes, é necessário que outros atores sociais, além do empresariado, se apropriem da questão e atuem tendo acesso a informações e conhecimento sobre a realidade dos fatos. (FRANCO, 1997, p.198)

Portanto, sem uma política clara e sem o uso de ferramentas gerenciais modernas, as indústrias não conseguem ter uma postura pró-ativa em relação ao meio ambiente e a prevenção de acidentes com seus trabalhadores. Convém frisar, entretanto, que não se deve esperar um retorno rápido dos investimentos aplicados em prevenção, pois se deve levar em conta as necessidades de treinamento e a própria mudança de comportamento das pessoas envolvidas. Os projetos desenvolvidos com sucesso necessitam de capital, tempo e administração, e levam em média cinco anos para dar resultados efetivos.

Deste modo, para que seja possível adotar uma postura prevencionista, é importante ter uma integração bem sucedida das questões ambientais, das operações e das

estratégias utilizadas. Como vantagem, tem-se uma diminuição de custos e uma redução do consumo de material e de energia. Além disso, cabe ressaltar que os controles no final dos processos, “fim de tubo”, apenas economizam dinheiro por evitarem a aplicação de multas e penalidades por não-cumprimento de normas e legislação e, mais importante, dificilmente cria uma cultura prevencionista entre as pessoas da organização.

Avaliando, ainda, a evolução da questão legal relativa aos aspectos ambientais no Brasil, data de 1975 e 1976 a criação da maioria dos órgãos de meio ambiente, sendo que no Estado da Bahia, com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, nos primeiros anos da década de 70, representou um marco histórico para a gestão e a legislação ambiental no Brasil. O processo de instalação desse complexo industrial motivou a edição da Lei 3.163, em outubro de 1973, que criou o Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM), pioneiro no Brasil, hoje com uma experiência acumulada em quase 30 anos de formulação de política pública ambiental.

Em muitas nações (como o Japão e a Alemanha, por exemplo) o paradigma está mudando, de forma que os interesses comerciais e a proteção ambiental possam caminhar lado a lado na busca pelo desenvolvimento sustentável. O desafio das próximas décadas é o de testar esse paradigma para provar que uma maior atividade econômica pode coexistir com a proteção ambiental e as empresas aplicando cada vez mais a RSC.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA – RSC

Responsabilidade Social Corporativa é um exercício permanente de deveres com o objetivo de assegurar aos cidadãos os direitos mais elementares da modernidade: educação, saúde, habitação, cultura, lazer, proteção ambiental e segurança. Em suma, um Bem-Estar-Social construído a partir de ações e investimentos através de parcerias entre sociedade-empresa, empresa-Estado e sociedade-Estado.

McWilliams & Siegel (*apud* HAWKINS e COSTA, 2002, p.5), apresentam outra definição para RSC e instrumentos econômicos para as empresas adotá-la e administrá-la melhor:

A RSC é um conjunto de ações que parecem oferecer ganhos sociais, além dos interesses básicos da empresa e do que é requerido por lei, significando que a mesma deve ir além dos limites legais da empresa. Análises revelam que existem alguns níveis de responsabilidade social corporativa que irão maximizar lucros enquanto satisfazem a demanda por RSC de múltiplos *stakeholders* (partes interessadas ou grupos de interesses) e propõem que o nível ideal de RSC pode ser determinado através de uma análise de custo/benefício. Questões como impacto causado pela diferenciação de produtos e serviços e economias de escala ou escopo são levadas em consideração e sob este prisma os gerentes deveriam tratar a RSC como tratam todas as decisões de investimento.

A facilidade de acesso das pessoas às informações na atualidade tem provocado mudanças significativas em todos os setores. A informação amplia a dimensão das responsabilidades de comunidades, indivíduos e empresas perante questões éticas e morais. As empresas buscam também, e cada vez mais, seus resultados positivos, estimulando o desenvolvimento de novas práticas de gestão, processos de produção mais eficientes e desenvolvimento de novas tecnologias. Tais fatos têm obrigado às empresas a dialogar mais com seu público de interesse, como as comunidades vizinhas às suas instalações fabris e, simultaneamente, desenvolver ações sociais mais frequentes e mais consistentes nessas comunidades.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou Empresarial é um tema de grande relevância nos principais centros da economia mundial. Na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, proliferam os fundos de investimento formados por ações de empresas socialmente responsáveis. O *Sustainability Index*, da *Dow Jones*, enfatiza a necessidade de integração dos fatores econômicos, ambientais e sociais nas estratégias de negócios das empresas. Normas e padrões certificáveis relacionados especificamente ao tema da RSC, como as normas SA 8000 (relações de trabalho) e AA 1000 (diálogo com partes interessadas) vêm ganhando crescente aceitação mundial.

Segundo Instituto Ethos (2002), no Brasil, a Responsabilidade Social Corporativa ganhou forte impulso na década de 90, com ações firmes e abrangentes de entidades não-governamentais e empresas sensibilizadas para a questão social. O trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) na promoção do Balanço Social é destaque nessa área, repercutindo significativamente para a divulgação positiva de novas adesões. As grandes carências e desigualdades sociais existentes no Brasil dão à RSC uma relevância ainda maior. A sociedade brasileira espera que as

empresas sejam agentes de ações sociais, atuando nas diversas áreas e contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, espera, também, que elas sejam atores de mudança social e que sejam construtoras de uma sociedade melhor.

Hawkins e Costa (2002) enfatizam que os grandes agentes financeiros e investidores mundiais estão valorizando muito os passivos ambientais e trabalhistas e que rejeitam aplicar seus capitais em empresas com histórico de desrespeito aos direitos humanos ou ao meio ambiente. Destacam, ainda, que a empresa tem dever para com a sociedade, pois para estabelecer-se e obter lucros gera custos sociais decorrentes de sua atividade e aproveita toda uma gama de vantagens do ambiente, produzidas anteriormente pelo Estado, como por exemplo, capitais financeiros e tecnológicos e capacidade de trabalho local. Sendo tais recursos pertencem à sociedade, a empresa deve “prestar contas” para esta sociedade.

Carrol (*apud* HAWKINS e COSTA, 2002, p.7), apresenta a Responsabilidade Social Corporativa subdividida em vários tipos de responsabilidades, tais como: responsabilidades econômicas, responsabilidades legais, responsabilidades éticas, e responsabilidades filantrópicas.

Relação da Instituição com os *Stakeholders* e interesses da comunidade

Na nova economia mundial a ligação mais importante entre as empresas e seus interessados será a confiança, reduzindo a necessidade de controles burocráticos nas relações com seus *stakeholders*. Freeman (*apud* HAWKINS e COSTA, 2002, p.5), apresenta a seguinte definição para *stakeholder*:

O conceito mais difundido de *stakeholder*, significa o ‘conjunto de partes que afetam ou são afetadas pela organização’. Entretanto, o seu surgimento é atribuído ao credo desenvolvido pela *General Electric Company* durante a época da depressão de 30. A empresa identificou quatro grupos de “*stakeholders*”: acionistas, empregados, clientes e a comunidade em geral.

Alguns autores destacam que os interesses dos grupos constituídos para a comunicação com a empresa nem sempre são os mesmos, pelo contrário, muitas vezes eles são conflitantes. Mesmo os interesses dos representantes das comunidades vizinhas podem ser diferentes entre eles mesmos ou, pode não atender aos interesses da sociedade como

um todo. É necessário fazer a distinção entre questões relativas a *stakeholders* e questões sociais, em geral, porque as corporações e seus gerentes gerenciam relações com seus *stakeholders* e não com a sociedade. A empresa mantém relações com muitos grupos que afetam e são afetados por suas decisões. Os interesses de todos os *stakeholders* (legitimados) têm valor intrínseco, e nenhum conjunto de interesses parece dominar sobre os outros.

Grupos com maior influência e poder sobre a empresa podem afetar as operações de uma maneira tão severa que reivindicações legítimas não sejam atendidas chegando a inviabilizar o próprio empreendimento. A empresa deve estar constantemente se avaliando e procurando responder a questão: responsável por quem e como? Desta forma, é importante manter-se a perspectiva de diálogo com os *stakeholders*, quando se trata de definir estratégias de ação.

No Brasil, nos últimos anos, as empresas começaram a despertar para um novo tipo de relacionamento com a comunidade e o ambiente em que atuam. O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas do Brasil (GIFE), que reúne mais de quarenta empresas, estima em trezentos milhões de dólares o valor dos projetos de RSC financiados por elas. A criação dos indicadores Ethos faz parte do esforço do Instituto Ethos na disseminação da Responsabilidade Social Corporativa no Brasil. Os indicadores Ethos, ao mesmo tempo que servem de instrumento de avaliação para as empresas, reforçam a tomada de consciência dos empresários e da sociedade brasileira sobre o tema.

O processo de sistematização do envolvimento de *stakeholders* pode legitimar uma organização como sendo socialmente responsável, tornando as informações levadas a público, pela empresa, mais confiáveis. As necessidades de informação e as expectativas dos *stakeholders* passam pelo diálogo, seguidas pela conquista da confiança entre as partes envolvidas. Esta confiança é a base de um comprometimento eficaz entre as organizações e os *stakeholders* e, por consequência, apóia a gestão estratégica e as operações da organização. Para a implantação e funcionamento do CCC é fundamental existir o canal de diálogo Pólo-Comunidade e que o mesmo represente uma relação de confiança na comunicação.

A AA1000 incorpora uma norma de auditoria através da qual as organizações proporcionarão confiança aos *stakeholders* no que diz respeito à qualidade de sua responsabilidade social e ética. O principal instrumento de avaliação da atividade social de uma empresa é o seu Balanço Social. Na França, desde 12 de Julho de 1977, é obrigatória a publicação do Balanço Social das empresas com mais de 750 empregados, valorizando a gestão empresarial perante a sociedade civilizada e organizada (SILVA & FREIRE, 2001).

Balanço Social

No Balanço Social deve-se disponibilizar informações relacionadas com dados quantitativos para apreciar a situação da empresa no seu domínio social, contendo informações sobre o emprego, as remunerações e encargos, as condições de higiene e segurança do trabalho, as outras condições de trabalho, a formação do seu pessoal, as relações profissionais e suas famílias na medida em que estas condições dependem da empresa.

O Balanço Social é importante para as empresas, para o Poder Público e para a Sociedade. Para as empresas, é útil para tornar público o quanto investem na comunidade e a sua contribuição para a sociedade. Para o Poder Público, permite uma melhor alocação de recursos, evitando a superposição de esforços e o desperdício. Para a sociedade, além dos benefícios diretos, permite conhecer as empresas não só pelo que produzem, mas como produzem. Permite, ainda uma reflexão sobre a importância de iniciativas independentes da órbita estatal na solução de problemas sociais.

No Brasil, a idéia de Balanço Social surgiu na década de 80 e teve no sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, o seu grande defensor inicial. Através do IBASE, entidade a qual presidia, Betinho iniciou uma verdadeira cruzada em prol do Balanço Social. Segundo Silva & Freire (2001, p. 109), o Instituto estabeleceu um modelo bienal de indicadores sociais relevantes, inserindo o faturamento, folha de pagamento, aspectos ambientais e cidadania (ANEXO D).

Melo Neto e Froes definem Balanço Social como o instrumento de avaliação do desempenho da empresa no campo da cidadania empresarial, pois demonstra todas as ações sociais desenvolvidas pela empresa naquele período: “se analisarmos o Balanço Social das maiores empresas brasileiras, observaremos uma tendência de aumento nos investimentos em ações de responsabilidade social interna e externa” (MELO NETO E FROES, 2001, p.130).

Marinho *et al* (2002), enfatizam que as empresas estão saindo de uma atitude ambiental mais reativas para ações pró-ativas e estratégicas, o que sinaliza ser uma mudança de postura do setor empresarial e de ir ao encontro dos interesses dos atores sociais. Recentemente as empresas têm tentado informar à sociedade as suas ações, entretanto carece ainda de melhorar o conteúdo e a abrangência dos Relatórios Sócio-Ambientais Corporativos:

...nos últimos anos, pelo crescente número de instrumentos com o objetivo de informar sobre as ações empresariais e seus reflexos no ambiente e sociedade, assumindo as terminologias: ‘Balanço Sócio-Ambiental’, ‘Relatório Sócio-Ambiental Corporativo – RSAC’ ou ‘Relatório de Sustentabilidade’. Estes instrumentos têm disponibilizado informações sócio-ambientais em níveis de profundidade diferentes e das mais diversas formas. (.....) Pode-se, então, afirmar que a publicação de informações ambientais e sociais é uma estratégia de comunicação crescente adotada por corporações nacionais e internacionais, em resposta à crescente demanda e interesse de consumidores e demais partes interessadas nestas informações. Porém, para que o balanço social exerça com êxito sua função, é preciso que ele seja claro, simples e de natureza quantitativa e qualitativa. (MARINHO, 2002, p. 4)

Na Bahia, o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM) aprovou, em fevereiro de 2002, a Norma Técnica NT 002/02 que dispõe sobre a implantação da Gestão Integrada e Responsabilidade Ambiental, como condicionante para licenciamento ambiental. Esta Norma, aprovada pela Resolução CEPRAM 2933/02, exige a apresentação do Balanço Ambiental objetivando aprimorar o sistema de autocontrole ambiental das empresas e é um instrumento para o incentivo e a inserção das Tecnologias Limpas nos processos produtivos.

Num ambiente de intensa competitividade, rápidas e constantes renovações tecnológicas e profunda mudança de valores, as organizações empresariais encontram no comportamento ético e socialmente responsável a melhor estratégia para atuar em sintonia com a nova etapa de desenvolvimento da humanidade. Nestas circunstâncias, há um crescente envolvimento da sociedade civil organizada, que tenta interferir nos processos

produtivos, visando a melhoria das condições ambientais, de modo que eles reduzam os seus impactos nocivos às pessoas.

As empresas e o Terceiro Setor

Na era da informação, da nova economia, são profundas as mudanças na organização das sociedades. Alteram-se os papéis dos Estados nacionais, das empresas e das pessoas. Redefine-se a noção de cidadania e constituem-se modalidades inovadoras de direitos coletivos. O crescimento vertiginoso do chamado Terceiro Setor, com a proliferação das Organizações Não-Governamentais (ONG), configura numa verdadeira revolução cívica.

Ser um empresário socialmente responsável é assumir o compromisso de não ser causador de exclusões sociais e não contribuir para a degradação do meio ambiente. É ir além do cumprimento das suas obrigações legais quanto ao pagamento de impostos e, nesse estágio, buscar qualificar eticamente as relações que mantém com todos os públicos com os quais interage, ou seja, colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, governo, comunidade local e meio ambiente. Qualificar eticamente estas relações significa interagir buscando cooperação e complementaridade, com o objetivo de crescimento conjunto e auto-sustentável.

Adotando a RSC as empresas passam a investir em qualidade, num aprendizado dinâmico que se volta inicialmente para os produtos, evolui para a abordagem dos processos, até chegar ao tratamento abrangente das relações compreendidas na atividade empresarial – com os empregados, os fornecedores, os consumidores, a comunidade, a sociedade e o meio ambiente. A gestão empresarial que tenha como referência apenas os interesses dos acionistas (*shareholders*) revela-se insuficiente no novo contexto. A busca de excelência pelas empresas passa a ter como objetivos a qualidade nas relações e a sustentabilidade econômica, social e ambiental, o que requer uma gestão balizada pelos interesses e contribuições de um conjunto maior de partes interessadas (*stakeholders*).

A comunidade em que a empresa está inserida fornece-lhe infra-estrutura e o capital social, representado por seus empregados e parceiros, contribuindo decisivamente para a viabilização de seus negócios. O investimento pela empresa em ações que tragam benefícios para a comunidade é uma contrapartida justa, além de se reverter em ganhos para o ambiente interno e na percepção que os clientes têm da própria empresa. O respeito aos costumes e culturas locais e o empenho na educação e na disseminação de valores éticos e sociais devem fazer parte de uma política de envolvimento comunitário da empresa, resultado da compreensão de seu papel de agente de melhorias sociais.

Para as empresas, o social emerge como um novo campo de oportunidades onde elas poderão obter mais competitividade através da agregação de valor social aos seus negócios. Para a comunidade e entidades representativas e beneficentes, o social surge como um espaço institucional de afirmação da sua capacidade de mobilização e eficiência operacional. “Hoje, já não basta satisfazer os clientes, obter qualidade e agregar valor. Necessário se faz atender aos apelos da comunidade e obter o tão desejado ‘selo social’”(MELO NETO E FROES, 2001, p.xii).

No Brasil o conceito de Responsabilidade Social Corporativa é muito recente. As empresas que admitem suas responsabilidades sociais ainda são poucas. Cidadãos que trabalham por si próprios, sem esperar a tutela do Estado, são ainda mais raros. Mas algumas organizações sociais já se destacam no desenvolvimento de projetos sociais. Assim Melo Neto e Froes (2001, p.6 e 9) destacam o crescimento do Terceiro Setor com o estágio recente da RSC no Brasil:

O Estado, a iniciativa privada e os cidadãos reunidos em benefício das causas sociais. Essa definição aparentemente ingênua representa um dos mais modernos fenômenos surgidos no Brasil nos últimos anos: Terceiro Setor. Um setor que movimenta hoje uma quantia ainda não calculada de dinheiro e tem no Rio um de seus principais pontos de crescimento. As iniciativas cariocas do Viva Rio, da campanha da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e o Natal sem Fome alimentaram cerca de 50 mil famílias com quase 600 toneladas de alimentos na festa de fim de ano. Só a loja de departamento C&A, por exemplo, destinou US\$100.000 à campanha natalina. E os exemplos não param por aí. (...) Terceiro Setor pode ser definido como o espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista que são voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos que sejam gerados nesse processo.

As causas que têm levado o Terceiro Setor a crescer são diversas, dentre elas destacam-se a crise do Estado, o crescimento dos serviços voluntários, a degradação

ambiental, a crescente onda de violência que ameaça a segurança das populações, a maior adesão das classes alta e média a iniciativas sociais e o maior apoio da mídia; aliado a tudo isso, a maior participação das empresas que buscam a cidadania empresarial.

Segundo Ética (2002), organizações que têm uma conduta ética duvidosa, cedo ou tarde terão sua imagem e seus negócios comprometidos, portanto, oferecerão mais riscos para o mercado e investidores. Tentando identificar as empresas com as melhores práticas no quesito ética/responsabilidade social/governança corporativa na América Latina, a agência de análise de risco empresarial hispano-alemã *Management & Excellence* (M&E) promoveu um estudo com 20 empresas consideradas mais competitivas no mercado latino-americano. As empresas que conseguiram as melhores avaliações foram as mexicanas, lideradas pela multinacional Cemex, do setor de cimento. Sete companhias brasileiras aparecem no estudo: Empresa Brasileira de Aeronáutica, Suzano, Companhia Siderúrgica Nacional, Coteminas, Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce e Marcopolo.

A certificação social

O primeiro passo para a certificação das empresas, com forte envolvimento na sua comunidade, foi dado pelos ingleses com a criação das normas BS 8800 e SA 8000, a ISO para área social. A certificação é atribuída a todas as empresas e seus fornecedores que respeitam a legislação trabalhista em vigor e garantem aos seus empregados todos os direitos previstos na legislação. A norma BS 8800 refere-se à garantia das condições adequadas de segurança e saúde para os empregados. A norma SA 8000 é mais específica, pois versa sobre a exploração do trabalho infantil e da mão-de-obra fabril no âmbito das unidades operacionais da empresa e de seus fornecedores.

Segundo Melo Neto e Froes (2001), o objetivo da certificação é atestar a responsabilidade social da empresa, comprovar o exercício pleno da sua responsabilidade social interna e externa, conferindo-lhe a condição de empresa-cidadã, e demonstrar que seus produtos são socialmente corretos. A primeira norma de certificação social – “*Social*

Accountability 8000” – foi criada em 1997 pelo “*The Council on Economic Priorities Accreditation Agency – CEPAA*”.

O *Institute of Social and Ethical Accountability* lançou o AA 1000 em 1999, que ampliou o escopo de avaliação social da empresa, com o objetivo de monitorar as relações entre a empresa e a comunidade onde está inserida.

O processo de certificação social tem por fim a avaliação de três áreas distintas: o processo produtivo, as relações com a comunidade e as relações com os empregados e seus dependentes. No processo produtivo, a empresa tem que comprovar seus cuidados ambientais, por isso a importância da certificação ISO 14001 como pré-requisito para a obtenção da certificação social. Dentre os focos de avaliação para a certificação social estão as relações com a comunidade, sua externalização através de subcontratações, terceirizações, por exemplo, envolvendo todos os integrantes da cadeia produtiva (fornecedores principais, secundários, sub contratados, terceirizados).

Conceitualmente, “a responsabilidade social de uma empresa consiste na sua decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrente do tipo de atividade que exerce” (MELO NETO E FROES, 2001, p. 78)

Entretanto, estes autores chamam a atenção de que apoiar o desenvolvimento da comunidade e preservar o meio ambiente não são medidas suficientes para atribuir a uma empresa a condição de socialmente responsável. É necessário investir no bem-estar dos seus funcionários e dependentes e num ambiente de trabalho saudável, além de promover comunicações transparentes, dar retorno aos acionistas, assegurar sinergia com seus parceiros e garantir a satisfação dos seus clientes e/ou consumidores.

O exercício da cidadania empresarial pressupõe uma atuação eficaz da empresa em duas dimensões: a gestão da responsabilidade social interna e a gestão da responsabilidade externa:

A responsabilidade social interna focaliza o público-alvo da empresa, seus empregados e seus dependentes. O seu objetivo é motivá-los para um desempenho ótimo, criar um ambiente agradável de trabalho e contribuir para o seu bem-estar. Com isso, a empresa

ganha a sua dedicação, empenho e lealdade. Os ganhos de produtividade são enormes. A responsabilidade social externa tem como foco a comunidade mais próxima da empresa ou o local onde ela está situada. Atuando em ambas as dimensões, a empresa exerce a sua cidadania empresarial e adquire o seu *status* de ‘empresa cidadã’. (MELO NETO E FROES, 2001, p. 86)

A figura 1, a seguir, apresenta uma relação entre o envolvimento da empresa com suas comunidades internas e externas e o respectivo grau de compromisso com a Responsabilidade Social correspondente.

Grau de responsabilidade social externa	Alto grau de RS.Ext. e baixo grau de RS.Int.	Altos graus de RS.Ext. RS.Int
	2	3
	1	4
	Baixos graus de RS. Int. e RS.Ext.	Baixo grau de RS.Ext. e Alto grau de RS.Int
	Grau de responsabilidade social interna	

Figura 1: Os estágios de responsabilidade social de uma empresa

Fonte: Melo Neto e Froes (2001, p. 86)

A melhor situação de responsabilidade empresarial, relacionada aos aspectos sociais, estão presentes no quadrante 3. A empresa assegura o bem-estar de seus funcionários e dependentes e contribui para o desenvolvimento da comunidade. O quadrante 2 apresenta as empresas que utilizam o *marketing* social como estratégia promocional. Há rotatividade alta de empregados, pagam baixos salários, não investem na qualificação do seu corpo funcional. Por outro lado, fazem doações, exercem a filantropia corporativa, investem em projetos sociais em busca de uma ampla divulgação da marca e reforço da imagem.

“O quadrante 4 caracteriza o estágio inicial da cidadania empresarial para muitas empresas. Investem, primeiramente, no bem-estar de seus empregados para, em seguida, fortalecer sua atuação junto à comunidade” (MELO NETO e FROES, 2001, p. 86). Já a situação exposta no quadrante 1 é típica de empresas sem consciência social, tanto relacionada com seu público interno quanto externo. Essas empresas são indiferentes à saúde e bem-estar de seus funcionários e ignoram os anseios da comunidade.

Quando a empresa deixa de cumprir suas obrigações sociais em relação aos seus empregados, acionistas, consumidores, parceiros e comunidade ela perde o seu capital de responsabilidade social. O primeiro indicador é perdas contábeis. Sua imagem é prejudicada e sua reputação, ameaçada. Se o problema é a responsabilidade social interna, os primeiros efeitos são a deterioração do clima organizacional, a desmotivação generalizada, o surgimento de conflitos, ameaça de greves e paralisações, fuga de talentos, baixa produtividade e aumento de acidentes de trabalho, além de altos índices de falta e atrasos.

Sendo a responsabilidade social externa a principal área de problema, os efeitos ainda são mais danosos: acusações de injustiça social, boicote de consumidores, perda de clientes, reclamação de fornecedores e revendedores, queda nas vendas, gastos extras com passivo ambiental, ações na justiça, riscos de invasões e até mesmo risco de falência. “Uma empresa insensível aos problemas da comunidade perde o respeito de seus próprios empregados, parceiros, clientes e todos os cidadãos daquela comunidade” (MELO NETO E FROES, 2001, p. 94).

O retorno assegurado da prática de RSC pode se dar de duas formas: a obtenção do lucro social, expresso nos diversos indicadores que constam do balanço social dessas empresas, e o alcance do reconhecimento junto a seus empregados e dependentes, cidadãos, governo, clientes, fornecedores, distribuidores, colaboradores e parceiros, acionistas e até mesmo a seus concorrentes e à sociedade.

Indicadores sociais do Instituto Ethos

Segundo Melo Neto e Froes (2001), o Instituto Ethos está avaliando a responsabilidade social das empresas brasileiras por meio do desenvolvimento de metodologia própria através da criação de 155 indicadores sociais levando em consideração a dificuldade de avaliar as ações sociais empresariais, e certo de que seria o primeiro passo para a melhoria da gestão social dessas ações. A metodologia consiste na definição dos principais elos de ligação da empresa e seus principais públicos-alvo, a partir da definição de uma base – valores éticos, morais inquestionáveis, e de uma prática

constante – a transparência de suas ações. Tais indicadores são agrupados em 8 grandes temas: Valores e transparência; Público-interno; Meio ambiente; Fornecedores; Consumidores; Comunidade; Governo; e Sociedade.

Esses autores apresentam ainda um modelo gráfico para melhor visualização dos elos entre as empresas e seus *stakeholders*. A figura 2, a seguir, apresenta esses elos fundamentais da empresa, ou seja, os principais elementos com os quais a empresa deve manter boas relações.

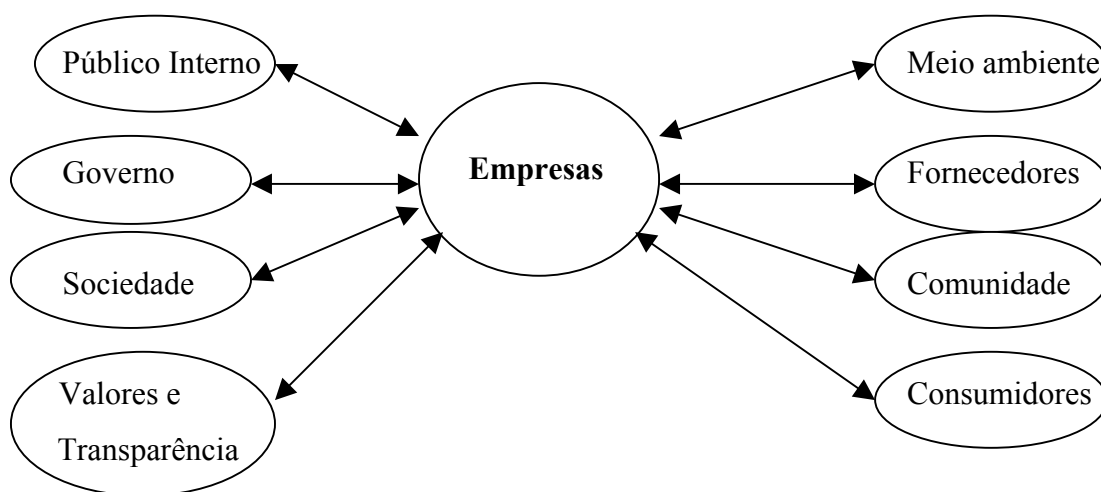


Figura 2: Relação das empresas com seus *stakeholders*

Fonte: Adaptada de Melo Neto e Froes (2001, p. 180)

Melo Neto e Froes (2001, p.182) apresentam, também, os indicadores de irresponsabilidade social, para melhor compreensão da RSC. Exemplos de irregularidades mais comuns são: o não-recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); danos sociais e psicológicos causados aos empregados; danos causados ao meio ambiente; falta de registro em carteira de trabalho; contratação de mão-de-obra infantil e escrava; má gestão das ações e projetos sociais; péssimas relações com clientes, fornecedores, acionistas, governo, comunidade e sociedade; irregularidades no cumprimento de férias e outros descasos; e outros benefícios legais negligenciados pelas empresas.

Muitas empresas, e não são poucas em nosso país, poluem o meio ambiente e ameaçam a saúde de seus empregados e de toda a comunidade. Causam danos irreparáveis ao meio ambiente e à sociedade. Em seus quadros funcionais, gerenciais e de vendas, grassa a corrupção, o clientelismo, o fisiologismo, o apadrinhamento e o nepotismo. (MELO NETO E FROES, 2001, p.182)

2.3 EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DE GERENCIAMENTO EM SSMA E RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES

A grande arrancada e a consolidação da indústria brasileira deram-se na década de 60. Contudo, o pequeno porte das indústrias, nessa primeira fase de industrialização, o relativo afastamento dos centros urbanos, a falta de legislação específica, entre outras questões temporais, contribuíram para que a preocupação ambiental fosse sendo adiada. A necessidade de aumento de competitividade do setor industrial aliada ao crescimento da economia em escala mundial, e ao rápido avanço da tecnologia possibilitaram o aumento das capacidades instaladas das plantas industriais e da complexidade dos processos produtivos. Conseqüentemente, a sua distância em relação aos centros urbanos (que por sua vez também cresceram em direção as fábricas, e sem ordenação adequada) diminuiu consideravelmente. Isto também contribuiu para uma maior visualização dos impactos ambientais provocados pela indústria, acarretando uma maior pressão da sociedade por adoção de medidas mitigadoras.

Somente nos anos 70, com o aumento significativo da poluição, o mundo começou a se inquietar com os efeitos danosos da mesma. Foi nesta época que surgiram os primeiros organismos oficiais de controle ambiental. Até então, as empresas apenas se preocupavam em como minimizar a poluição após sua ocorrência. No final daquela década, começou-se a verificar que apenas com o controle da poluição não seria possível evitar os impactos ambientais danosos.

A década de 80 ficou marcada por grandes acidentes ocorridos em indústrias químicas, como Seveso (Itália, 1976) e o incêndio na Fábrica da Sandoz (Suíça, 1986), que contaminou o Rio Reno com uma série de produtos tóxicos, e o pior deles, em Bhopal (Índia, 1984), conforme mostrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Alguns Acidentes Ambientais Ocorridos nos últimos Anos

Ano	Local	Causa	Impacto
1974	Flixborough, Inglaterra	Explosão de Nuvem de vapor de ciclohexano	28 mortes, 89 feridos e perda de US\$ 232 milhões
1976	Sevedo, Itália	Vazamento de tetraclorobenzo-paradioxina (TCDD)	Contaminação de extensa área, afetando mais de 700 pessoas
1984	México, México	Explosão de GLP	500 mortes e perda de US\$ 20 milhões
1984	Bhopal, Índia	Vazamento de isocianatos de metila	2.500 mortes e 200 mil contaminadas
1986	Basiléia, Suíça	Vazamento de 30 Toneladas de pesticidas	Contaminação do Rio Reno numa extensão de 60 Km
1989	Alasca, USA	Vazamento de 40 mil toneladas de petróleo	Morte de 100 mil aves e contaminação de 1.100 lontras
1992	Guadalajara, México	Vazamento/explosão de duto de combustível	250 mortes e 1470 feridos

Fonte: FREITAS *et al* (2000)

Somente a partir da década de 90 houve um grande impulso com relação a uma maior consciência ambiental no mundo e, portanto, na maioria dos países aceitou-se pagar um preço maior pela qualidade de vida. O termo "qualidade ambiental" começou a tornar-se parte do cotidiano das pessoas e as empresas começaram a se preocupar mais com a racionalização do uso de energia e de matérias-primas, bem como com os desperdícios.

De uma maneira geral, os anos 90 trouxeram também a globalização da economia e como conseqüência a introdução dos conceitos de gestão nas atividades relacionadas com o Segurança, Saúde e Meio Ambiente - SSMA. Foi nesse período que nasceu o comprometimento da indústria química com um programa conhecido por "Responsible Care" (Atuação Responsável – AR) e as certificações da ISO. Importado do Canadá, o Programa AR foi adotado em 1992 pela Associação Brasileira da Indústria

Química (ABIQUIM) e representou um marco importante na indústria química brasileira. Iniciou-se, então, a fase do chamado gerenciamento ambiental.

A partir daí, os Sistemas de Gestão Ambiental (SGA)³ passaram a ocupar uma posição de destaque, não somente pela contribuição positiva que agregaram à imagem das empresas, mas também pela preocupação relacionada aos efeitos danosos que um desempenho ambiental ruim pode causar a essa imagem.

2.4 SISTEMAS DE GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Histórico

As relações entre as atividades laborativas e as doenças permaneceram praticamente ignoradas até cerca de 250 anos atrás. No século XVI, algumas observações esparsas surgiram evidenciando a possibilidade do trabalho ser causador de doenças. Em 1700, era publicado, na Itália, um livro que iria ter notável repercussão em todo o mundo: tratava-se da obra “*De Morbis Artificum Diatriba*”, de autoria do médico Bernardino Ramazzini que, por esse motivo, é muito justamente cognominado o “Pai da Medicina do Trabalho”. O autor descreve uma série de doenças relacionadas a aproximadamente 50 profissões.

Entre 1760 e 1830, ocorreu na Inglaterra um movimento destinado a mudar profundamente toda a história da humanidade, a Revolução Industrial, marco inicial da moderna industrialização, que teve sua origem com o aparecimento da primeira máquina de fiar. Nas grandes cidades inglesas, o baixo nível de vida e as famílias com numerosos filhos garantiam um suprimento fácil de mão-de-obra, sendo aceitos, como trabalhadores, não só homens, mas também mulheres e mesmo crianças, sem quaisquer restrições quanto ao estado de saúde, desenvolvimento físico etc. A improvisação das fábricas e a mão-de-obra constituída principalmente por crianças e mulheres resultaram em problemas ocupacionais extremamente sérios. Os acidentes do trabalho eram numerosos, provocados

³ O SGA consiste da estrutura, das responsabilidades, práticas, procedimentos, programas e recursos da organização mobilizados para a implantação e manutenção do gerenciamento ambiental.

por máquinas sem qualquer proteção, movidas por correias expostas, e as mortes, principalmente de crianças, eram muito freqüentes. O ruído provocado pelas máquinas primitivas atingia limites altíssimos, tornando impossível até mesmo a audição de ordens de serviços, o que muito contribuía para aumentar o número de acidentes

Aquela dramática situação dos trabalhadores não poderia deixar indiferente a opinião pública, e por essa razão criou-se, no Parlamento britânico, sob a direção de *Sir Robert Peel*, uma comissão de inquérito que conseguiu em 1802 a aprovação da primeira lei de proteção aos trabalhadores: “Lei de Saúde e Moral dos Aprendizes”, que estabelecia o limite de 12 horas de trabalho por dia, proibia o trabalho noturno, obrigava os empregadores a lavar as paredes das fábricas duas vezes por ano, e tornava obrigatória a ventilação destas.

As informações das péssimas condições de trabalho, aliadas a mutilações e mortes de trabalhadores, geraram outras reações da opinião pública, provocando uma série de medidas como, por exemplo, a proibição trabalho noturno aos menores de 18 anos e restringia as horas de trabalho destes para 69 horas por semana, e o limite da idade mínima para o trabalho de nove anos.

Nos Estados Unidos, a despeito de industrialização ter-se desenvolvido de forma acentuada a partir da segunda metade do século XIX, os serviços médicos de empresas permaneceram praticamente desconhecidos, não dando aos empregadores nenhuma atenção especial aos problemas de saúde dos seus trabalhadores. No entanto, o aparecimento da legislação sobre indenizações em casos de acidentes do trabalho, levou os empregadores a estabelecerem os primeiros serviços médicos de empresa industrial naquele país. O objetivo básico foi reduzir o custo das indenizações, adotando-se cuidados adequados dos casos de acidentes e doenças profissionais.

Visando proteger os trabalhadores contra riscos à sua saúde, que possa decorrer do seu trabalho ou das condições em que este é realizado, contribuir para o ajustamento físico e mental dos trabalhadores, pela colocação destes em atividades profissionais para as quais tenham aptidões, além de contribuir para o estabelecimento e a manutenção do mais alto grau possível de bem estar físico e mental dos trabalhadores, em

1959 a Organização Internacional do Trabalho (OIT), define o serviço de saúde ocupacional como serviço médico instalado em um estabelecimento de trabalho ou em suas proximidades.

No Brasil, os serviços médicos de empresa são de existência relativamente recente, e foram criados por livre iniciativa dos empregadores, que, recebendo trabalhadores do campo com condições geralmente pouco satisfatórias de saúde, procurava oferecer-lhes uma assistência médica gratuita no interior da própria fábrica; tinham, pois, tais serviços médicos um sentido eminentemente curativo e assistencial, e não o caráter preventivo recomendado pela OIT. Só em junho de 1972, integrado o Plano de Valorização do Trabalhador, o Governo Federal baixou a Portaria n.º 3.237, que torna obrigatória a existência não somente de serviços médicos, mas também de serviços de higiene e segurança em todas as empresas onde trabalham 100 ou mais pessoas e em 1978 foi instituída uma legislação trabalhista mais completa, com a implantação das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

Em 1966, o norte-americano Frank Bird Jr. propôs um novo enfoque para as questões de segurança e saúde, a partir da idéia de que a empresa deveria relacionar os acidentes ocorridos com danos aos trabalhadores, aos danos às suas instalações, aos equipamentos e aos seus bens em geral. Ele chamou seu enfoque de *Loss Control*, com o objetivo de dar uma abrangência maior a tais questões.

Quatro anos depois (1970), ampliando um pouco a extensão do enfoque de Bird, o canadense John Fletcher deu outra designação a essas idéias, acrescentando a palavra “total” ao enfoque do norte-americano, ou seja, *Total Loss Control*, incrementando o escopo proposto no sentido de englobar, também, as questões de proteção ambiental, de segurança patrimonial e de segurança do produto (CICCO,1996)

Paralelamente a tudo isso, foram desenvolvidas diversas ferramentas para auxiliar, principalmente, na identificação e avaliação de riscos, através de metodologias advindas dos programas aeroespaciais americanos, às quais se deu a designação de Engenharia de Segurança de Sistemas.

É importante destacar, também, a idéia que surgiu por volta de 1950, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, no sentido das empresas poderem reduzir suas despesas com seguros se aumentassem seu grau de proteção frente aos riscos. A essa idéia básica de aumentar a proteção e diminuir as despesas com seguros, deu-se o nome de “Gerência de Riscos”.

Finalmente, por volta de 1988, começou-se a perceber que as questões relacionadas à qualidade estavam levando as empresas “globalizadas” a fomentarem, também, o desenvolvimento de ações efetivas de proteção ambiental e de segurança e saúde no trabalho.

Hoje um agente impulsionador da área de segurança e saúde no trabalho é o enfoque dos “sistemas de gestão”, principalmente daqueles que puderem ser certificados por um organismo independente devidamente credenciado. Em termos evolutivos, a Grã-Bretanha tem sempre saído na frente em relação às normas sobre “sistemas de gestão”, através do qual uma empresa pode comprovar perante terceiros que tem um sistema de gerenciamento que se adequa, que está em conformidade com determinada norma. A Norma BS 5.750, sobre sistemas da qualidade, foi publicada em 1979 pelo *British Standards Institution (BSI)*, que é o órgão normalizador que produz normas na Grã-Bretanha. Essa norma deu origem à série de normas ISO 9.000, que oficialmente foi editada em 1987.

Fato similar aconteceu com as normas direcionadas aos “sistemas de gestão ambiental”: a Grã-Bretanha também saiu na frente com a Norma BS 7.750, editada em 1992 e revisada em 1994. Na área de “segurança e saúde no trabalho”, a *BSI* editou a Norma BS 8.800, sobre “Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho”, base para elaboração da norma americana certificável OHSAS 18.000.

A BS 8.800 foi preparada pelo *Technical Committee HS/1*, sob a direção do *Management Systems Sector Board*. Ela fornece orientação sobre Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), para encorajar a conformidade com as políticas e objetivos declarados de SST, e sobre como esta deve ser integrada ao sistema global de gestão organizacional. Além de ser compatível com as Normas Regulamentadoras do

Ministério do Trabalho e Emprego, é complementar a outros “sistemas de gestão”, especificamente às normas ISO 9.001 e ISO 14.001.

Já existe uma estrutura legal abrangente sobre SST, requerendo que as organizações gerenciem suas atividades de modo a antecipar e prevenir circunstâncias que possam resultar em lesão ou doença ocupacional. A BS 8.800 procura melhorar o desempenho da SST das organizações, fornecendo orientações sobre como a gestão desta pode ser integrada ao gerenciamento de outros aspectos dos negócios, com as finalidades de:

- minimizar os riscos para os funcionários e outros;
- melhorar o desempenho dos negócios;
- auxiliar as organizações a estabelecer uma imagem responsável no mercado e na comunidade.

Neste contexto de mudanças mundiais e buscando-se novas ferramentas de gestão para se alcançar a melhoria na prevenção de acidentes e de preservação ambiental, aliando-se à necessidade de divulgação para a sociedade de tais mudanças, a indústria química lança o Programa *Responsible Care*, conhecido no Brasil como Atuação Responsável.

2.5 PROGRAMA ATUAÇÃO RESPONSÁVEL (AR)

No final do ano de 1990, seguindo uma tendência de suas matrizes nos Estados Unidos e Europa, diversas empresas multinacionais apresentaram para a Comissão de Meio Ambiente da ABIQUIM os conceitos básicos do *Responsible Care* (mais tarde denominado, no Brasil, de ATUAÇÃO RESPONSÁVEL – AR). O Atuação Responsável é um programa de melhoria contínua nas áreas de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente. Na essência, esse programa representa uma declaração e um compromisso do setor químico e petroquímico com a segurança de suas operações. Em pouco mais de um ano de discussões e análise dos princípios e conteúdo do AR, em 8 de abril de 1992, a Diretoria da ABIQUIM anunciou sua adesão ao programa. Em 20 de maio daquele ano, em

cerimônia na sede da ABIQUIM, as primeiras 92 empresas associadas àquela entidade, anunciaram sua adesão voluntária a essa iniciativa (ABIQUIM, 97a).

Naquele período, refletindo a preocupação com as questões ambientais e com os acidentes ocorridos na década de 80, pesquisas realizadas nos Estados Unidos mostraram que a aceitabilidade do público em relação a indústria química diminuiu de 60% nos anos 60, para 20% em 1989 e que, mantida a tendência, poderia se estimar que, por volta do ano 2000, somente cerca de 10% da população teria uma opinião favorável ao setor. No Brasil não foi muito diferente, 56% das pessoas indicaram esse tipo de indústria como a de maior risco ou com problemas em segurança e meio ambiente. Pesquisa feita na Região Metropolitana de Salvador - Bahia, em 1991, realizada pelo COFIC, indicou o receio da população sobre a segurança do Pólo Petroquímico de Camaçari (COFIC, 2000 g).

Depois dos resultados dos desastres como Seveso, Bhopal, Valdez, Vila Socó e outros, a indústria química aprendeu, de forma dolorosa, que os seus padrões anteriores precisavam mudar e melhorar significativamente sua gestão. Nos Estados Unidos, Peter M. Sandman, consultor de comunicações de meio ambiente dividiu a história do desenvolvimento da indústria química em três estágios:

o estágio um, que predominou até pouco tempo depois de Bhopal é chamado 'muro de pedra' e é caracterizado pela convicção que o público, nas palavras da própria indústria, nada entende e é ignorante a respeito de riscos químicos. Neste estágio, considerava-se que a melhor maneira de tratar com o público sobre tais assuntos, era simplesmente não tratar com ele; 'Ignore-o, confunda-o se necessário, mas pelo amor de Deus, não se nivelem por eles em relação ao conhecimento de risco químico, diziam os dirigentes industriais da época';

o estágio dois teve início em meados da década de 80 com a compreensão que, ignorar ou confundir o público provocaria nele uma contra-reação, o que levou a indústria química a entrar no chamado 'período missionário'. Nesta fase ela continuou acreditando que o público ignorava o significado de risco químico, mas ele podia, desta vez, ser educado; hoje, segundo esta mesma divisão, a indústria entrou no estágio três, muito bem caracterizado, nas palavras do consultor, pelo '*Responsible Care*'. Conhecido pelo o estágio do diálogo, começou, tendo como seu melhor ativo, o reconhecimento que o desempenho da indústria química perdeu espaço em relação às expectativas do público. (FALCONER&OLIVA, 1995, p. 2).

Naquela mesma época, o principal executivo da Du Pont nos Estados Unidos, Edgar S. Woolard Jr. apud ABIQUIM (1992) afirmava que:

o verdadeiro desafio ambiental da indústria, não é responder à próxima proposta de regulamentação. Não é fazer com que os ambientalistas vejam as coisas sobre o mesmo prisma da indústria e nem educar o público a apreciar os benefícios dos produtos químicos. O verdadeiro desafio ambiental, segundo ele, é a necessidade da indústria adotar toda uma

nova cultura, um ambientalismo corporativo, definido como uma atitude e compromisso de desempenho, o qual coloca as preocupações do meio ambiente da empresa, totalmente alinhadas com os desejos e as expectativas do público (p. II-4).

O AR é composto por muitos conceitos e códigos visando a melhoria da performance em Segurança, Saúde e Meio Ambiente (SSMA) e, historicamente, o Código de Diálogo com a Comunidade e Preparação e Atendimento a Emergências buscou tratar do assunto de atendimento a acidentes industriais e das necessidades decorrentes das atividades relacionadas. Com a evolução do AR, entretanto, verificou-se que a comunicação não poderia ficar limitada a apenas esta parte das preocupações do público e que deveria se estender para as demais questões ligadas à segurança, saúde ocupacional e meio ambiente.

O Diálogo com a Comunidade, tanto do público interno, formada por todos os trabalhadores da empresa, quanto do externo, destacando-se a comunidade na qual a empresa está inserida, é parte fundamental do trabalho de melhoria do relacionamento e desempenho em SSMA, preconizado pelo AR. “Na verdade, talvez a maior inovação trazida pelo AR dentro da gestão desses temas, seja a inclusão dos aspectos de comunicação, embasados em princípios de transparência e participação” (ABIQUIM 1997a, p. ii).

De fato, não adianta a indústria química buscar o diálogo com as comunidades e/ou com a sociedade em geral, sem uma postura de real preocupação com o meio ambiente e com a segurança das pessoas potencialmente afetadas pelos seus riscos. É necessário, primeiro, possuir um processo produtivo seguro, buscar-se Tecnologias de Produção mais Limpas ambientalmente, para que haja coerência entre discurso e prática. Agindo desta forma as empresas estarão, cada vez mais, aplicando RSC nas suas atividades produtivas e gerenciais.

Segundo ABIQUIM (2000), o faturamento líquido do setor químico, considerando os diversos segmentos industriais que o compõem, foi superior a US\$ 42,6 bilhões, valor que coloca a indústria química brasileira entre as dez maiores do mundo. A participação relativa da indústria química na formação do PIB brasileiro, determinada pelo conceito de valor adicionado, é de aproximadamente 2,9%. Portanto, o setor químico e

petroquímico brasileiro não poderia estar ausente do programa Atuação Responsável, pelo seu porte econômico e, especialmente, pelo seu potencial impacto ambiental, intrínseco ao processo produtivo.

Fundamentos do AR

Segundo Alzate (1999), o programa AR está definido para ser implementado dentro de um padrão único e seguindo um roteiro apoiado nos seguintes fundamentos:

1. **Princípios Diretivos** - são os padrões que norteiam a ética e as políticas da indústria química em relação à proteção à saúde, segurança e meio ambiente. São declarações que dizem respeito à SSMA, nas quais se fundamentam os códigos de práticas gerenciais. Reconhecem, tanto as preocupações do público quanto o desejo da indústria em melhorar seu desempenho.
2. **Códigos de Práticas Gerenciais** - são os padrões que estabelecem os requisitos que através dos Princípios Diretivos serão efetivamente aplicados. Cada código deve expor com clareza sua finalidade, as práticas gerenciais, como também os resultados esperados, apontando, em termos qualitativos, o estágio em que se encontra no atendimento de cada prática.
3. **Comissões de Lideranças Empresariais** - são estruturas constituídas, através das quais diferentes grupos de profissionais e executivos ligados à indústria, em diversas regiões de concentração industrial, trocam experiências, elaboram e realizam trabalhos de interesse comum. O Comitê de Lideranças Executivas direciona as ações que deverão ser implementadas dentro do AR
4. **Conselhos Comunitários Consultivos** - são foros de debate, formados por membros representativos de comunidades próximas à indústria química ou por partes interessadas e por representantes das empresas, que se dedicam a conhecer, analisar, propor e cooperar na solução de problemas ou na busca de melhorias ligadas à saúde, segurança e ao meio ambiente, que sejam comuns à indústria e à comunidade. **Sua função primordial é estabelecer um canal de comunicação entre as indústrias e suas comunidades vizinhas, que permita, através de um contato transparente, o desenvolvimento de ações de interesse comum.**

5. **Avaliações de Progresso** - são sistemáticas de verificação do desenvolvimento do AR, dos sistemas gerenciais e do desempenho ligados a SSMA, destinadas a apoiar a gestão e a demonstração dos resultados obtidos.
6. **Difusão para a Cadeia Produtiva** - conjunto de esforços realizados pela indústria química junto aos demais setores que integram a sua cadeia produtiva, visando instalar os mesmos compromissos para com o AR.

O Código de Diálogo com a Comunidade e Preparação e Atendimento a Emergências é o 5º de uma série de seis Códigos de Práticas Gerenciais, assim denominados: Segurança de Processo (SEPRO); Saúde e Segurança do Trabalhador (SST); Transporte e Distribuição (TRADI); Proteção Ambiental (PA); Diálogo com a Comunidade e Preparação e Atendimento a Emergências (DCPAE); e Gerenciamento do Produto (GEPRO).

A Comunicação com a Comunidade no AR

A utilização dos Códigos de Práticas Gerenciais como direcionamento para o desempenho das empresas signatárias do AR é uma das ferramentas mais importantes do Programa. Segundo Fontoura (2001), os Códigos Gerenciais têm a finalidade de viabilizar a aplicação dos Princípios Diretivos do AR. Foram definidos seis Códigos, cada um com estrutura própria, de forma que seu conjunto dê suporte à filosofia do programa AR.

O Código Diálogo com a Comunidade e Preparação e Atendimento a Emergências auxilia no atendimento aos Princípios Diretivos do AR, totalizado em 12 princípios, dos quais destaca-se os 4 abaixo:

- Assumir o gerenciamento ambiental como expressão de alta prioridade empresarial, através de um programa de melhoria contínua em busca da excelência;
- Ouvir e responder às preocupações da comunidade sobre os seus produtos e suas operações;
- Colaborar com órgãos governamentais e não-governamentais na elaboração e aperfeiçoamento de legislação adequada à salvaguarda da comunidade, locais de trabalho e do meio ambiente;
- Transmitir às autoridades, aos funcionários, aos clientes e à comunidade, informações adequadas quanto aos riscos à saúde, à segurança e ao meio ambiente, decorrentes de seus produtos e operações e recomendar medidas de proteção e de emergência. (ABIQUIM 1997a, p. V.2)

O Código DCPAE orienta as empresas a praticarem troca contínua de informações com as comunidades externas (população vizinha, governo, formadores de opiniões, clientes e fornecedores) e com o público interno (trabalhadores). Estabelece ainda, diretrizes para todas empresas signatárias do AR, que devem ter programa de comunicação para a comunidade interna e externa, que inclua:

- Sistema que permita consultas sobre dúvidas, preocupações e sugestões da comunidade referentes às instalações, produtos e operações.
- Informações e orientações aos órgãos governamentais, à imprensa, outras atividades de negócios e à comunidade sobre o programa de preparação e atendimento a emergências e os possíveis riscos associados às operações e produtos da empresa.
- **Diálogo contínuo com representantes da comunidade externa para responder dúvidas, preocupações e sugestões sobre segurança, saúde ocupacional e meio ambiente, bem como sobre assuntos relevantes e de interesse comunitário.**
- Conhecimento e familiarização com instalações, operações, produtos e cuidados da empresa em segurança, saúde ocupacional e meio ambiente, por parte dos interessados.
- Avaliação periódica da efetividade da comunicação com a comunidade. (ABIQUIM 1997a, p. V.3)

O DCPAE propõe, na Prática 8 (Diálogo Contínuo com a Comunidade Externa) que as empresas estabeleçam para as comunidades e demais partes interessadas, canais de comunicação, tais como, Conselhos Comunitários Consultivos, programas de portas abertas, ações comunitárias ou outras formas que forem julgadas convenientes pelas empresas locais.

Segundo ABIQUIM (1997a), as empresas devem definir o objetivo do diálogo com a comunidade, identificar métodos de comunicação, definir seus públicos-alvo, estabelecer quais são os seus interlocutores e as suas respectivas atribuições. Estes devem saber que a regra fundamental na comunicação direta com a comunidade é ser honesto, não fazer promessas que não possa cumprir. O programa é de comunicação e não de informação, de forma que cada um possa expressar seu ponto de vista, pois há tendência dos técnicos em acreditar que conseguem antecipar, e até mesmo adivinhar, quais os interesses, as preocupações e as necessidades da comunidade.

O Programa AR defende, como seu objetivo maior, a melhoria contínua de desempenho nas áreas de SSMA de toda a indústria química. Este objetivo demonstra que o AR não é um simples programa de relações públicas, exigindo da indústria esforços contínuos e de longo prazo, permitindo que ela alcance: como principal finalidade, uma melhor comunicação com o público em geral, aperfeiçoando sua percepção sobre a

indústria; uso de uma linguagem comum e que se crie um sinergismo maior entre as próprias indústrias, as comunidades e os órgãos de governo; o estímulo do aumento da troca de experiências e do auxílio mútuo entre as empresas.

Compromisso das Empresas com o AR

Segundo Fontoura (2001), o *Responsible Care* encontra-se em diferentes estágios de implementação em 45 países, representando-se em todos os continentes do planeta. O *Responsible Care* tornou-se marca registrada do *International Council of Chemical Associations (ICCA)*⁴, correspondendo a uma iniciativa que procura denotar o comprometimento voluntário da indústria química mundial com a melhoria do desempenho de suas operações em SSMA.

No Brasil, a ABIQUIM tem fomentado a implantação do AR de várias maneiras, incluindo a obrigatoriedade das suas empresas associadas em participarem do Programa, renovando e assinando, anualmente, o Termo de Compromisso com o Programa AR. Esse documento tem um texto padrão, que estabelece, entre outras coisas, os compromissos da ABIQUIM e das empresas a ela associadas. Destaca-se no Termo de Referência os seguintes compromissos das empresas, formalizados na adesão: “... 2. Comunicação da adesão ao Processo e seus Princípios a toda a Companhia. (...) 4. **Ampliar os canais de comunicação com a comunidade envolvida com a empresa...**” (ABIQUIM, 1992, p. I-7).

A ABIQUIM produziu gradativamente material destinado a dar suporte a implantação do AR, composto por literatura específica, vídeos, entre outros, para apresentações e encontros regulares com os membros das diversas comissões técnicas.

Outras formas da ABIQUIM atuar como estimuladora da consolidação do AR no Brasil são os encontros promovidos pela entidade e com sua participação ativa, como por exemplo, na Terceira Sessão do Fórum Intergovernamental de Segurança

⁴ O *ICCA* é o organismo internacional que reúne as associações de indústrias químicas dos diversos países e é responsável pela coordenação do programa *Responsible Care* a nível mundial.

Química, realizada em Salvador-BA no ano de 2000. O evento foi criado com o respaldo das Nações Unidas para acompanhar e promover o debate sobre a evolução do capítulo 19 da Agenda 21, aprovada durante a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente de 1992, no Rio de Janeiro-RJ. O capítulo 19 da Agenda 21 é dedicado aos produtos químicos e a sua relação com o meio ambiente.

O Fórum é um organismo aberto, contando com autoridades governamentais de diferentes países, representantes da indústria, sindicatos de trabalhadores e de ONGs ambientais e de defesa do consumidor. (...) Os resultados do encontro foram expressos nos documentos Prioridades de Ação e Declaração da Bahia (ABIQUIM, 2000, p. 13).

Quanto aos compromissos das empresas com o AR, além da renovação formal com a ABIQUIM, anualmente, elas precisam implementar efetivas melhorias em seus processos produtivos relacionadas com SSMA, participar das atividades junto às suas comunidades vizinhas e, especialmente, ter a participação efetiva e permanente dos seus principais dirigentes no processo. Para a comunidade externa, a participação da liderança da empresa é um indicador da importância do tema para a organização.

Estabelecer políticas, diretrizes, planos e programas de trabalho é necessário e importante, entretanto, é preciso que eles sejam implementados e respeitados efetivamente, para que não haja discrepâncias entre o discurso e a ação. Outro aspecto importante é a divulgação e a compreensão de todos os trabalhadores, facilitando-se a comunicação direta entre lideranças e executantes, atravessando, assim, os escalões hierárquicos existentes nas organizações. “É imprescindível que haja, a todo momento, total sinceridade e transparência nas mensagens. Em todos os escalões deve haver a certeza de que o que está sendo dito ‘é pra valer’.” (ABIQUIM, 1997a, p. V-2)

Durante o 4º Congresso de AR em 2000 - SP, promovido pela ABIQUIM, o representante da Central Única do Trabalhadores – CUT, destacou, em sua apresentação, a necessidade da participação mais ativa dos trabalhadores no programa AR:

Elaborado originalmente pela indústria química do Canadá com o objetivo de melhorar a imagem do setor e dar mais confiança aos investidores, o programa, mesmo depois da abrangência e excelência alcançadas, carece de credibilidade por parte dos trabalhadores e suas organizações, por parte da comunidade e da opinião pública de um modo geral. Essa desconfiança quanto aos reais objetivos da indústria baseiam-se substancialmente na limitação que encontram as organizações ambientalistas, da comunidade e dos trabalhadores, em poder aferir os reais avanços da indústria em termos de prevenção e controle de risco, de melhoria de eficiência na gestão dos recursos naturais de que

usufruem e, sobretudo, na consistência dos resultados alcançados em redução de sinistros e perdas.

As raízes dessa ausência de credibilidade encontram respaldo nos acidentes industriais ampliados e nos danos causados por acidentes ambientais de proporções gigantescas recém ocorridos em diversas partes do mundo e também no Brasil (FREITAS, 2000, p. 7).

Para as empresas conquistarem a confiança do seu público interno é necessária uma série de medidas, incluindo comunicação efetiva entre a direção e seus empregados. A empresa deve também dispor de um sistema de consultas sobre dúvidas, preocupações e sugestões, amplo treinamento de toda a organização visando responder as questões sobre SSMA e avaliação transparente do sistema de comunicação. Porém, nada disto funcionará adequadamente se a empresa não melhorar, de forma consistente, o seu sistema de SSMA, ter uma postura ética com a sua comunidade interna e externa e não aplicar com seriedade a RSC.

2.6 INFORMAÇÕES SOBRE EVOLUÇÃO DO *RESPONSIBLE CARE*

A pesquisa é um instrumento revelador de problemas. Uma pesquisa social revela a intensidade de problemas sociais numa determinada área geográfica, num serviço específico e junto a um público beneficiário das ações sociais. Portanto, a pesquisa também contribui para a “focalização do projeto”. Este auxilia na constituição de uma ação preventiva ou corretiva dos problemas existentes ou antecipados.

Segundo Melo Neto e Froes (2001), é através de uma pesquisa que são definidas as justificativas de um plano, programa ou projeto. A pesquisa é o ponto de partida para uma ação eficaz de planejamento e busca de soluções. Sem elas corre-se o risco de perder o foco da ação planejada – ações que se destinam a problemas não prioritários ou que focalizam sintomas de um problema maior, permanecendo suas verdadeiras causas como fatores geradores desses problemas.

A pesquisa também contribui para a formulação correta dos objetivos e metas, do público beneficiário, dos resultados a serem atingidos, dos pressupostos, meios de verificação e indicadores, e da definição da estratégia de institucionalização do plano, programa ou projeto (MELO NETO E FROES, 2001, p. 52).

Segundo ABIQUIM (1997b), os destaques do seu relatório apresentado no *Meeting Expectations and Achieving Goal*, sobre o *Responsible Care - Progress Report*, na

Filadélfia, em outubro em 1997 indicam a percepção das pessoas entrevistadas sobre Alerta para as Comunidades e Resposta a Emergências. A seguir serão apresentados quatro gráficos relacionados com os destaques do relatório citado.

Gráficos 2.1 - Percepção sobre a Indústria Química

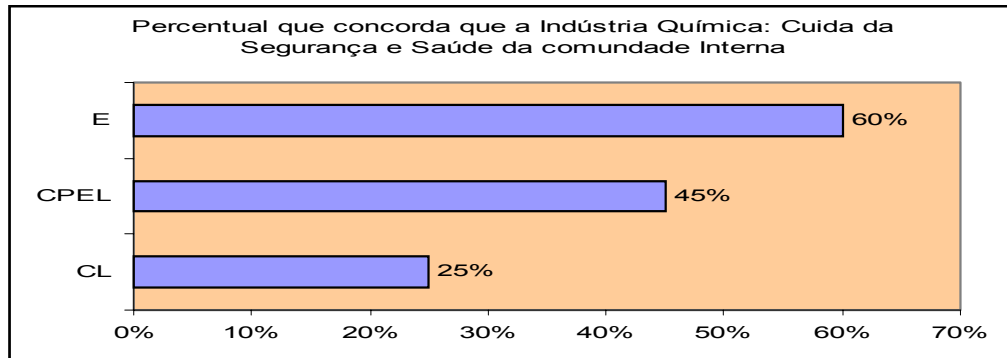


Gráfico 2.1.1 - % da comunidade entrevistada que concorda que a Ind. Química cuida da Seg. e Saúde da comunidade interna.

Fonte: ABIQUIM (1997b)

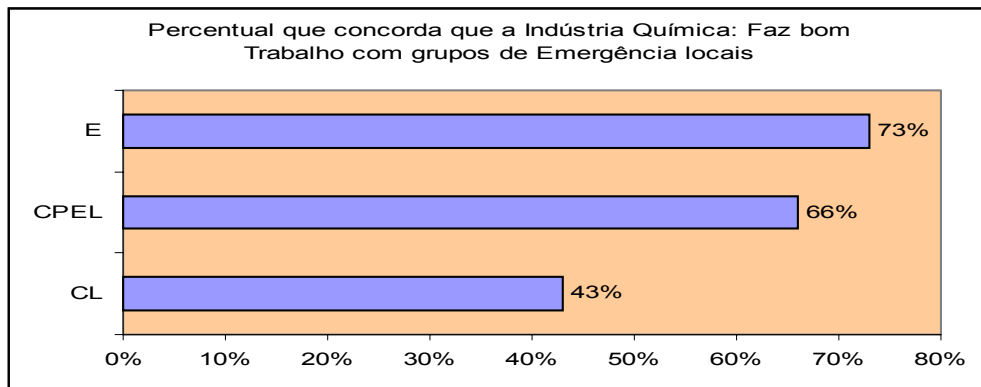


Gráfico 2.1.2 - % da comunidade entrevistada que concorda que a Ind. Química faz bom trabalho com grupos de emergências locais.

Fonte: ABIQUIM (1997b)

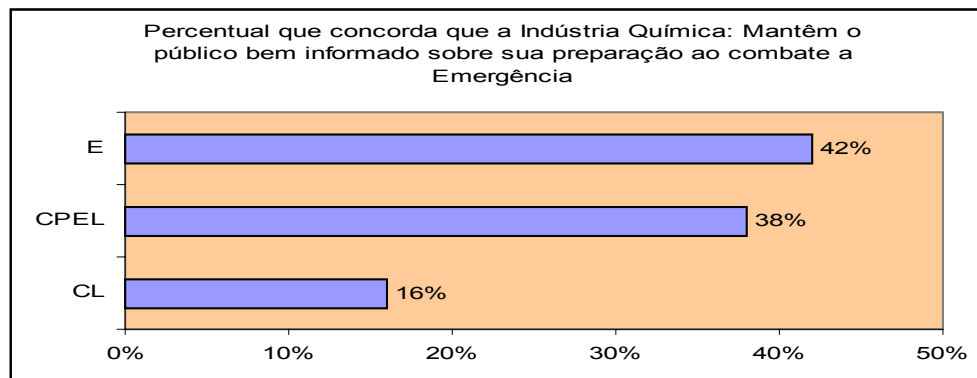


Gráfico 2.1.3 - % da comunidade entrevistada que concorda que a Ind. Química mantém o público bem informado sobre sua preparação ao combate a emergência.

Fonte: ABIQUIM (1997b)

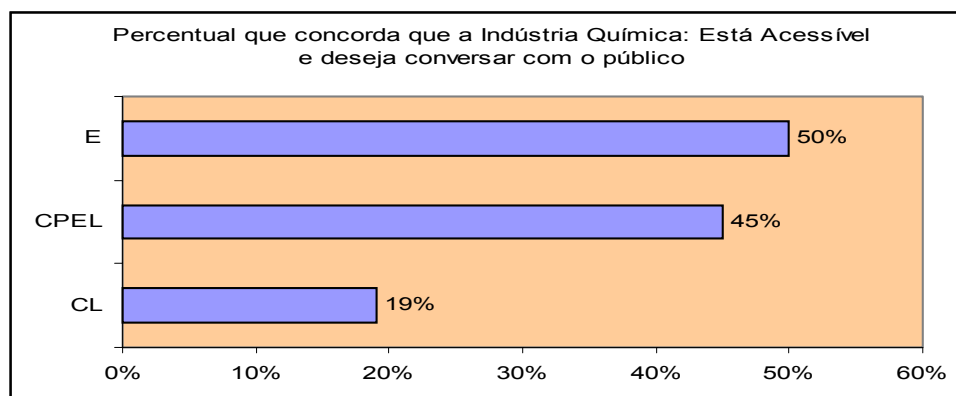


Gráfico 2.1.4 - % da comunidade entrevistada que concorda que a Ind. Química está acessível e deseja conversar com o público

Fonte: ABIQUIM (1997b)

Legenda:

E = Empregados;

CL = Comunidade Local;

CPEL = representantes extra-indústria de Comitês de Planejamento de Emergências Locais.

Conforme pode ser observado nos gráficos 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3 e 2.1.4 acima, os menores índices obtidos na pesquisa se relacionam com as Comunidades Locais e os melhores com os trabalhadores das respectivas empresas. Daí a necessidade da constituição de estratégia de RSC, como os Conselhos Comunitários Consultivos, para servir de elemento de ligação comunidade – empresa, visando dar maior conhecimento das atividades industriais.

Ainda ABIQUIM (1997b) informa que em 1991 a *Chemical Manufacturers Association (CMA)*, associação das indústrias químicas americanas, começou uma extensa campanha de comunicação com o público americano, sobre as atividades do *Responsible Care* e melhoramento de sua percepção sobre a Indústria Química dos EUA. A campanha incluiu propaganda endereçada ao público geral e programas para aperfeiçoar a comunicação com vários segmentos-chave da sociedade, incluindo os empregados da Indústria Química, residentes locais, órgãos estaduais e locais, a mídia, educadores e estudantes. A campanha interrompeu um declínio de 25 anos na opinião pública americana sobre a Indústria Química. Entretanto, pesquisas recentes e auto-avaliações de membros da *CMA* mostram que ainda era necessário maior progresso na comunicação com o público, particularmente com as comunidades vizinhas.

Durante o 6º Congresso do AR da ABIQUIM - SP, em outubro de 2002, Geraldo André Fontora apresentou o resultado da sua pesquisa, envolvendo empresas químicas de 36 países, na qual 80% delas indicaram como motivador para adesão ao *Responsible Care* (Atuação Responsável) a busca da melhoria da imagem da indústria química e do desempenho em SSMA. O Programa *Responsible Care* é obrigatório para todos os membros da Associação em 13 países, inclusive no Brasil.

Como fatores limitadores da implantação do *Responsible Care* foram indicadas as limitações nas estruturas de pessoal das empresas e as reduzidas participações e comprometimentos das altas administrações das empresas. Outros resultados da pesquisa de Fontoura (2001) diagnosticam o *Responsible Care* nos países abaixo relacionados:

- **Canadá:** Nos últimos 10 anos observa-se uma pequena melhoria com relação à imagem da indústria química junto à opinião pública. Entretanto, entre as partes interessadas (comunidade local, governo, ambientalistas e mídia) a imagem melhorou significativamente. Observa-se uma alteração no objeto da preocupação do público em geral, que deixou de focar-se nas emissões e acidentes nas indústrias químicas, para transferir-se para os efeitos de longo prazo dos produtos químicos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Planeja-se realizar a pesquisa a cada 3 anos

- **Estados Unidos:** As pesquisas evidenciaram um melhor entendimento dos temas principais com relação às partes interessadas.
- **Holanda:** A pesquisa demonstrou pequena melhoria na imagem da indústria química.
- **Itália:** O grau de conhecimento do programa ainda não é muito grande. Iniciativas como o programa de "Portas Abertas" contribui para a difusão direta de informações sobre a indústria química na localidade e para melhorar a sua imagem. Um relatório é publicado anualmente e apresentado às partes interessadas.
- **Reino Unido:** Pesquisas anuais mostram que 20% dos entrevistados são favoráveis à indústria química e que apenas cerca de 2% entendem o programa *RC*.
- **México:** Não foram promovidas ainda pesquisas de opinião, pois as empresas ainda não iniciaram as atividades de comunicação com a comunidade e pretende-se treinar os associados antes de realizar tais pesquisas de opinião pública.
- **Noruega:** Não pretende realizar tais pesquisas, pois acredita que a indústria química não será aceita pela sociedade. Acredita que seja mais conveniente a realização de pesquisa sobre cada empresa
- **Brasil:** Realizou uma pesquisa estruturada em etapas: na primeira e segunda etapas foram ouvidos o público interno (profissionais da indústria química) e alguns segmentos do público externo. A terceira etapa foi à realização de uma pesquisa aberta para o público em geral. Há duas conclusões importantes relacionadas diretamente ao Programa de Atuação Responsável: a primeira, muito positiva, é que o programa tem o reconhecimento e é respeitado pelo público interno do seguimento industrial; a segunda, é que o AR é pouco conhecido fora deste seguimento.

Segundo Fontoura (2001), as principais conclusões dessa pesquisa podem ser resumidas abaixo:

- O Atuação Responsável tem colaborado em grande parte para o amadurecimento da indústria química frente às questões relacionadas com meio ambiente,

saúde e segurança e constitui-se elemento gerencial importante para este segmento no enfrentamento das questões relacionadas ao produto químico.

- Os benefícios alcançados pelo *Responsible Care* são muito mais evidentes no âmbito interno das empresas do que na construção de uma imagem melhor junto às partes interessadas. Na visão deste autor, talvez a indústria química nacional devesse investir mais na comunicação com as comunidades vizinhas, intensificando os trabalhos com os seus respectivos CCC.

- Observa-se uma tendência para a incorporação dos conceitos de Responsabilidade Social Corporativa e de Desenvolvimento Sustentável aos programas dos diversos países.

Um dos Princípios Diretivos do AR estabelece que se deve transmitir para as autoridades, empregados, clientes e comunidade, informações adequadas quanto aos riscos dos produtos e operações das indústrias químicas, além de recomendar medidas de proteção e de emergência. Outro Princípio Diretivo do AR enfatiza que a indústria química deve ouvir e responder as preocupações da comunidade sobre seus produtos e as suas operações. Neste contexto, o Programa Atuação Responsável tem como um dos seus principais pilares a necessidade de construção e manutenção do relacionamento direto com lideranças das comunidades. Assim, a indústria química mundial tem formado Comitês Públicos Consultivos, que abrigam representantes de diversos segmentos da sociedade, com o objetivo de atender ao AR. Estes representantes das comunidades têm trazido suas percepções sobre SSMA.

2.7 CONSELHOS COMUNITÁRIOS CONSULTIVOS NOS EUA

Segundo ABIQUIM (1997b), em 1997 existiam mais de 300 Conselhos Comunitários Consultivos (CCC) nos EUA. Na *Velsicol Chattanooga, Tennessee*, o CCC local controla uma Rede de Alerta à Comunidade para dar informações apropriadas à comunidade em caso de uma emergência. O sistema de alerta telefônico computadorizado automaticamente contata lares a uma distância de uma milha da planta em caso de uma

emergência. A planta da *Syntex Chemical em Boulder*, Colorado, tem um *site* na *web*⁵ fornecendo uma explanação sobre o CCC e seus participantes.

A *CMA* publicou em 1991 os principais desafios da Indústria Química nos EUA. Posteriormente organizou-os no que se chamou de os quatro pilares do *Responsible Care*: Mudança Cultural, Avaliação Externa, Envolvimento Público/Prontidão para com a Comunidade e Advocacia Responsável. Destaca-se abaixo apenas os desafios relacionados com a Comunidade e os respectivos “*Benchmarks*” para progresso futuro nos CCC dos EUA:

Desafios relacionados:

- Mensuração de Impactos.

Benchmarks para progresso futuro:

- Número de CCC's.
- Número de outros processos de diálogo além dos CCCs.
- Número de cenários de piores casos investigados e comunicados de forma significativa às comunidades.
- Número de questões respondidas para satisfação dos CCCs.
- Reduções de emissões (como uma medida de atendimento às comunidades).
- Número de mudanças que as empresas têm feito em resposta ao questionamento público.
- Número de oportunidades para os CCCs ligarem-se a redes regionais e nacionais.
- Número de interações entre CCCs (ABIQUIM, 1997b, p. 5).

O Conselho Comunitário Consultivo é formado por 15 americanos de diferentes partes do país e envolvidos com uma gama de questões públicas. Os encontros do Conselho acontecem 4 a 5 vezes ao ano em diferentes cidades americanas. As reuniões envolvem visitas a *sites* de empresas e interação com representações comunitárias. As reuniões ocorrem nos fins de semana, tendo duração de 12 horas de discussões, quando eles avaliam também as metas estabelecidas. Os membros do Conselho não são remunerados para esse trabalho.

2.8 CONSELHOS COMUNITÁRIOS CONSULTIVOS NO BRASIL

Segundo Fontoura (2001), os Conselhos Comunitários Consultivos foram organismos previstos pela ABIQUIM desde os estágios iniciais do programa AR no Brasil.

⁵ *Site* na *web* é constituído de um sistema de informações sobre um determinado assunto, disponível na internet para consulta pública.

Eles foram concebidos na tentativa de estreitar o diálogo entre a indústria química e as partes interessadas locais.

O Código de Diálogo com a Comunidade e Preparação e Atendimento a Emergências propõe, na Prática Gerencial nº 08 (Diálogo Continuo com a Comunidade Externa), a implantação de um Conselho Comunitário Consultivo para a empresa, ou que esta participe do CCC Regional, caso ele exista. Essa Prática Gerencial orienta sobre a necessidade do diálogo com representantes da comunidade externa para responder as suas dúvidas, preocupações e sugestões sobre segurança, saúde ocupacional e meio ambiente, bem como sobre assuntos relevantes e de interesse comunitário.

Segundo orientação da ABIQUIM, a decisão de implantar um CCC em unidades da empresa deve levar em consideração fatores diversos, que vão desde o grau de interesse da comunidade frente aos assuntos ligados à empresa, até a estrutura interna da organização. Por se tratar de um tipo especial de canal de diálogo, a implantação deve ser feita de forma consistente, já que demanda uma nova abordagem de comunicação, não convencional.

Após a conclusão do Código de Diálogo com a Comunidade e Preparação e Atendimento a Emergências, em 1997, as empresas associadas a ABIQUIM discutiram amplamente seus temores em relação ao diálogo direto com as comunidades externas e as estratégias de comunicação com as mesmas, levando-se em consideração que o processo deveria ser transparente, buscando ouvir e responder as preocupações da comunidade sobre os seus produtos e operações e os seus riscos envolvidos.

Não se pode esquecer a grande importância que a especialização em comunicação de riscos assume quando a empresa resolve informar sobre a periculosidade de suas operações, processos e produtos. Mal abordada, a comunidade externa pode reagir fortemente e de forma negativa, afetando todo o processo. (ABIQUIM, 1997a, p. VIII.24).

Desta forma, a partir de 1997, após a ABIQUIM publicar o Código de Prática Gerencial, destinado à relação com comunidade, os Conselhos Comunitários Consultivos no Brasil, **exceto Camaçari-BA que foi implantado em 1994**, começaram a ser instalados.

Desde em 1999 está funcionando o **Painel Consultivo Comunitário do Pólo de Cubatão – São Paulo**, que realiza um encontro mensal das empresas da região, promovido pelo Centro Industrial daquela região. O encontro envolve representantes e líderes comunitários de associações e instituições da comunidade local, com o objetivo de propiciar o conhecimento das empresas de Cubatão, suas operações, processos, produtos, focado predominante em meio ambiente, saúde e segurança ocupacional.

A **Regional do ABC paulista** conta com mais de 11 empresas químicas e instituiu o seu Conselho Comunitário Consultivo em 05/09/2000, contando com 30 membros de 4 municípios da região, sendo 16 da comunidade, 5 da área de saúde, 3 de segurança, 3 de Meio Ambiente e 3 de escolas. São realizadas reuniões trimestrais itinerantes nas quais a participação média dos conselheiros é de 73%. Para implementar o seu CCC, foram visitados os Conselhos Comunitários de Camaçari-BA, Kodak-SP e Cubatão-SP. Principais ações adotadas: visitas às empresas, maior divulgação do CCC, informações sobre as empresas e palestras em escolas

Na **Região Metropolitana de Curitiba** o relacionamento com a comunidade ainda não ocorre em todas as empresas, e, quando existe, fica restrito ao programa de visitas à empresa. Apenas a Associação das Empresas daquele Complexo Industrial desenvolve um relacionamento com a comunidade curitibana. A presença de uma regional no estado seria um fator que facilitaria o desenvolvimento dos programas nas empresas, o intercâmbio de experiências e informações entre as empresas (ABIQUIM, 2002). A região pretende implantar o seu Conselho Comunitário até 2004.

O Conselho da Comunidade da **Kodak, em São Paulo**, foi implantado em 1999 e realiza reuniões mensais. Foram realizados *brain storming* para avaliar o que a comunidade desejaria discutir e implantado o programa Portas Abertas. As melhorias no processo produtivo da empresa são informadas ao CCC e são realizadas atividades com escolas locais. Um panfleto é criado semestralmente para a comunidade ter acesso às informações. Existe um telefone para contato com o Conselho e disponibilidade de pessoal técnico para proferir palestras sobre SSMA, além de convites para representantes da comunidade participarem das atividades internas da Kodak.

O **Pólo Cloroquímico de Alagoas** foi o segundo complexo industrial do ramo a constituir seu Conselho Comunitário Consultivo no Brasil, em 1997. Precedeu a implantação do CCC em Alagoas, visitas de conselheiros comunitários de Camaçari-BA a Maceió e participação de lideranças populares daquela localidade em duas reuniões do Conselho do Pólo Petroquímico de Camaçari-BA. Vários trabalhos foram realizados pelo pessoal de Alagoas, destacando-se a implantação do Plano de Contingência na comunidade próxima a Salgema (atual Braskem Vinílicos de Alagoas).

O **Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul** iniciou a discussão com líderes populares locais para a formação e implantação do seu CCC em 2002 e convidou membros do CCC de Camaçari-BA para reunião com seus pretensos conselheiros, em setembro daquele ano.

Segundo ABIQUIM (2002), o número de atividades das empresas associadas àquela entidade com comunidades, cresceu de 1017 casos em 1999, para quase 1500 no ano 2000, o que representa um aumento de quase 50% em um ano.

Como pode-se observar ao longo deste capítulo, os sistemas de gestão em SSMA existentes poderão ser de grande utilidade para que as empresas possam praticar uma adequada Responsabilidade Social Corporativa e a relação com as comunidades é uma ferramenta indispensável para essa prática.

A inter-relação entre RSC, *stakeholders* e AR, assim como a compreensão conceitual dos mesmos, servirá de elemento para analisar a relação do COFIC com o CCC e a influência deste sobre a gestão do COFIC na SSMA do Pólo. Destaca-se que a o diálogo entre as partes interessadas e a busca da confiança nessa relação serão exigidos, tanto na RSC quanto no programa Atuação Responsável. Por sua vez, as empresas precisarão gerenciar, cada vez melhor, os seus riscos de SSMA, almejando maximizar as suas contribuições para a sociedade, reduzindo os impactos negativos do processo produtivo.

CAPÍTULO 3 O PÓLO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI

3.1 ASPECTOS GERAIS

O Pólo Industrial de Camaçari começou a operar em 29 de junho de 1978. Esta data marca o início das operações da Companhia Petroquímica do Nordeste – COPENE (atual Braskem Insumos Básicos), a central de matérias-primas, e de algumas indústrias de segunda geração. Nascia então o maior Pólo Petroquímico integrado da América do Sul, com a missão de suprir parcela significativa da demanda nacional por produtos petroquímicos básicos e intermediários (COFIC, 2002 a). É o primeiro complexo petroquímico planejado do país e está localizado no Município de Camaçari-BA e ali estão instaladas empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividades como indústria automotiva, de celulose, metalurgia do cobre, têxtil, bebidas e serviços.

Voltado prioritariamente para atender ao mercado interno, o Pólo de Camaçari iniciou suas atividades sob o modelo tripartite, em que o Estado, através da Petroquisa (subsidiária da Petrobras) tinha participação expressiva no controle acionário da maioria das empresas, partilhando-as com o capital estrangeiro e com alguns empresários privados nacionais. Com o tempo, a Petroquisa foi reduzindo sua participação no capital ordinário das empresas, dando lugar a um maior adensamento do capital privado nacional, sozinho ou em associação com grupos estrangeiros.

A fase atual experimentada no Pólo de Camaçari é de expansão, deixando de ser chamado de “petroquímico” e se tornando no Pólo Industrial, com a implantação de outros tipos de produção. O novo Pólo se caracteriza, sobretudo, como uma fase de diversificação industrial, liderada pelo Projeto Amazon, da Ford, com um investimento da ordem de US\$ 1,8 bilhão, com a conseqüente expectativa, anunciada pelo Governo do Estado, da geração de 5 mil empregos diretos e 50 mil indiretos (COFIC, 2002 b). Na área química, a mais nova unidade em operação é a Monsanto, que representa um investimento da ordem US\$ 550 milhões. Ambos os empreendimentos (Ford e Monsanto) começaram a operar no segundo semestre de 2001.

Em 2002, cerca de 60 empresas (34 químicas e petroquímicas) operavam no Complexo Industrial de Camaçari. Com a instalação da Ford, incorporaram-se ao Pólo 30 empresas sistemistas que compõem o Complexo Automotivo (COFIC, 2002 a).

A capacidade instalada do Pólo é de 8 milhões de toneladas/ano de produtos químicos e petroquímicos básicos e intermediários (fabricados pelas indústrias de segunda geração). O volume de produtos químicos e petroquímicos finais fabricados em Camaçari é pouco expressivo. Neste aspecto, o Pólo ainda é um conglomerado industrial que se encontra no início da cadeia de produção, pois a maioria das empresas transformadoras que compram os produtos fabricados no Complexo está localizada no Centro-Sul do Brasil. Na fase atual de diversificação industrial do Pólo, a tendência é de que Camaçari possa continuar atraindo novas empresas de transformação e de prestação de serviços para o Estado da Bahia (COFIC, 2002 b).

O Pólo de Camaçari representa um investimento total de US\$ 8 bilhões, em 2002. Com o início de operações da montadora Ford e da Monsanto, o investimento (Ativo global) do Complexo fica acima de US\$ 10 bilhões e o número de empresas está próximo de 90. Os empregos diretos aumentaram para aproximadamente 12.000. Os Indiretos (através de empresas contratadas), somam 11.000, dentro do Complexo Industrial (COFIC, 2002 a).



Figura 3 – Vista aérea do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Fonte: COFIC (2002 b)

3.2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ACESSO AO PÓLO

A localização estratégica do Pólo Industrial de Camaçari permite fácil acesso às indústrias através das rodovias BA-093 e BA-535 (Via Parafuso), ferrovias, portos e aeroportos. O Pólo está assentado sobre um espaço geográfico ambientalmente estratégico para indústria e muito suscetível a impactos em região de confluência de mananciais de água para abastecimento público e sobre a maior reserva de água subterrânea do estado da Bahia, os aquíferos da formação São Sebastião.

Ao sul e ao norte do complexo industrial, a 3 km, estão as sedes dos municípios de Camaçari e de Dias D'Ávila, distantes do município de Salvador 50 km e da Refinaria Landulpho Alves, município de São Francisco do Conde, 39 Km.

Camaçari é um município com uma população de 140.000 habitantes, destes, cerca de 60 mil residem na sede. O município de Dias D'Ávila tem uma população

de 60.000, 50% morando na sede. Nestas duas cidades moram aproximadamente 90% dos trabalhadores terceirizados do Pólo.



Figuras 4 – Localização geográfica do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Fonte: COFIC (2002 b)

3.3 DADOS ECONÔMICOS – INVESTIMENTOS, CAPACIDADE INSTALADA E VENDAS.



Figura 5 – Vista parcial do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Fonte: COFIC (2002 b)

Segundo COFIC (2002 b), a importância econômica do Pólo Industrial de Camaçari pode ser medida pela grandeza de seus números:

- investimento global de aproximadamente US\$ 10 bilhões;
- capacidade instalada acima de 8 milhões de toneladas/ano de produtos químicos e petroquímicos básicos, intermediários e finais;
- faturamento de aproximadamente US\$ 5 bilhões/ano;
- a produção atende a mais da metade das necessidades de produtos químicos e petroquímicos do Brasil;
- as exportações representam US\$ 600 milhões/ano, cerca de 30% do total exportado pelo Estado da Bahia, e se destinam, praticamente, a todo o mundo;
- responde por aproximadamente 25% do total da arrecadação de ICMS do Estado da Bahia e por mais de 90% da receita tributária do Município de Camaçari;
- emprega 12 mil pessoas diretamente, e 11 mil pessoas através de empresas contratadas;
- participação acima de 12% no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado da Bahia.

O Pólo tem uma participação superior a 15% no PIB baiano, número que contempla os novos empreendimentos (Ford e Monsanto). A contribuição do Complexo Industrial em termos de ICMS é da ordem de 25% da arrecadação total do Estado da Bahia, percentual que é uma referência histórica, devendo aumentar com a instalação de novas empresas. (COFIC, 2002 a).

Em termos de produção, o Pólo responde por aproximadamente 50% da demanda nacional por produtos químicos e petroquímicos básicos, intermediários e (alguns) finais. Exporta em torno de US\$ 600 milhões/ano, respondendo por aproximadamente 30% da pauta de exportações do Estado da Bahia.

Após a sua implantação, na década de 70, o Pólo provocou um impacto significativo para a formação da massa salarial da Região metropolitana do Salvador. Franco (1997) apresenta dados sobre os salários pagos no Pólo na década de 80 que comprova a importância econômica do Pólo para a economia baiana.

Em 1985, os salários pagos nas indústrias químicas e petroquímicas representavam 48% da massa salarial da indústria de transformação baiana e cerca de 8% dos salários pagos por todas as empresas/atividades declarantes da RAIS. No mesmo ano, o salário médio anual do setor químico e petroquímico equivalia a 2,4 salários médios da indústria de transformação;

3,5 da construção civil; 5,6 do comércio; 2,9 dos serviços e 4,4 da administração pública. (FRANCO, 1997, p. 70).

A massa salarial gerada no Pólo ampliou o mercado consumidor da Região Metropolitana do Salvador das classes sociais média e alta, no comércio e construção civil. A maioria dos empregos diretos nas empresas do Pólo eram destinadas aos moradores de Salvador ou Lauro de Freitas, devido a exigência de uma melhor qualificação profissional. “Em 1985, residiam em Salvador apenas 10,8% dos trabalhadores ligados as terceiras e 71,8% do quadro de pessoal das empresas petroquímicas” (FRANCO, 1997, p. 72).

Segundo Franco (1997), Camaçari antes do Pólo não passava de um entreposto ferroviário e local de veraneio, onde predominava as características de precariedade típicas de uma economia incipiente, baseada na produção de insumos primários para a construção civil. A partir do final dos anos 90 o Pólo contribui com mais de 90% para a receita de ICMS do município de Camaçari, que é a segunda maior arrecadação do Estado da Bahia, depois de Salvador. Estima-se em R\$ 270 milhões a arrecadação anual do município-sede do Complexo Industrial.

3.4 COMPLEXO INTEGRADO – FUNCIONAMENTO INTEGRADO ENTRE AS EMPRESAS, PRODUTOS E APLICAÇÕES

A maioria das empresas do Pólo está interligada por tubovias a uma central de matérias-primas, a Braskem S.A. - Unidade de Insumos Básicos (antiga COPENE), que recebe derivados de petróleo da Petrobras, principalmente a nafta, e os transforma em petroquímicos básicos (eteno, propeno, benzeno, tolueno, butadieno, xilenos, solventes e outros).

Estes produtos e também utilidades como energia elétrica, vapor, água e ar de instrumento são fornecidos às indústrias vizinhas, de segunda geração, que por sua vez fabricam os petroquímicos intermediários e alguns produtos finais. Um etenoduto, com mais de 400 quilômetros de extensão, interliga o Pólo a Braskem Vinílicos em Maceió.

O Pólo ainda dispõe de uma Empresa de Proteção Ambiental, a CETREL, e uma empresa especializada em manutenção industrial, a ABB Service (COFIC, 2002b).

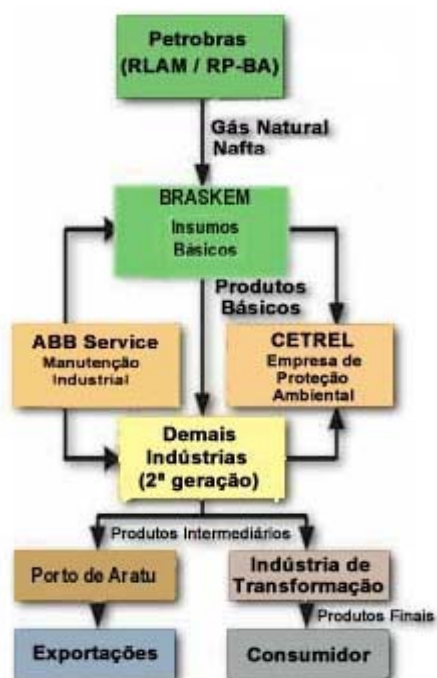


Figura 6 – Fluxograma resumido do funcionamento integrado do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Fonte: COFIC (2002 b)

As principais linhas de aplicação dos produtos petroquímicos e químicos são os plásticos, fibras sintéticas, borrachas sintéticas, resinas e pigmentos. Após transformados, os produtos químicos e petroquímicos resultam em embalagens, utilidades domésticas, mobiliário, materiais de construção, vestuário, calçados, componentes industriais (indústria eletrônica, de informática, automobilística e aeronáutica), tintas, produtos de limpeza (detergentes), corantes, medicamentos, defensivos agrícolas e fertilizantes.

A figura 7 mostra uma vista aérea uma parte de Pólo e a figura 8 apresenta o porto de Aratú, por onde circulam muitos produtos manipulados e produzidos no Pólo.



Figura 7 – Vista aérea do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Fonte: COFIC (2002 b)



Figura 8 – Vista aérea do Porto de Aratú.

Fonte: COFIC (2002 b)

3.5 COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI (COFIC)

O COFIC é uma associação privada, que congrega mais de 50 empresas associadas no Pólo Industrial de Camaçari e em suas áreas de influência (Dias D'Ávila e Candeias) – ver Anexo C. Exerce papel de articulador, coordenador e estimulador de ações de natureza coletiva para o atendimento de interesses comuns de suas associadas.

Atua sob a ótica da contribuição para o desenvolvimento das empresas associadas e de suas relações com a comunidade. O COFIC tem como missão coordenar as ações conjuntas de suas associadas, nas áreas em que, intrínseca ou circunstancialmente, esse esforço se mostre mais eficaz do que as ações individuais (COFIC, 2002 b), e tem a seguinte estrutura interna:

a) Conselho de Administração

É constituído pelo presidente, três vice-presidentes e outros dezesseis conselheiros, dirigentes representantes de empresas associadas ao COFIC.

b) Comissão Executiva

É constituída pelo presidente do Conselho de Administração, um superintendente geral e três superintendentes.

- Áreas de Atuação do COFIC
-

a) Segurança Industrial

Coordenação da Comissão de Segurança e Higiene Industrial (COSIMA), do PAM (Plano de Auxílio Mútuo), do PCP (Plano de Contingência do Pólo), PEC (Plano de Emergência para a Comunidade), Projeto APPOLO II (Análise Preliminar de Perigo do Pólo) e Prêmio Pólo de Segurança Industrial.

b) Segurança Patrimonial

Vigilância do complexo industrial.

c) Saúde Ocupacional

Coordenação da Comissão de Saúde do Trabalhador (CST) e do Plano de Assistência Médica de Emergência (PAME), destinado a atender a todos os trabalhadores do Pólo.

d) Meio Ambiente

Articulação junto às empresas associadas para implementação de medidas de Proteção Ambiental, em conjunto com a CETREL.

Coordenação Regional do Programa de Atuação Responsável, por delegação da ABIQUIM.

e) Comunicação Social

Com a responsabilidade de coordenar:

- as relações com a imprensa e com as comunidades vizinhas – manutenção de canal permanente de diálogo entre as indústrias e as comunidades vizinhas;
 - o Programa de Visitas ao Pólo (Ver De Dentro), destinado prioritariamente às comunidades vizinhas;
 - o Programa de Incentivo à Educação (treinamento de professores nas escolas públicas de Camaçari e Dias D'Ávila);
 - o Prêmio Pólo de Incentivo à Educação (para as escolas públicas que oferecem ensino fundamental em Camaçari e Dias D'Ávila);
 - o Prêmio Pólo de Proteção Ambiental, destinado aos profissionais de imprensa com matérias publicadas sobre questões ambientais.
 - as atividades do Conselho Comunitário Consultivo.
-

f) Desenvolvimento de Pessoas

Promoção de cursos e seminários para as empresas associadas.

g) Relação com as Universidades

Desenvolvimento de programas de incentivo, de convênios voltados às iniciativas de mestrado e doutorado em química e engenharia química.

3.6 PROTEÇÃO AMBIENTAL – EMPRESAS DO PÓLO INDUSTRIAL E SEUS PROGRAMAS AMBIENTAIS

Segundo COFIC (2002 b), as empresas do Pólo Industrial de Camaçari desenvolvem, individualmente, vários programas de proteção ambiental, destacando-se entre eles: o tratamento, na fonte, dos efluentes líquidos e resíduos sólidos; a redução de perdas de produtos; e busca de adoção de tecnologias de produção mais limpas. Elas têm na CETREL, a gestora dos programas coletivos de proteção ao meio ambiente, operando nos mais variados campos da engenharia ambiental com equipamentos modernos e avançada tecnologia. A CETREL foi criada na implantação do Pólo e originalmente foi denominada de “Central de Tratamento de Efluentes Líquidos”. Suas atividades compreendem a:

- coleta, tratamento e disposição final dos efluentes líquidos e resíduos sólidos do Pólo;
- monitoramento contínuo do ar, das águas subterrâneas e de superfície, rios e mar.
- incineração de resíduos perigosos, líquidos e sólidos;
- operação do emissário submarino;
- e desenvolvimento de tecnologias de proteção ambiental.

Para avaliar a qualidade do ar, o Pólo dispõe de uma moderna rede de monitoramento, que funciona ininterruptamente com estações de medição na área industrial e em locais estratégicos das comunidades vizinhas.

Na Estação Central de Tratamento da CETREL, são removidos mais de 90% dos poluentes dos efluentes líquidos do Pólo. Após o tratamento eles são conduzidos

até o mar através do emissário submarino, que substituiu os rios Capivara Pequeno e Jacuípe como condutores dos efluentes tratados até o mar. O empenho e eficiência no trabalho de gerenciamento ambiental no Complexo conferiram à CETREL vários prêmios, além da certificação das suas atividades pela norma ISO 14001 (COFIC, 2002 b).



Figura 9 – Estação de monitoramento do ar.

Fonte: COFIC (2002 b)



Figuras 10 e 11 – Vista aérea da estação central de tratamento de efluentes líquidos da CETREL.

Fonte: COFIC (2002 b)

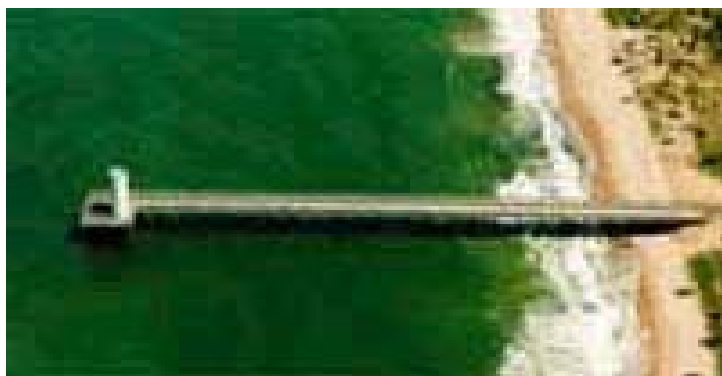


Figura 12 – Vista aérea do emissário submarino.

Fonte: COFIC (2002 b)

Segundo Franco (1997), o Pólo não dispunha de um sistema de divulgação do seu gerenciamento ambiental até o final dos anos 80. A partir de 1989, com a conclusão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto de ampliação do Pólo, tornaram-se

disponíveis algumas informações ambientais do Pólo no Centro de Recursos Ambientais (CRA). Destaca-se, por exemplo, entre essas informações disponíveis no final da década de 80:

- a situação do rio Capivara Pequeno com forte degradação ambiental;
- a interrupção do monitoramento das águas subterrâneas no fim da década de 80;
- a situação da deposição de resíduos sólidos na Cetrel e a necessidade de um melhor gerenciamento;
- a questão do inadequado monitoramento do ar atmosférico na região e a necessidade de medidas urgentes;
- a degradação no solo em áreas próximas ao Pólo por erosão e ações poluidoras;
- a falta de um plano de emergências para as comunidades vizinhas e o desconhecimento da população sobre os riscos do Pólo.

3.7 SEGURANÇA INDUSTRIAL E SAÚDE OCUPACIONAL NO PÓLO

Normas e procedimentos de segurança são observados pelas as empresa do Pólo, as quais dispõem de brigadas de combate a incêndio e profissionais treinados para atuar em situações de emergência. Exercícios simulados e troca de experiências entre as empresas são realizados regularmente. Estas e outras questões abaixo serão detalhadas mais adiante e estão correlacionadas com o objeto deste trabalho, por se tratar de assuntos da SSMA do Pólo e programas gerenciados pelo COFIC.

Outro programa gerenciado pelo COFIC é o Plano de Auxílio Mútuo (PAM), através do qual uma empresa pode recorrer à ajuda das demais para controle rápido de emergências. A criação do Prêmio Pólo de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente, incentiva entre as empresas a melhoria contínua no campo da prevenção de acidentes de trabalho e facilita a troca de conhecimentos em da SSMA. Este programa, também sob a gestão direta do COFIC, é bastante valorizado pela empresas e desejado por todas elas (COFIC, 2002 b).

- **Investimento em Segurança e Meio Ambiente**

Os investimentos em programas de segurança e proteção ao meio ambiente no Pólo Industrial de Camaçari mantiveram tendência de crescimento entre os anos de 1998 e 2000, contribuindo para uma melhoria substancial do desempenho das empresas na prevenção de acidentes. Anualmente, as empresas do Pólo investem, em média, R\$ 140,4 milhões em programas de segurança e proteção ao meio ambiente. Para o ano 2000 o investimento foi de R\$ 208,4 milhões, o que representou um aumento de 41% em relação a 1999 (COFIC, 2002 b).

Os investimentos contemplaram, prioritariamente, a implantação de sistemas de controle de efluentes e resíduos na fonte, programas de redução de emissões fugitivas, treinamento de pessoal, automação de sistemas de combate a incêndio e



aquisição de novas viaturas e ambulâncias.

Gráfico 3 – Investimentos das empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari em segurança e meio ambiente.

Fonte: COFIC (2002 b)

- **Investimento em Treinamento**

Segundo COFIC (2002 b), todos os empregados do Pólo recebem treinamento sobre segurança quando iniciam suas atividades na empresa, inclusive os prestadores de serviços vinculados às contratadas. A intensidade do treinamento, ao longo da permanência do empregado na fábrica, varia de acordo com a complexidade da função que ele exerce e do nível de risco a que está exposto.

O número de Horas-Homem ano (HH / ano), dedicadas pelas empresas do Pólo a treinamento em segurança e proteção ao meio ambiente, passou de 213 mil em 1998 para 274 mil em 1999, com acréscimo de 22% no período. Quanto ao desembolso, foi da ordem de R\$ 5,7 milhões no período 98/99. Para 2000 foram 277 mil horas de treinamento, equivalentes a um investimento de R\$ 5,2 milhões (COFIC, 2002 b).



Gráfico 3.1 – Investimentos das empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari em treinamento.

Fonte: COFIC (2002 b)



Gráfico 3.2 – Horas disponibilizadas pelas empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari, para treinamentos.

Fonte: COFIC (2002 b)

Percebe-se nos Gráficos 3.1 e 3.2 acima que os investimentos de recursos financeiros e horas de treinamentos em SSMA, no período de 1998 a 2000, aumentaram de forma crescente ano a ano.

- **Programas de Prevenção de Acidentes**

Os casos de acidente com maior severidade ocorridos no Pólo, são apresentados e discutidos: nas comissões técnicas de investigação das empresas; entre os profissionais de segurança do Pólo; no Conselho de Administração do COFIC e no Conselho Comunitário Consultivo. Isto permite troca de experiências entre as empresas e a prevenção de acidentes similares aos ocorridos e relatados.

Quanto aos programas e ações em SSMA, desenvolvidas individualmente pelas empresas, o COFIC (2002 b) destaca dentre outros: a manutenção periódica de plantas e equipamentos; automação na medição de inventários de produtos químicos; redução de emissões fugitivas; controle de efluentes e resíduos sólidos na fonte; auditorias internas dos procedimentos de segurança; monitoramento ambiental e biológico de agentes químicos e físicos; e exercícios simulados para controle de emergência.

Observa-se na figura 13 a seguir, um treinamento de combate a emergência numa das empresas do Pólo e na figura 14 os trabalhadores em evasão total do Pólo. Ambos treinamentos fizeram parte do simulado de emergência do Plano de Contingência do Pólo (PCP) realizado anualmente.



Figura 13 – Treinamento da brigada de combate a incêndios.

Fonte: COFIC (2002 b)



Figura 14 – Treinamento simulado de emergência com evasão geral de fábrica.

Fonte: COFIC (2002 b)

- **Prêmio Pólo de Segurança Industrial**

Coletivamente, as empresas dispõem de um sistema de auditoria que aponta eventuais vulnerabilidades nas suas políticas e práticas de prevenção de acidentes, culminando com recomendações e uma premiação para aquelas que mais se destacam positivamente em SSMA.

O Prêmio Pólo de Segurança Industrial foi criado em 1997 pelo COFIC, com o propósito de incentivar a melhoria contínua de desempenho das empresas, visando à prevenção de acidentes. Em 2001, o Prêmio incorporou também saúde e Meio Ambiente.

Além da obediência a rigorosos critérios de classificação, as empresas são submetidas a auditorias que avaliam cerca de 800 itens de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente resultando em recomendações para a melhoria nestas áreas. As empresas em que se verifica a ocorrência de óbitos, ou de penalidades aplicadas por órgãos fiscalizadores, são automaticamente desclassificadas ou penalizadas no prêmio.

Segundo COFIC (2002 b), as empresas vencedoras do Prêmio Pólo de Segurança Industrial do três primeiros anos do concurso foram as seguintes:

Em 1999: COPENE S/A (Companhia Petroquímica do Nordeste S/A).

Em 2000: DUSA Brasil S/A (*joint venture* Du Pont / Sabance).

Em 2001: COPENE S/A, DUSA Brasil S/A e Du Pont Polímeros.

- **Plano de Auxílio Mútuo (PAM)**

Pioneiro no Brasil, trata-se de um programa de ajuda entre as empresas do Pólo para combate a incêndio e outras emergências industriais. Tem à sua disposição recursos humanos (técnicos de segurança, médicos, brigadistas) e materiais (viaturas de combate a incêndio, ambulâncias, equipamentos de proteção individual etc) para utilização em emergência (COFIC, 2002 b).

- **Plano de Contingência do Pólo (PCP)**

Define procedimentos comuns para todas as empresas, numa emergência em que seja necessária a retirada dos empregados do interior das fábricas e do próprio Complexo Industrial. Os treinamentos, iniciados em 1996, envolvem empregados diretos e de empresas contratadas, motoristas de ônibus, polícias militar e rodoviária. Os exercícios simulados têm sido intensificados nos últimos anos, mobilizando até cerca de 16.000 (dezesesseis mil) pessoas de uma só vez, como pode ser vista na figura 15 a seguir.



Figura 15 : Simulado de evasão geral do Pólo no PCP

Fonte: COFIC (2003 b)

- **Plano de Assistência Médica de Emergência (PAME)**

Central de atendimento para emergências médicas, com equipes permanentes de profissionais especializados (médicos e enfermeiros). Dispõe de UTI móveis, modernos equipamentos de suporte à vida e funciona 24 horas por dia, para atender aos empregados diretos e de empresas contratadas, além de visitantes das empresas.

Na figura 16 observa-se parte da central médica do PAME e uma ambulância UTI móvel.



Figura 16 – Serviço e viatura de socorro médico (PAME).

Fonte: COFIC (2002 b)

- **Projeto APPOLO**

Mapeamento e análise de riscos nas empresas, que apontam vulnerabilidades e medidas mitigadoras. Foi realizado pela primeira vez no Pólo em 1992, sob a coordenação do COFIC. Foi revisto para atender à Resolução CEPRAM 2113/99. Trata-se de um estudo de risco em todo o Pólo e estima-se avaliar mais de 20.000 cenários de eventuais acidentes no complexo industrial. Tal estudo será usado para aprimorar os Planos de Emergências do Pólo e das Comunidades (PCP e PEC).

3.8 PROGRAMAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PÓLO

As empresas do Pólo aprimoram cada vez mais suas atividades e mantêm um diálogo constante com as comunidades vizinhas. A existência de um Conselho Comunitário Consultivo e do Programa de Visitas às indústrias “Ver De Dentro”, amplia e fortalece as ações desenvolvidas nesta área (COFIC, 2002 b).

O Pólo também se faz presente na comunidade através de projetos socioculturais. Em parceria com universidades, mantém cursos de mestrado e doutorado

em química e engenharia química. Através do Programa de Incentivo à Educação, capacita professores da rede pública e de escolas comunitárias de Camaçari e de Dias D'Ávila, contribuindo assim para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem nesses municípios.

- **Programa de Visitas da Comunidade ao Pólo - Ver De Dentro**

Este Programa coordenado pelo COFIC, cumpre importante papel no processo de aproximação e diálogo entre as empresas do Pólo e a comunidade, especialmente, as de Camaçari e Dias D'Ávila.

O objetivo é manter as comunidades informadas sobre as atividades desenvolvidas no Complexo Industrial. Anualmente, as empresas recebem mais de mil visitantes para conhecerem suas instalações através do Ver De Dentro (COFIC, 2002 b).

As figuras 17 e 18, a seguir, mostram moradores de Camaçari e de D'Ávila visitando a área industrial e a sala de controle de operações (produção) de uma das empresas do Pólo.



Figuras 17 e 18 – Comunidades vizinhas em visita às fábricas.

Fonte: COFIC (2002 b)

Segundo COFIC (2001 a) o programa **Ver De Dentro** possibilitou atender a um contingente de 1.193 pessoas que visitaram o Pólo em 2001. Os visitantes foram líderes comunitários, agentes de saúde e, principalmente, estudantes, professores e funcionários das escolas públicas de Camaçari e Dias D'Ávila. O número de visitantes é crescente ao

longo dos anos, conforme Quadro 2 abaixo. O CA além de eleger o **Ver De Dentro** como prioridade para o Pólo em 1998, orientou ao COFIC que a frequência de visitação passasse de mensal para quinzenal. Com esta decisão, o número de visitantes ao Pólo passou de 500 em 1996, para 1.193 em 2001.

Ano	No. de visitantes de Camaçari e Dias D'Ávila
1996	500
1997	517
1998	1.030
1999	1.080
2000	1.170
2001	1.193

Quadro 2 – Visitas das comunidades de Camaçari e Dias D'Ávila ao Pólo no programa Ver De Dentro

Fonte : Próprio autor a partir dos Relatórios de Atividades do COFIC (1996; 2001)

No Programa **Ver De Dentro**, os visitantes perguntam o que quiserem sobre o Pólo. A maior preocupação deles é com o cheiro de produtos químicos, especialmente à noite e nos dias chuvosos, quando a dispersão é mais lenta e muitas vezes há mudanças na direção predominante dos ventos na região. Eles demonstram interesse sobre as questões relacionadas a SSMA do Pólo e a intenção de conhecer mais empresas. “..... a visita à área industrial e o conhecimento dos programas de segurança, higiene e controle ambiental das empresas causam boa impressão aos visitantes, que normalmente externam o desejo de visitar mais fábricas em outras oportunidades” (COFIC, 2001 a, p. 8).

- **Programa de Incentivo à Educação**

O objetivo do Programa de Incentivo a Educação (PIE) é contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem em Camaçari e Dias D'Ávila, através do desenvolvimento e atualização dos profissionais de educação da rede pública que atuam com o ensino fundamental. O programa é promovido pelas empresas do Pólo Industrial de Camaçari através do COFIC, em parceria com as Secretarias de Educação de Camaçari e de Dias D'Ávila (COFIC, 2002 b).

As figuras 19 e 20 mostram reuniões de professores de uma das escolas do Programa de Incentivo a Educação do Pólo com consultores do COFIC.



Figura 19 – Grupo de Trabalho em Escola Pública.

Fonte: COFIC (2002 b)



Figura 20 – Desenvolvimento do Trabalho em Escola Pública.

Fonte: COFIC (2002 b)

Sobre o treinamento de professores, COFIC (2001 a, p. 10) informa que este programa contribui para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem nos dois municípios vizinhos ao Pólo, mediante oferta de cursos, seminários palestras e atividades culturais para os profissionais de educação que atuam no Ensino Fundamental, possibilitando-lhes melhorar o desempenho em sala de aula. “Em 2001 o programa envolveu 426 professores de 62 escolas em Camaçari e 245 profissionais de educação das 25 escolas de Dias D’Ávila (100% da rede), superando o total de participantes (547) nos dois municípios no ano anterior.” (COFIC, 2001 a, p. 8).

- **Prêmio Pólo de Proteção Ambiental**

Tem como objetivo incentivar a produção de trabalhos jornalísticos realizados pela imprensa baiana que contribuam para a preservação do meio ambiente através da divulgação de fatos, atividades ou projetos de reconhecida importância nessa área. O prêmio é concedido nas categorias: reportagem escrita, reportagem televisiva e fotografia jornalística. O vencedor de cada categoria recebe um prêmio em dinheiro (COFIC, 2002 b).

- **Prêmio Pólo de Incentivo à Educação**

Visa estimular as escolas a desenvolverem ações pedagógicas que contribuam para melhorar o desempenho dos alunos nas áreas de leitura, expressão oral e escrita. O prêmio destina-se às escolas públicas que atuam com o ensino fundamental e será concedido, distintamente, nas faixas de 1^a à 4^a e 5^a à 8^a séries.

Os projetos escolhidos são transformados em publicação, com relato das experiências realizadas. Além da publicação, os vencedores recebem um prêmio em dinheiro que tem seu valor convertido em materiais e equipamentos para a continuidade das ações implementadas (COFIC, 2002 b).

Sobre o **Prêmio Pólo de Incentivo à Educação**, segundo COFIC (2001 a, p. 8), a contribuição das empresas do Pólo para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem em Camaçari e Dias D'Ávila, mediante o treinamento de professores da rede pública municipal, foi ampliada com o lançamento, no final de 1999, do Prêmio Pólo de Incentivo à Educação.

O Prêmio, que está ingressando na sua terceira edição, tem como propósito estimular, reconhecer, socializar e divulgar ações pedagógicas nas escolas públicas de Camaçari e Dias D'Ávila, que contribuam para a melhoria do desempenho dos alunos nas áreas de leitura, oralidade e da escrita. Contempla as escolas que atuam no Ensino Fundamental, abrangendo distintamente as faixas de 1^a à 4^a e 5^a à 8^a séries. Em 2001, inscreveram-se 38 escolas dos dois municípios, com 41 projetos pedagógicos, números que superaram as inscrições realizadas no ano anterior. Foram selecionados 12 projetos (seis em cada município) para a etapa final do Prêmio.

No contexto do Pólo apresentado neste capítulo, destaca-se o COFIC como gestor e articulador dos programas coletivos de SSMA e relacionamento com as comunidades, representando as empresas do Pólo Industrial de Camaçari. Tais programas estão inter-relacionados com a RSC e o AR nas questões de preservação ambiental, prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, diálogo com as partes interessadas, programa de visitas às fábricas, apoio à educação local etc. Tudo isto fará parte de uma espécie de “prestação de contas” das empresas junto ao CCC. Para tanto, serão avaliados nesta pesquisa alguns programas e as respectivas correlações com o objeto da pesquisa.

CAPÍTULO 4 - INFLUÊNCIA DO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO E GESTÃO DE SSMA NO PÓLO

4.1 APROXIMAÇÃO DO COFIC/PÓLO ÀS COMUNIDADES VIZINHAS – A CRIAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO

A ABIQUIM escolheu o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari como gestor Regional para implantação do Programa de Atuação Responsável na Bahia. O AR propõe uma nova prática em Segurança e Saúde Ocupacional e Meio Ambiente para as empresas, com padrões mais rigorosos, e um capítulo especial destinado à relação de aproximação e diálogo com as comunidades vizinhas das indústrias químicas.

Em 1991, o COFIC fez uma pesquisa de opinião sobre a imagem do Pólo, dando ênfase a SSMA. A partir de 1992, as empresas do Pólo começaram a adotar, coletivamente, as orientações do Programa Atuação Responsável no Complexo Industrial, sob a coordenação do COFIC.

Na reunião do Conselho de Administração do COFIC (CA), realizada em março de 1993, foi discutida a possibilidade da criação de um Conselho Comunitário Consultivo, visando atender ao AR e criar um canal direto de comunicação entre o Pólo e suas comunidades vizinhas. Segundo COFIC (1993a), naquela mesma oportunidade, discutiu-se qual seria a provável composição do CCC, quais os representantes da sociedade civil que integrariam o Conselho Comunitário, entre outras questões. Decidiu-se pela participação de lideranças das cidades vizinhas ao Pólo, não incluindo os formadores de opinião residentes em Salvador. Alertou-se que, após a criação do Conselho Comunitário, as empresas estariam mais expostas, e que elas teriam de ser mais transparentes.

O CA decidiu que o Plano de Comunicação Social do COFIC (PCCS), seria ferramenta importante nessa aproximação do Pólo com as comunidades e deveria mudar a estratégia do PCCS na busca da construção deste canal de comunicação direta Pólo – Comunidade.

O COFIC começou, então, a estabelecer uma estratégia de aproximação com as lideranças populares. Realizaram-se encontros com moradores das duas cidades vizinhas (Camaçari e Dias D'Ávila), para apresentar-lhes os primeiros resultados da Análise de Risco do Pólo e identificar verdadeiras lideranças populares que pudessem, voluntariamente, participar de um grupo para discutir os principais anseios dos moradores das duas cidades. O foco da discussão era a SSMA do Pólo e uma possível participação dessas lideranças no futuro Conselho Comunitário Consultivo.

Em todos os encontros as pessoas revelaram muitas dúvidas sobre o Pólo e receios de serem atingidas por acidentes das empresas. Diziam que o Pólo era uma entidade fechada, da qual a população tinha muito medo, principalmente, do seu processo produtivo, dentre outras coisas.

O Conselho de Administração do COFIC, após ouvir relatos sobre os diversos encontros realizados entre o COFIC e algumas lideranças das comunidades vizinhas, aprovou o novo PCCS, dando prioridade à relação de aproximação com as comunidades vizinhas ao Pólo. A Ata dessa reunião que chega aos dirigentes de todas as empresas associadas do COFIC, descreve:

Relatou-se sobre as questões da equipe do COFIC junto às comunidades de Camaçari e de Dias D'Ávila, gestões estas que, entre outros, tinham o objetivo de observar pessoas com liderança e representatividade que poderão compor o futuro Conselho Comunitário Consultivo (COFIC, 1993b, p. 4).

Os dirigentes das empresas continuaram acompanhando essa aproximação do Pólo com as comunidades vizinhas e em janeiro de 1994, novos relatos foram feitos aos dirigentes do Pólo sobre os cinco encontros com lideranças locais (COFIC, 1994a). Um desses encontros contou com a participação de mais de 100 líderes comunitários para assistir a um exercício simulado de combate a incêndio, realizado na antiga COPENE. O evento fez parte da XIV Semana de Prevenção de Acidentes do Pólo (SPAT Pólo) e pela primeira vez a comunidade pode participar.

Os dirigentes das empresas indagaram bastante sobre essa aproximação, manifestando suas inquietações e receios sobre a nova relação e, após terem assistido um vídeo, com declarações dos líderes comunitários, antes e depois de participarem do referido

simulado, no qual os entrevistados mudaram as suas opiniões sobre a segurança do Pólo, **decidiram que o COFIC deveria continuar promovendo encontros com as comunidades, e depois de 6 (seis) meses se discutiria a implantação, ou não, do Conselho Comunitário Consultivo** (COFIC, 1993c).

As inquietações dos dirigentes das empresas do Pólo deviam-se a várias razões que incluía a falta de prática do diálogo direto com a sociedade civil, uma conjuntura econômica desfavorável para a indústria química na época, a crise da “leocopenia” (empresas do Pólo eram acusadas de causar mortes e doenças de empregados expostos a benzeno, com grande divulgação na mídia nacional) e o passivo em SSMA existente naquele período. Ainda assim, foi aprovada a criação do CCC e a respectiva continuidade da maior aproximação com as comunidades vizinhas, uma vez que o AR contempla o diálogo com as comunidades vizinhas como um dos pilares para a sua implantação. Considera-se, também, como razão e justificativa para a decisão dos dirigentes do Pólo, naquela oportunidade, a necessidade daquelas empresas mostrarem para o público externo o Pólo “por dentro”, o que poderia atenuar a imagem negativa do Complexo Industrial no início dos anos 90.

N

Segundo COFIC (1994b), em setembro de 1994, o CA voltou a discutir sobre a formação do CCC e decidiu pela implantação do mesmo até dezembro daquele ano. O COFIC tinha identificado lideranças interessadas em discutir as questões relacionadas com SSMA no Pólo, questões estas que preocupavam os moradores dos dois municípios. Nessa mesma reunião, foi criado o programa de visita ao Pólo para as comunidades, o Programa “Ver De Dentro”, cujo objetivo principal era o de intensificar essa aproximação, mostrar o funcionamento do Pólo e os seus principais programas de SSMA.

Em novembro de 1994, o COFIC fez o encerramento da SPAT Pólo na Câmara de Vereadores de Camaçari, com palestras sobre Segurança do Trabalho e Primeiros Socorros. O evento foi assistido por mais de 80 pessoas da comunidade (COFIC, 1994c).

Depois de dois anos realizando encontros, debates e eventos discutindo-se questões relacionadas as atividades do Pólo (seus riscos, seus programas de segurança e proteção ambiental), mais de 40 lideranças comunitárias foram identificadas e convidadas pelo COFIC para uma reunião especial, na qual compareceram 21 dessas lideranças. O

objetivo daquela reunião foi discutir o funcionamento do Conselho Comunitário, sua composição e seu protocolo operacional. Na oportunidade, informou-se que o trabalho seria voluntário e que se discutiria questões de SSMA relacionadas com as atividades do Pólo.

De acordo com COFIC (1995a), os próprios líderes comunitários convidados decidiram que o CCC deveria ser formado por 20 conselheiros (um dos convidados presentes na reunião declinou do convite para ser conselheiro comunitário). Em 1994 o CCC foi então composto por diversas lideranças, tais como: representante do Centro de Recursos Ambientais (CRA), padre, presidentes de associações de bairros, presidente de ONG ambiental de Camaçari, vereadores, professores, coordenador da Defesa Civil municipal, presidente do sindicato rural, diretor dos Bombeiros Voluntários de Dias D'Ávila, diretor do Rotary Club de Camaçari, médico, Secretário de Meio Ambiente de Dias D'Ávila e Secretária de Educação de Dias D'Ávila. A composição inicial foi de 14 (quatorze) representantes da sociedade civil e 6 (seis) pessoas ligadas aos governos municipais (Vereadores e Secretários dos dois Municípios).

No dia 14 de dezembro de 1994 o Conselho Comunitário Consultivo foi instalado formalmente na sede do COFIC. O evento contou com a presença de dirigentes e técnicos das empresas do Pólo, autoridades Estaduais e Municipais, populares e dirigentes do sindicato dos trabalhadores petroquímicos.

4.2 FUNCIONAMENTO DO CCC

O próprio CCC definiu que deveria se reunir a cada dois meses e o COFIC se responsabilizaria pela logística e organização das reuniões (CCC, 1994). As reuniões seriam realizadas num sistema de rodízio entre as empresas do Pólo, para que os conselheiros conhecessem melhor o Pólo “por dentro”.

Na primeira reunião do Conselho Comunitário, realizada em 15 de fevereiro de 1995, na COPENE, os conselheiros escolheram os temas prioritários que desejavam conhecer e discutir para busca de soluções. Os primeiros temas escolhidos foram:

- a) Anel Florestal, que separa o Pólo das duas cidades – Responsabilidade e cuidados adotados para a sua preservação.
- b) Resultados das medições da Rede de Monitoramento do Ar e do Monitoramento de Águas realizados pela Cetrel nas áreas de influência do Pólo, incluindo rios, lagos e lagoas.
- c) Informações sobre saúde dos trabalhadores do Pólo e necessidade de mobilização dos setores competentes para verificar o perfil de saúde das populações de Camaçari e Dias D'Ávila. (CCC, 1995a, p. 6)

Ainda segundo CCC (1994), o Protocolo de Funcionamento do Conselho Comunitário Consultivo (ver anexo A), previa a substituição de conselheiros por desistência dos mesmos ou por número de faltas nas reuniões ordinárias. Ao longo dos anos ocorreram algumas mudanças na composição do CCC. A substituição de conselheiros e os temas discutidos nas reuniões bimestrais foram sempre decididos por eles próprios.

Controle freqüência nas Reuniões

Desde a 1ª reunião do CCC, até dezembro de 2001, foram realizadas 45 reuniões do Conselho Comunitário, com média de 6,4 reuniões anuais e a freqüência média geral da participação dos conselheiros foi de 79,7%, conforme Quadros 3 e 4 abaixo, indicando também os locais das respectivas reuniões:

Quadro 3 - Número de reuniões do CCC realizadas entre de 1995 a 2001

Ano	Quantidade de reuniões realizadas	Freqüência dos conselheiros nas reuniões
1995	07	77,9 %
1996	06	79,1 %
1997	06	76,7 %
1998	06	78,7 %
1999	06	80,4 %
2000	08	82,5 %
2001	06	82,7 %
Total de reuniões realizadas = 45 Média de reuniões por ano = 6,4 Média geral de freqüência = 79,7 %		

Observando-se o Quadro 3 acima verifica-se que a frequência anual dos conselheiros nas reuniões superou 76% em todos os anos. Constata-se ainda que nos últimos 5 anos ela é crescente e com o pico máximo de participação dos conselheiros obtido no ano de 2001. A frequência apresentada demonstra o interesse no CCC pelos seus membros, levando-se em consideração que eles não recebem recompensa financeira pela participação e presença nas reuniões. Outra importante verificação é que o Protocolo de Funcionamento do CCC foi cumprido em todos os anos, quanto a realização de número mínimo de reuniões bimestrais ou seja, mínimo de seis reuniões anuais.

Quadro 4 - Locais onde realizam-se as reuniões do CCC

Quantidade de reuniões realizadas	Local	Sub Total
8	Polibrasil	8
4	Braskem Ins. Básicos (Copene), EDN, Braskem PE1/PVC (OPP/Trikem)	12
3	Acrinor, Braskem CPL (Nitrocarbono), Pronor / Isopol	9
2	Deten, Du Pont, Ciquine, Cobafi, Griffin	10
1	ABB, Basf, Camaçari, Caraíba, COFIC, Dias D'Ávila, Fafen e Monsanto	8

Fonte : Construção do autor a partir de CCC (1995 – 2001)

Verifica-se no Quadro 4 acima, que a empresa onde mais foram realizadas as reuniões do CCC é a Polibrasil (8 vezes), seguida da COPENE, EDN e OPP/Trikem, 4 vezes cada uma, dando um sub total de 12. Observa-se também que apenas uma reunião foi realizada no COFIC e também nas cidades de Camaçari e Dias D'Ávila. As reuniões realizadas nas cidades não foram computadas na análise de frequência por não existir registros da presença dos conselheiros. No total, das 46 empresas associadas ao COFIC e envolvidas diretamente com o CCC, pois estão localizadas no Pólo (as outras associadas não estão instaladas no Pólo), 17 delas hospedaram as reuniões do CCC de 1995 a 2001. A escolha do local das reuniões não obedeceu a nenhum critério específico, exceto o de se fazer um rodízio entre as empresas para facilitar, aos conselheiros conhecerem melhor as empresas do Pólo.

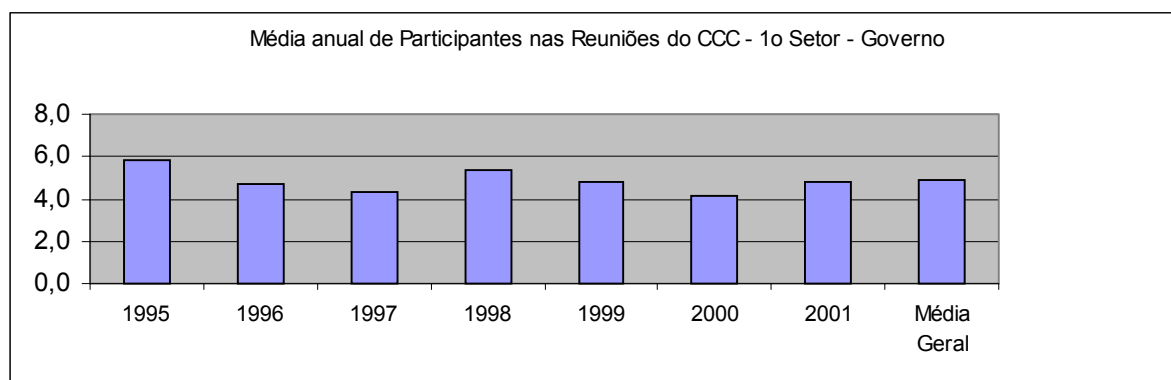
Em relação a frequência e a participação nas reuniões do CCC, verifica-se no Quadro 5 a seguir, um resumo de representação por Setor: governo (1º Setor), empresas (2º Setor) e sociedade civil organizada (3º Setor). No período avaliado do funcionamento do Conselho Comunitário, a participação das empresas nas reuniões do CCC se fez sempre através do COFIC e daquelas envolvidas em assuntos ou interesses específicos a elas relacionados. A composição do Conselho Comunitário sempre contou com a representação de governo e do 3º Setor, nenhuma empresa do Pólo, nem mesmo o COFIC, foi membro do CCC. A representação e participação das empresas e do COFIC sempre foram na condição de convidados ou facilitadores das reuniões. A substituição de conselheiros levava em consideração a sua representação, buscando-se evitar grandes mudanças em relação à representatividade dos Setores no CCC. Deve-se levar em consideração que a participação do 3º Setor está em consonância com os princípios do AR e a adoção da RSC, que preconizam o diálogo com as partes interessadas.

Quadro 5: Número de pessoas nas reuniões do CCC por Setor

Ano	Presença média do 1º Setor	Presença média do 2º Setor	Presença média do 3º Setor	Média Anual de Presenças nas Reuniões
1995	5,9	7,3	9,9	23,0
1996	4,7	8,2	9,8	22,7
1997	4,3	6,3	10,0	20,7
1998	5,3	7,2	10,7	23,2
1999	4,8	6,0	10,8	21,7
2000	4,1	8,3	11,4	23,9
2001	4,8	7,3	11,8	24,0
Média Geral	4,9	7,2	10,6	22,7

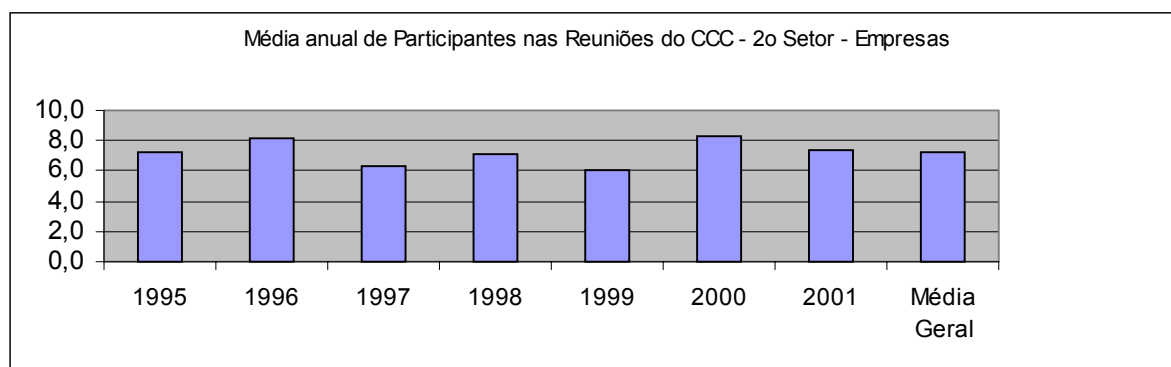
Fonte: Construção do autor a partir de CCC (1995 – 2001)

Gráfico 4.1 : Representação do 1º Setor nas reuniões do CCC



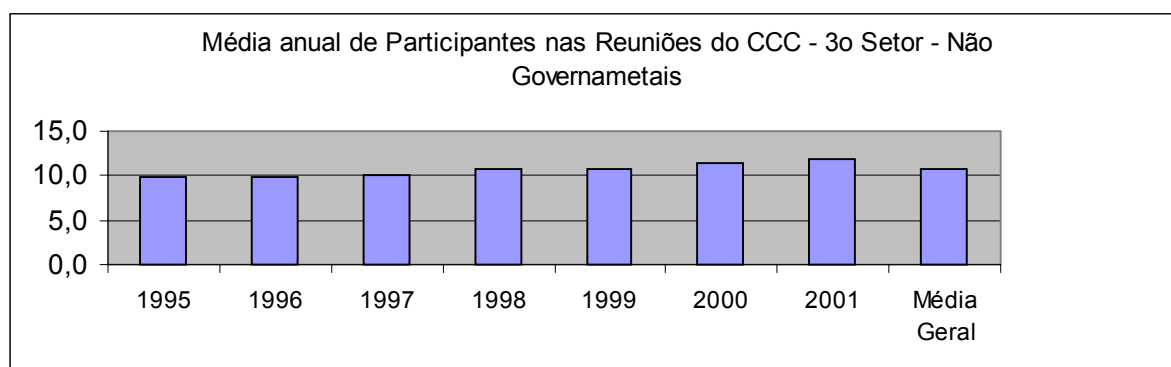
Fonte: Construção do autor a partir de CCC (1995 – 2001)

Gráfico 4.2: Representação do 2º Setor nas reuniões do CCC



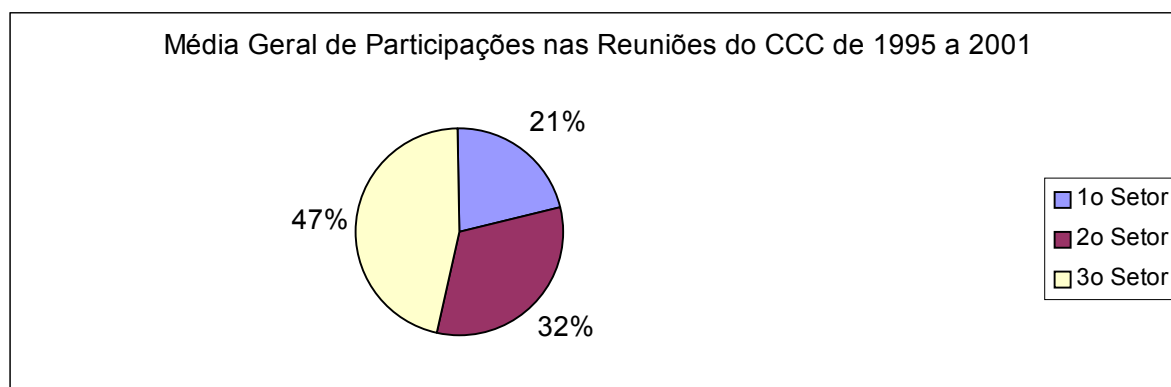
Fonte: Construção do autor a partir de CCC (1995 – 2001)

Gráfico 4.3: Representação do 3º Setor nas reuniões do CCC



Fonte: Construção do autor a partir de CCC (1995 – 2001)

Gráfico 4.4: Representação por Setor nas reuniões do CCC



Fonte: Construção do autor a partir de CCC (1995 – 2001)

Como se pode ver no Quadro 5 e nos gráficos 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 acima, a frequência dos representantes da sociedade civil organizada (terceiro setor), com média geral de 47%, foi maior do que a dos outros dois setores (governo e empresa), em todos os anos. As empresas tiveram uma participação média nas reuniões do CCC de 32% entre os frequentadores das respectivas reuniões. A média de frequência do 3º Setor indica o seu maior interesse nos trabalhos e assuntos tratados no CCC do que o setor de governo (1º Setor), que teve o menor índice de participação nas reuniões. É provável que os representantes do 3º Setor tenham encontrado no CCC um canal de comunicação importante para tratar de assuntos do interesse das suas comunidades e de buscar respostas e ações concretas para algumas demandas sociais.

Relatos de Acidentes e/ou Outras Ocorrências Anormais

Segundo CCC (1995e), o Conselho Comunitário estabeleceu que em **todo** acidente ocorrido no Pólo com repercussão externa, com impactos diretos aos trabalhadores e/ou ao meio ambiente e relacionado com qualquer empresa associada ao COFIC, a empresa envolvida deveria explicar o fato ocorrido nas reuniões ordinárias do CCC. A direção da empresa envolvida no episódio, acompanhada da sua equipe técnica, relataria o ocorrido, as providências corretivas adotadas, as medidas preventivas e outras questões pertinentes. Nas apresentações dos eventos, os conselheiros questionam aos representantes da empresa geradora da anormalidade sobre quaisquer dúvidas ou pedem mais esclarecimentos sobre os

fatos ocorridos e relatados. Abaixo o Quadro 6 apresenta o resumo dos relatos no CCC, com as principais anormalidades acidentais no Pólo entre 1995 e 2001.

Quadro 6: Acidentes e/ou outras Ocorrências Anormais relatados no CCC

Ano	Fatos relatados e discutidos nas reuniões do CCC	Quantidade de ocorrências anormais
1995	<ul style="list-style-type: none"> - Vazamento Produto ortodichlorobenzeno (ODCB) e dinitrotolueno (DNT), atingindo sistema de tratamento de efluentes da Cetrel - Acidente com fonte de Raio X, lesionando trabalhador 	02
1996	<ul style="list-style-type: none"> - Morte de dois empregados por explosão na tubulação contendo ácido nítrico - Forte odor em Dias D'Ávila devido emissão de gases - Morte de trabalhador contratado na paletizadora 	03
1997	<ul style="list-style-type: none"> - Descarte de ácido sulfúrico em área inadequada por transportadora, contaminado o solo. - Envio de efluentes fora de especificação para Cetrel 	02
1998	<ul style="list-style-type: none"> - Explosão no silo com incêndio e rompimento de um dos ciclones. - Morte de trabalhador contratado no hospital, por problemas de saúde - Explosão de uma linha de gás natural, com danos materiais - Vazamento de ácido sulfúrico em dutovia - Morte de trabalhador eletrocutado 	05
1999	<ul style="list-style-type: none"> - Vazamento de Nafta na dutovia - Construção de gasoduto sem licença e autorizações dos órgãos públicos competentes. - Vazamento de produto inflamável seguido de incêndio 	03

2000	<ul style="list-style-type: none"> - Morte de empregado devido a contaminação por produto químico - Emissões de dióxido de enxofre (SO₂) atingindo a comunidade - Emissões de dióxido de enxofre (SO₂) atingindo a comunidade e empresas do Pólo - Morte de trabalhador por contato com escória aquecida - Morte de empregado por queda do topo do tanque e explosão - Morte de trabalhador eletrocutado em máquina de jateamento 	06
2001	<ul style="list-style-type: none"> - Tombamento de carreta com derramamento de ácido clorídrico em rio na cidade de Dias D'Ávila. - Morte de empregado no moedor de rocha fosfática - Tombamento de uma carreta que transportava ácido clorídrico na Via Canal de Tráfego - Explosão em um tanque por serviço de solda 	04
<p>Total de Relatos = 25</p> <p>Média de Relatos/ano = 3,6</p>		

Fonte : Construção do autor a partir de CCC (1995 – 2001)

O Quadro 6 acima mostra 25 ocorrências anormais no Pólo apresentadas e discutidas no CCC no período de 1995 a 2001. Desses 25 casos relatados no CCC, doze estão relacionados com acidentes ambientais (tipo vazamentos, emissões e derramamento de produtos químicos), três casos foram ocorrências de explosões e incêndios sem lesão a pessoas, um caso envolveu uma fonte radioativa de Raio X com lesão a um trabalhador e, nove acidentes com morte de 10 trabalhadores, sendo 5 empregados diretos das associadas ao COFIC e 5 de seus contratados.

Os anos com mais relatos e discussões de anormalidades foram 2000 e 1998 (06 e 05 casos, respectivamente). No ano 2000 ocorreram 4 mortes de trabalhadores no período de 6 meses, em empresas diferentes, provocando uma seqüência de explicações dos fatos aos conselheiros comunitários, fortes cobranças dos mesmos e providências das empresas para aprimorar seus sistemas de segurança. O CA decidiu pela obrigatoriedade de

todas as associadas do COFIC serem auditadas em SSMA, independentemente de participar, ou não, do Prêmio Pólo de Segurança Industrial. Além disso, o diretor da empresa envolvida em qualquer acidente sério deveria, também, dar explicações ao Conselho de Administração do COFIC.

Apesar de uma série de investigações sobre os acidentes ocorridos, não se chegou a nenhuma explicação aceitável que identificasse os motivos da quantidade e da alta frequência das ocorrências anormais. O fato é que, após ação do CA em 2000, com auditorias e relatos de acidentes menores aos diretores das empresas, a gravidade dos acidentes diminuiu a partir de 2001, indicando que as empresas agiram com maior rigor na prevenção de acidentes, sob a pena de terem que se expor, tanto no CA, quanto no Conselho Comunitário Consultivo.

4.3 PRINCIPAIS DEMANDAS DO CCC PARA O COFIC/PÓLO

Anualmente, foram escolhidos, pelos próprios conselheiros, os assuntos prioritários que o Conselho Comunitário desejou discutir, dar encaminhamento ou ver solucionados. Além das prioridades definidas como metas anuais, outros temas surgiram em função de demandas diversas. Analisando as atas de reuniões do CCC e do Conselho de Administração do COFIC e, ainda, os relatórios de atividades anuais do Comitê, verificou-se que ocorreram ações e/ou respostas por parte das empresas, do COFIC ou do setor público, para a maioria das solicitações do CCC. Também diversos assuntos e/ou reclamações do Conselho Comunitário não foram atendidos. Algumas demandas do CCC ainda estão sendo atendidas de forma lenta e gradual, tais como: conservação e ampliação do anel florestal que circunda o Pólo; melhor fiscalização do anel florestal; melhoria das condições das pistas de acesso ao Pólo e as cidades vizinhas; melhoria das condições de segurança e saúde ocupacional dos contratados, entre outras questões que estão sendo atendidas de forma parcial.

Para as demandas com atendimento parcial foram adotadas diversas medidas corretivas, no entanto, algumas delas vão exigir ações continuadas, como por exemplo nas pistas de acesso ao Pólo, que mudam o estado de conservação, naturalmente, com o passar do

tempo. Outra demanda que exigirá ações continuadas são as condições de segurança e saúde ocupacional do contratados, que requerem mitigações diferenciadas para cada empresa contratante e contratada, ou até mesmo para a especificidade do serviço a realizar.

Um exemplo da maneira como o próprio Conselho Comunitário definiu suas prioridades anuais é apresentado abaixo:

Ainda com relação às prioridades para 98, os conselheiros fizeram as seguintes sugestões: Formação de 3 comissões para discutir, previamente, assuntos nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente, que em seguida seriam colocados em plenário. Apresentação, pela Cetrel, de balanço sobre qualidade do ar, do ambiente marinho na área de influência do emissário e das águas subterrâneas. Informações sobre a barreira hidráulica e qualidade do lençol subterrâneo. Retomada da discussão sobre o Anel Florestal. Análise dos desdobramentos dos assuntos já discutidos (CCC, 1997b, p. 4).

Na reunião do CCC de fevereiro de 1998, definiram-se as prioridades e criaram-se grupos de trabalhos, formados também por conselheiros, para encaminhá-las. Os conselheiros queriam participar ativamente das possíveis soluções de questões por eles apontadas e que ainda não percebiam ações concretas para resolução.

O Quadro 7 abaixo apresenta um resumo das principais demandas do CCC, os seus respectivos destinatários e situação quanto às respostas/soluções. Muitas das questões escolhidas pelo CCC como prioridade, foram atendidas de forma parcial ou, ainda carecem de ações continuadas, como por exemplo, a melhoria da segurança e saúde dos trabalhadores prestadores de serviços no Pólo e outras demandas citadas anteriormente, que não tiveram totalmente o atendimento do CCC.

Para melhor entendimento do leitor, define-se nesta dissertação como atendimento total de uma determinada demanda do CCC, a não existência de pendências de ações a serem adotadas. Citamos como exemplo de demanda deste tipo, uma solicitação do CCC para uma determinada empresa dar explicações de um acidente ocorrido. Caso o CCC entenda que não sejam necessárias outras explicações, ou de se intensificar a investigação do acidente, a demanda citada foi considerada atendida. Alguns exemplos de demandas atendidas totalmente estão citadas no Apêndice A, nos itens 7, 10, 17, 20, 21, 22, 31, 34, 39, 40, 57.

Quadro 7: Principais solicitações e demandas do CCC entre 1995 a fev 2002

Ano	Para as empresas / COFIC			Para órgãos públicos			Subtotal de solicitações
	Quantidade de solicitações	Atendimento total ou parcial	% atendido	Quantidade de solicitações	Atendimento total ou parcial	% atendido	
1995	15	15	100	6	4	67	21
1996	8	7	88	6	4	67	14
1997	3	2	67	2	2	100	5
1998	11	10	91	3	1	33	14
1999	4	4	100	1	0	0	5
2000	7	7	100	0		NA	7
2001	1	1	100	3	3	100	4
Fev 2002	3	3	100	2	2	100	5
Total	52	49	94	23	16	70	75

Total de solicitações/reclamações/sugestões = 75
Média anual de solicitações/reclamações/sugestões = 9,4
Média de solicitações/reclamações/sugestões por reuniões = 1,6
Percentual de atendimento das empresas = 94 %
Percentual de atendimento do setor público = 70 %
Percentual total de atendimento = 87 %

Fonte : Construção do autor a partir de COFIC e CCC (1995 – fev 2002)

No Quadro 7 acima, observa-se uma quantidade de 75 solicitações, as mais significativas do CCC, ao longo de 8 anos, com uma média de 9,4 demandas anuais. Destas, 69% foram destinadas ao COFIC e às empresas do Pólo e 31% ao setor público. Este atendeu 70% dos pedidos a ele destinados, enquanto o setor privado (empresas do Pólo e COFIC) atendeu a 94% das solicitações sob a sua responsabilidade. Vale ressaltar que muitas das questões aqui classificadas como atendidas, carecem ainda de complementação, pois foram

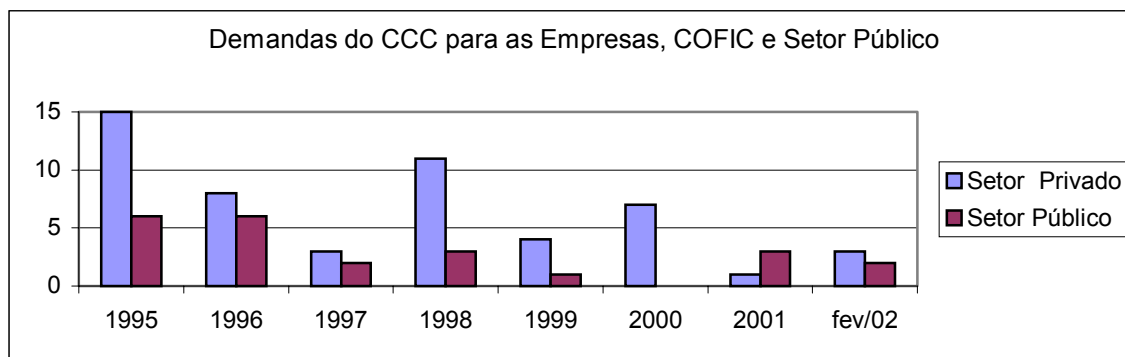
resolvidas de forma parcial ou, ainda, as soluções estão em andamento (como é o caso da melhoria das condições de segurança dos contratados, ou da melhoria das pistas de acesso ao Pólo, ou ainda a implantação do PEC).

Os motivos pelos quais o setor público atendeu as demandas do CCC, em menor percentual do que o setor privado, não foram devidamente investigados por não se tratar do foco deste trabalho de dissertação. Entretanto, supõe-se, com base em dados secundários de entrevistas de pessoas do Pólo e conselheiros comunitários a revistas e jornais locais e institucionais, que as empresas têm maior facilidade para responder aos pedidos e fazer pequenos investimentos do que o governo. Outra possível razão deve-se ao maior interesse das empresas do Pólo em estreitar o relacionamento com as comunidades vizinhas e de mostrar-lhes que a nova relação direta, empresa-comunidade, através do CCC, pode realmente contribuir para a solução de problemas de SSMA no Pólo. Tal interesse neste estreitamento de relacionamento está respaldado num dos princípios do AR e também atende a RSC. Pode-se ainda atribuir o melhor resultado do setor privado, às características das demandas a ele destinadas, tais como: relatos de acidentes; informações sobre a qualidade do ar e água subterrânea no Pólo; explicações de fechamentos de empresas; informações sobre riscos de dutos do Pólo para as comunidades; instalação de empresa no Pólo e os seus sistemas de SSMA *versus* eventuais riscos para as populações vizinhas ao Complexo Industrial, dentre outros casos de demandas. Já as destinadas ao setor público foram em grande parte relacionadas à infra-estrutura e/ou de segurança pública, solicitações comuns a toda sociedade e que o setor público tem dificuldade de atender.

Dentre as principais demandas consideradas nesta dissertação como não-atendidas, citamos, como exemplos: a fiscalização do governo e policiamento no Anel Florestal para conservá-lo e evitar invasões; a fiscalização do setor público no transporte de produtos perigosos circulando nas cidades vizinhas ao Pólo; o retorno do representante do CRA às reuniões do CCC; discussão sobre exploração de areia em Camaçari para uso na construção civil; discussão de casos de lesões em trabalhadores, por esforço repetitivo, numa empresa instalada no Pólo e não associada ao COFIC (única empresa do Pólo não associada ao COFIC); discussão da relação acidente *versus* redução de pessoal nas empresas *versus* treinamento em SSMA.

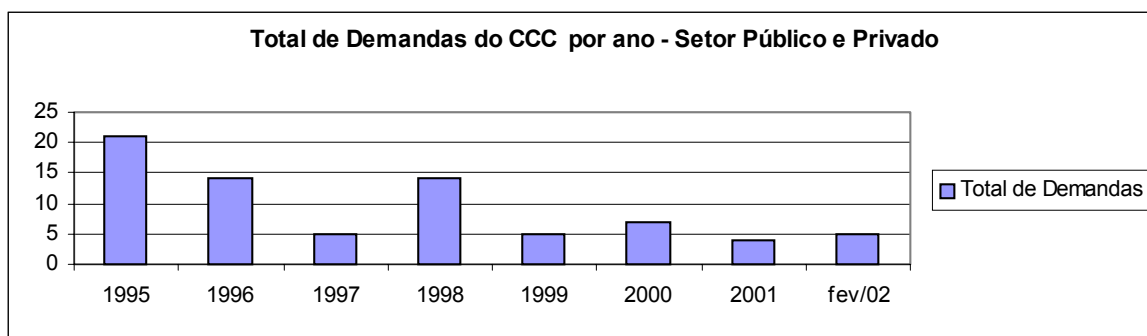
Nos Gráficos 4.5, 4.6 e 4.7 abaixo, vê-se mais claramente a evolução sobre as demandas do CCC ao longo dos anos. Nota-se que o número das demandas caiu ano a ano, exceto em 1998 para a iniciativa privada. A principal razão da queda na quantidade das solicitações foi o estabelecimento de metas e definição de prioridades anuais para escolhas das demandas do CCC. O Conselho Comunitário passou a não somente apontar os problemas e a fazer reclamações, mas também buscar as soluções. Para tanto, o CCC criou grupos de trabalhos para acompanhar a execução das suas solicitações. Essa nova postura dos conselheiros, criando grupos de trabalhos e participando deles para terem atendidas as suas solicitações e reclamações, mostra que eles deixaram apenas de denunciar ou reclamar anormalidades, para se engajarem na resolução dos casos. Também indica, talvez, impaciência dos mesmos, visto que, para algumas demandas não se tinha respostas satisfatórias, como por exemplo, na questão do Anel Florestal e no Plano de Emergência das Comunidades Vizinhas (PEC).

Gráfico 4.5: Demandas do CCC para o setor privado e público por ano



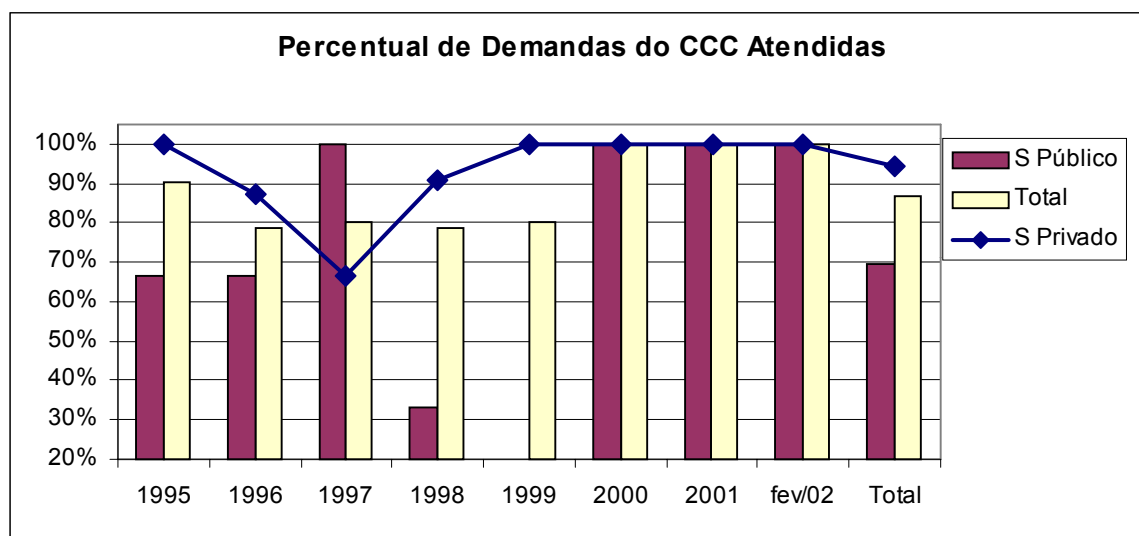
Fonte: Construção do autor a partir de CCC (1995 – fev 2002)

Gráfico 4.6: Demandas total do CCC por ano



Fonte: Construção do autor a partir de CCC (1995 – fev 2002)

Gráfico 4.7: Percentual de demandas do CCC atendidas pelo setor privado e público



Fonte: Construção do autor a partir de CCC (1995 – fev 2002)

O Quadro 8, a seguir, divide as principais demandas em sete categorias. Elas foram selecionadas e classificadas como “principais demandas” devido as freqüentes citações nas várias atas de reunião do CCC, ou porque houve desdobramento com presença de autoridades em reunião do Conselho Comunitário, ou porque o assunto foi discutido no Conselho de Administração do COFIC, ou ainda porque foi respondida por alguma empresa. No Apêndice A é apresentada uma lista com as 75 “principais demandas” do CCC, desde o início de funcionamento de Conselho Comunitário, até fevereiro de 2002.

Quadro 8: Categorizações das demandas total do CCC por ano

Classificação das Demandas	Código	Quantidade	%
Assuntos ligados à preservação do Meio Ambiente e relacionados com Pólo/comunidade.	MA	21	28
Temas relacionados com Segurança e Saúde Ocupacional de empregados diretos e/ou contratados do Pólo.	SSO	18	24
Assuntos relacionados aos Riscos do Pólo com o potencial de atingir as cidades vizinhas.	R	12	16
Demandas envolvendo acidentes do trabalho e/ou ambientais , ligados as empresas do Pólo.	ACID	09	12

Outros assuntos de interesse geral da comunidade (com frequência menor do que 3 vezes no período).	G	08	10,7
Temas ligados a infra-estrutura da região do Pólo e de interesse dos dois municípios.	I	04	5,3
Divulgação do CCC na comunidade	D	03	4
Total	T	75	100

Fonte: Construção do autor a partir de CCC (1995 – fev 2002)

4.4 EXEMPLOS DE CASOS/DEMANDAS DO CCC E OS RESPECTIVOS DESDOBRAMENTOS

Das demandas do CCC apresentadas no item 3.3, três exemplos de categorias serão destacados a seguir, em decorrência das freqüentes citações desses assuntos nas atas de reuniões do Conselho Comunitário provocado pelo grande interesse dos conselheiros pelos mesmos. Para esses casos, o Conselho criou Grupos de Trabalhos específicos, na busca de obter melhor encaminhamento ou solução.

4.4.1 Segurança e Saúde Ocupacional dos Contratados

Um dos temas de grande interesse do Conselho Comunitário está relacionado com a segurança e a saúde ocupacional dos trabalhadores contratados das empresas do Pólo. A maioria destes trabalhadores é morador de Camaçari ou de Dias D'Ávila, vizinhos e/ou conhecidos dos próprios conselheiros e a eles passam, diretamente, informações diversas sobre as empresas em que trabalham.

No primeiro ano de existência do Conselho Comunitário, o tema foi discutido em duas reuniões e uma delas contou com a participação da gerente do Centro de Estudo da Saúde do Trabalhador (CESAT) de Camaçari. Médicos e Engenheiros de Segurança de algumas empresas do Pólo, presentes nas duas reuniões, foram questionados pelos

conselheiros sobre as deficiências e a situação dos contratados e o que se poderia fazer para corrigir tal estado de coisas (CCC, 1995 b; CCC, 1995c).

No início dos anos 90 a indústria química brasileira, e em especial, as empresas do Pólo, passavam por séria crise econômica. Havia uma super oferta de produtos no mercado mundial. Além disso, o setor se ressentia das medidas do governo federal com a redução das alíquotas de importação, provocando o fechamento de algumas empresas. Nesse contexto, as empresas precisavam reduzir custos de toda ordem para “sobreviver”. Assim, uma área fortemente atingida foi o setor de Recursos Humanos e a substituição de empregados por contratados, sem a observância de uma melhor qualificação de mão-de-obra e de cuidados com a segurança e saúde. Franco (1997) apresenta uma amostra de como a situação dos contratados era, naquela época, grave: “Para uma amostra de 35 empresas investigadas (...) apenas uma empresa afirma ter utilizado treinamento através de cursos” (FRANCO, 1997, p. 139). Ademais, havia uma falta de informação generalizada sobre os riscos a que os contratos eram submetidos, e muitos deles não recebia sequer equipamentos de segurança.

Esse assunto foi discutido nas reuniões do Conselho de Administração do COFIC. A situação dos contratados: esteve sempre entre as prioridades do CCC, destacando-se a questão da Saúde do Trabalhador do Pólo. Nessas oportunidades os conselheiros ficaram frustrados com o que ouviram e isto foi relatado para o Conselho de Administração do COFIC: “... o CCC na reunião de 16.8.95 considerou “insatisfatória” a explanação (...). As comunidades vêm com apreensão as práticas das empresas contratadas em relação a seus empregados...” (COFIC, 1995b, p. 4).

Ainda segundo COFIC (1995b), foi informado ao CA algumas irregularidades com contratados, dentre as quais destaca-se: muitos contratados desconheciam os riscos a que estavam expostos; resistência de empresas contratadas para emitir Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) (obrigatório por Lei); sub-registro de acidentes; resistência das prestadoras de serviços para entregar os exames médicos aos contratados; trabalhadores contratados sem Carteira de Trabalho assinada trabalhando no Pólo, dentre outras. Diante do exposto, o CA recomendou para a equipe do COFIC, diagnosticar a situação de contratados no Pólo e propusesse ações para a melhoria da segurança e saúde ocupacional dos prestadores de serviços.

Transcorridos oito meses da discussão, maio/96, no CA, sobre as condições de trabalho dos contratados no Pólo, o Conselho de Administração do COFIC aprovou uma Norma de Segurança das Contratadas – NS COFIC 010/96, (COFIC, 1996a). Em julho de 1996 o mesmo CA aprovou medidas e recomendações adicionais, tais como: Implantação do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) nas contratadas, com indicação de médico responsável, exames médicos preventivos, emissão de atestado de saúde ocupacional, emissão de CAT e outras providências (COFIC, 1996b). Na realidade, nada mais do que o simples cumprimento da lei, definida na Norma Regulamentadora 7 do Ministério do Trabalho.

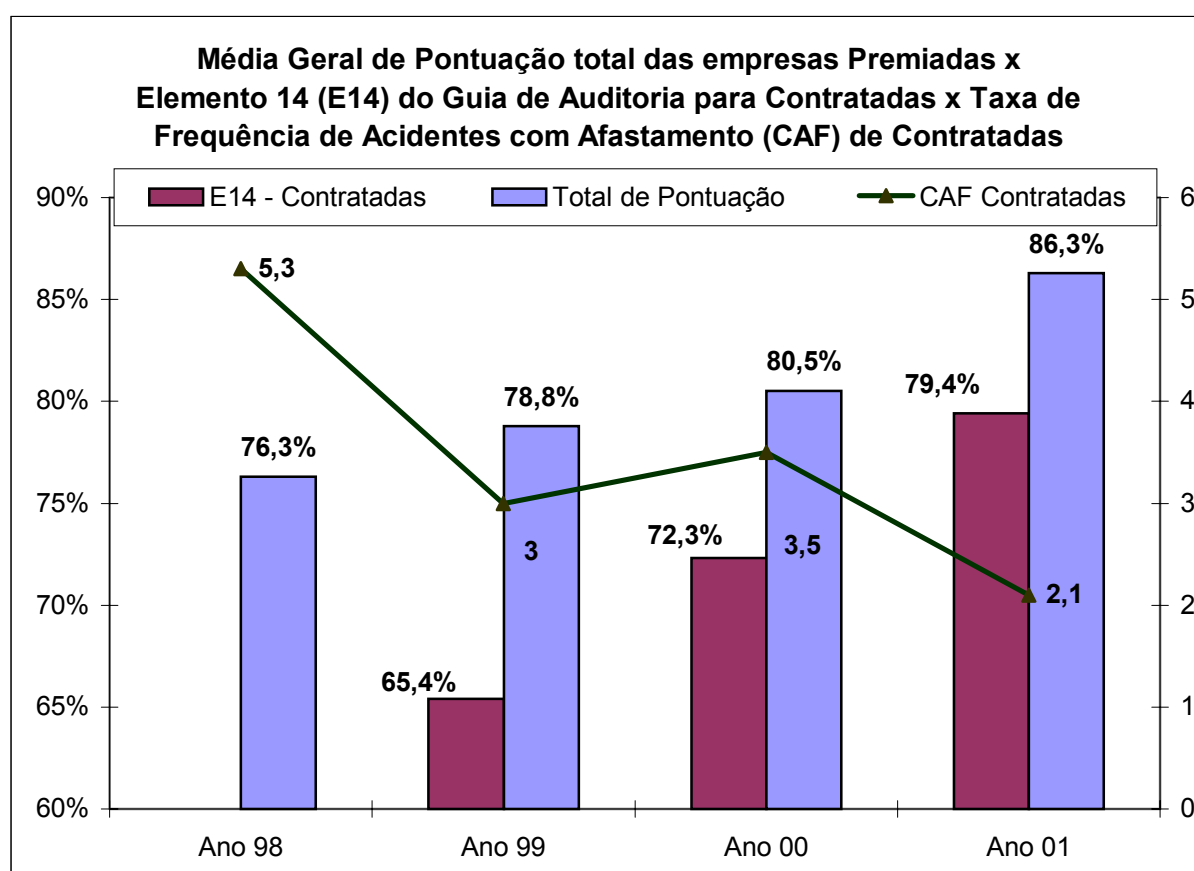
Apesar de algumas medidas serem implantadas pelas empresas, o CCC continuava a solicitar melhorias em segurança e saúde dos contratados. Segundo COFIC (1997a), o CA aprovou o Guia de Auditoria de Segurança Industrial, elaborado pela Comissão de Segurança e Higiene Industrial do COFIC (COSIMA), recomendando que o mesmo fosse aplicado a todas as empresas do Pólo, sugerindo assim, a criação do Prêmio Pólo de Segurança Industrial para o ano 1998. Na primeira versão do Guia de Auditoria, havia diversas questões relacionadas às Contratadas. No entanto, só a partir do ano de 1999 foi dedicado um capítulo exclusivo, no Guia de Auditoria de SSMA do COFIC, para auditar aspectos ligados à segurança e saúde ocupacional de contratados. O valor da Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (CAF) de Contratadas foi incluída como eliminatório para a participação no Prêmio de Segurança Industrial (COFIC, 1999 c).

A inclusão no Guia de Auditoria de SSMA do COFIC das questões acima citadas e as decisões do CA, para as melhorias das condições de trabalho das contratadas do Pólo, visaram responder as demandas do CCC. Pode-se também creditar ao CCC influências, diretas ou indiretas, sobre outras decisões do CA no campo da SSMA do Pólo, especialmente, nas questões relacionadas aos trabalhadores contratados.

O gráfico 4.8, a seguir, apresenta os resultados da média geral das pontuações obtidas pelas empresas premiadas nas auditorias para o Prêmio Pólo de Segurança Industrial entre 1998 a 2001. Os resultados gerais das auditorias nas empresas premiadas cresceram de 76,3% para 86,3% no período. As empresas tiveram que adotar uma série de medidas e ações

preventivas para melhorar suas pontuação. Os índices de acidentes das contratadas, caíram de 5,3 para 2,1 acidentes por um milhão de horas trabalhadas nos 4 anos. No Elemento 14 (E14) do Guia de Auditoria, exclusivo para verificar assuntos relacionados a SSMA de contratados, verificou-se um crescimento na média de pontuação de 65,4% para 79,4% em três anos, sinalizando uma melhoria em SSMA de contratadas no Pólo.

Gráfico 4.8: Resultados de pontuações das empresas premiadas no Prêmio Pólo de Segurança x CAF de Contratadas



Fonte: COFIC (2002 c)

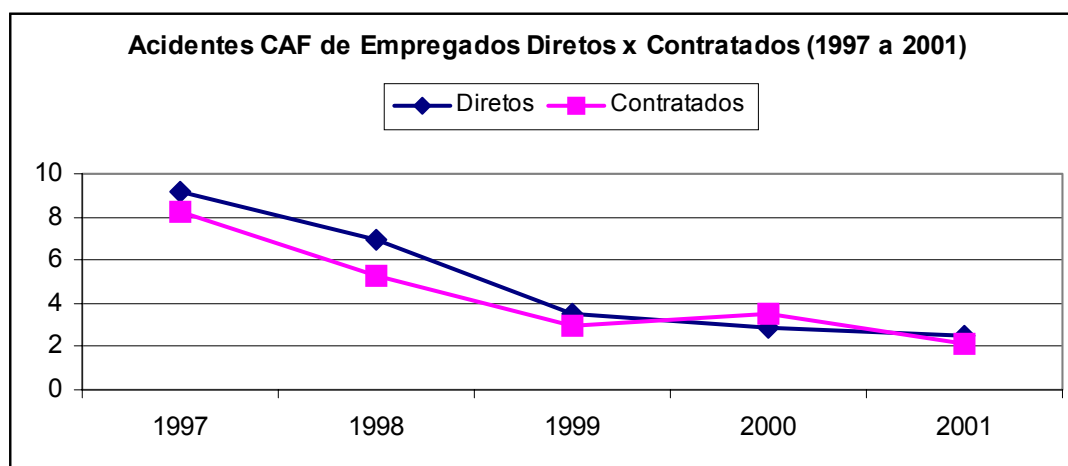
Conforme COFIC (2001 a), o índice geral de Acidentes Com e Sem Afastamentos (CAF e SAF) dos acidentes no Pólo, tanto de empregados diretos das empresas quanto de seus contratados, vem caindo nos últimos anos, vide Quadro 9 abaixo:

Quadro 9: Dados dos acidentes no Pólo de 1997 a 2001

	SAF		CAF		Acidentes de Trânsito		Taxa de Gravidade	
	Empregados		Empregados		Empregados		Empregados	
	Diretos	Contratados	Diretos	Contratados	Diretos	Contratados	Diretos	Contratados
2001	15,2	23,4	2,5	2,1	38	24	394	59
2000	18,7	23,1	2,9	3,5	39	24	456	565
1999	17,9	20,9	3,5	3,0	36	19	341	207
1998	23,5	31,8	6,9	5,3	61	10	185	385
1997	30,5	51,1	9,2	8,2	104	19	421	163

Fonte : COFIC (2001 a)

Gráfico 4.8.1 – Evolução dos Acidentes CAF de Empregados diretos e Contratados (1997-2001)



Fonte: COFIC (2001 a)

A redução de acidentes em qualquer atividade ou empresa depende de uma série de fatores e medidas adotadas, passando por treinamento e motivação do pessoal, adoção de medidas preventivas com investimentos em tecnologias e novos maquinários, postura da direção da empresa na valorização do problema etc. O CCC solicitou, por diversas vezes, melhorias nas condições de trabalhos das contratadas e os acidentes graves ocorridos foram apresentados e discutidos nas reuniões do Conselho Comunitário. O assunto foi discutido em muitas reuniões do CA, logo, há evidências de que o CCC contribuiu para reduzir os acidentes no Pólo. Segundo COFIC (2002 a), a Taxa de Acidentes Com Afastamento (CAF) do Pólo, no período de 1999 a 2001, foi a menor da indústria química nacional.

Outra demanda do CCC foi a situação de atendimento médico em emergência. Em resposta, o CA aprovou proposta de reestruturação do Plano de Assistência Médico em Emergência (PAME), contemplando também a melhoria no atendimento aos contratados (COFIC, 1997b). No novo modelo, o PAME encaminharia toda e qualquer pessoa aos hospitais conveniados com o COFIC (Hospital São Rafael, Hospital Professor Jorge Valente ou Hospital Salvador). Anteriormente, os contratados eram encaminhados aos hospitais públicos, exceto se tivessem Planos de Saúde. Segundo COFIC (1997 c), o Regulamento do PAME, no item 4.3, define as responsabilidades das empresas associadas, com destaque para despesas hospitalares de pacientes oriundos do PAME:

Arcar com os custos de atendimentos hospitalares de EMPREGADOS EFETIVOS ou EMPREGADOS DE CONTRATADAS, atuando a seu serviço, encaminhados aos HOSPITAIS E SERVIÇOS DE REFERÊNCIA acompanhando o mais cedo possível o atendimento do mesmo (COFIC, 1997c, p. 8).

Segundo CCC (1998a), outra ação do Conselho Comunitário Consultivo relacionada à obtenção da melhoria da segurança de contratados, foi a criação de um Grupo de Trabalho, formado por conselheiros, representantes do COFIC e de algumas empresas do Pólo, para propor novas medidas preventivas e mitigadoras visando a preservação da segurança e da saúde dos contratados. Após vários meses de discussões, o Grupo de Trabalho apresentou ao CCC as recomendações que deveriam ser apresentadas ao CA e aplicadas pelas empresas do Pólo (CCC, 1998b). Nesta reunião os conselheiros, cientes do diagnóstico apresentado, manifestaram-se:

É estarrecedor constatar que ainda é muito precário o cuidado das empresas com a saúde dos empregados de contratadas e subcontratadas (...). É inadmissível que ainda perdure tratamento tão distinto, tão diferenciado, entre empregados diretos e de empresas contratadas. Vamos informar todos os casos, aqui no Conselho... (CCC, 1998b, p. 4).

O CA ratificou cerca de 90% das recomendações do Grupo de Trabalho que foram aprovadas pelo Conselho Comunitário. As mesmas recomendações foram incorporadas ao Guia de Auditoria de Segurança do COFIC naquele mesmo ano (COFIC, 1999 c).

Outra medida para a melhoria das condições de segurança dos contratados foi apresentada em COFIC (2000a), sob o Título “Treinamento de Prestadores de Serviço no Pólo”. Modelo de treinamento de segurança que seria ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A idéia foi absorvida por algumas empresas do Pólo, como Copene, Nitrocarbono, Polialden, dentre outras. Na mesma reunião foi apresentada a

estatística de acidentes do trabalho, com casos graves ocorridos no Pólo. O COFIC (2000a) destaca a posição do CA para a mudança da situação:

É necessária uma mudança de postura do COFIC, deixando de ser um simples elaborador de estatísticas, passando a identificar os causadores de eventuais problemas ou aquelas associadas com performance comprometedora no que se refere a segurança e meio ambiente, de forma a propiciar medidas preventivas mais firmes na comunidade industrial.

A cada acidente grave envolvendo pessoas, equipamentos e meio ambiente, deve o principal executivo da associada ser convidado a explicar as causas e medidas mitigadoras adotadas para evitar sua reedição (COFIC 2000a, p. 7).

De acordo com COFIC (2000b), o CA aprovou a revisão do Guia de Auditoria de Segurança do COFIC e decidiu que todas as suas associadas seriam obrigadas a ser auditadas, independentemente de participarem ou não do Prêmio Pólo de Segurança Industrial. O objetivo da decisão foi melhorar o padrão de SSMA no Pólo, facilitando a troca de experiências entre as empresas associadas.

Segundo COFIC (2001a), outras medidas ocorreram em algumas empresas do Pólo para a melhoria das condições de trabalho dos contratados, tais como: criação de Central de Serviço Médico para contratadas; apresentação de programas de segurança de contratadas na Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT) das empresas contratantes; criação de prêmio de segurança de contratadas em algumas empresas do Pólo, como COPENE, Deten, Millennium, Isopol, Dow, EDN, Politeno etc.

O COFIC criou, em maio de 2001, através da sua Comissão de Saúde do Trabalhador do Pólo (CST), o Guia de Auditoria do COFIC para avaliar as Clínicas que atendem contratados em Camaçari e em Dias D'Ávila. O principal objetivo era melhorar o atendimento nos exames médicos admissionais e periódicos dos contratados (COFIC, 2001b). Também houve o desenvolvimento do Termo de Referência do Projeto APPOLO II (Análise de Risco do Pólo), mais exigente do que pedia a Resolução do Cepam 2113/99, e que proporcionaria uma melhoria significativa na SSMA das empresas do Pólo (COFIC, 2000e).

Art. 12º - Do Gerenciamento de Riscos. I. obrigam-se as empresas à: a) apresentar no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, através do COFIC, uma proposta de termo de referência, a ser aprovado pelo CRA, relativa à reclassificação dos cenários do Projeto APPOLO (Análise e Mapeamento de Riscos do Complexo Básico do Pólo Petroquímico de Camaçari); b) após a aprovação pelo CRA, as empresas se obrigam a, no prazo de 18 (dezoito) meses, proceder a reclassificação dos seus cenários, identificados naquele estudo (CEPRAM, 1999, p. 3)

Estes e outros assuntos foram apresentados e discutidos no Conselho Comunitário Consultivo desde 1994 e, segundo COFIC (2003a), o depoimento de um conselheiro ligado à comunidade de Dias D'Ávila, ajuda a compreender o processo evolutivo da relação do Pólo, através do COFIC, com as suas comunidades vizinhas:

O Pólo conseguiu, através do Cofic, estabelecer uma interface entre o empresariado e as comunidades, quanto às questões de segurança, meio ambiente e saúde do trabalho. Essa relação tem avançado bastante através do Conselho. Antes as comunidades não tinham informação, estavam completamente alijadas do processo. Hoje não só têm as informações, como também estão preparadas para eventuais anormalidades, através dos Núcleos de Defesa Comunitária (NUDECs). Este conselho é extremamente equilibrado e muito respeitado, desde a sua criação. O Conselho tem uma filosofia: nenhuma empresa é obrigada a ir às reuniões justificar eventuais problemas, mas se for, deve falar a verdade. Não admitimos técnicos que usem a linguagem técnica para ocultar a verdade. Nós estamos amadurecendo, a convivência entre empresas e conselheiros está avançando de forma gradual. E temos conquistas, como a realização de auditorias nas clínicas de Camaçari que fazem exames pré-admissionais e demissionais nos empregados das empresas que prestam serviços ao Pólo e a sensibilização do Governo do Estado para recuperar as vias internas". JERONIMO FERREIRA COUTO, ex-operador do Pólo, presidente da Câmara Municipal de Dias D'Ávila (COFIC, 2003 a, p. 5).

4.4.2 Plano de Emergência das Comunidades Vizinhas (PEC)

Uma das grandes inquietações das comunidades vizinhas ao Pólo está relacionada com as conseqüências de uma possível emergência de grande porte e que venha a afetá-las. As comunidades e suas lideranças sempre manifestaram interesse em saber mais sobre os riscos do Pólo e o impacto de um grande acidente sobre as cidades vizinhas ao complexo industrial.

No início dos anos 90, o COFIC deu prioridade à implantação do Plano de Contingência de Pólo (PCP), destinado, exclusivamente, aos trabalhadores do Pólo. Previa-se, naquele período, que, após a implantação do PCP, o COFIC iniciaria a elaboração e implantação do Plano de Emergência das Comunidades (PEC), até porque esta era uma exigência do CEPRAM 620/92 (autoriza a emissão da Licença de Operação da Ampliação do Pólo Petroquímico de Camaçari). Justificou-se a escolha da prioridade pelo PCP, em razão de uma maior exposição e proximidade física dos trabalhadores com os riscos existentes nas empresas do Pólo. Também na época, a maioria das empresas não tinha plano de evasão interno, precisando melhorar seus sistemas para eventuais evasões dos seus trabalhadores. Em

1995, iniciou-se a implantação propriamente dita do PCP e os conselheiros comunitários foram informados sobre os treinamentos de evasão dos trabalhadores do Pólo (CCC, 1995c).

A implantação do PEC não dependia só das empresas do Pólo e do COFIC. As autoridades locais e municipais são atores importante neste projeto. O Conselho Comunitário foi informado, pelo COFIC, sobre o papel das autoridades na implantação do PEC. Segundo CCC (1997a), o Secretário Municipal de Planejamento de Camaçari esteve presente como convidado na reunião do CCC, representando o Prefeito do município, e foi questionado a respeito da participação daquela Prefeitura na implantação do PEC.

A Resolução do CEPRAM 2113/99 (autoriza a emissão da Renovação da Licença de Operação do Pólo Petroquímico de Camaçari), que estabeleceu os condicionantes da renovação da licença ambiental de todo Pólo, definiu como condicionante da licença ambiental, a necessidade das empresas elaborarem um plano de comunicação de emergência do Pólo para as comunidades vizinhas, conforme texto abaixo.

Art. 13º - Da Preparação e Atendimento a Emergências. I. obrigam-se as empresas à: (...) b) apresentar ao CRA, através do COFIC, no prazo de 12 (doze) meses, o plano diretor de um sistema de comunicação de situações de emergência para as comunidades circunvizinhas” (CEPRAM, 1999, p. 3).

O Conselho Comunitário Consultivo interferiu e influenciou fortemente na implantação do PEC, e foi muito além do que exige a Resolução do CEPRAM 2113/99, sinalizando a adoção de uma estratégia não reativa de internalização da variável sócio-ambiental, no que se refere às demandas de RSC. Segundo CCC (1998a), o Conselho Comunitário elegeu o PEC como uma das prioridades para o ano de 1998, criando um Grupo de Trabalho específico para discutir e viabilizar a implantação do plano nos aspectos relacionados a comunidade. Naquele ano, os trabalhos do CCC se concentraram mais em Saúde e Segurança Ocupacional dos Contratados e no Anel Florestal do Pólo, não permitindo assim, abrir mais uma frente de trabalho para o desenvolvimento do PEC. Como consequência disto, no final do ano de 1998, o Conselho Comunitário Consultivo decidiu:

...os conselheiros definiram como prioridade 1 a implantação do Plano de Emergência para as Comunidades vizinhas (PEC). Será formado um grupo de trabalho que acompanhará o processo de implantação, juntamente com o COFIC e demais instituições a serem envolvidas, mantendo aos demais conselheiros informados sobre o andamento das atividades (CCC, 1998 c, p. 5).

Segundo COFIC (1999a), o assunto do PEC foi apresentado ao Conselho de Administração do COFIC, enfatizando-se a “pressão” das comunidades e do Conselho Comunitário, para iniciar a implantação do mesmo. Na oportunidade, foi criado um Grupo de Coordenação para discutir e viabilizar a implantação do PEC. O grupo foi formado pela direção e técnicos do COFIC e por mais quatro empresas associadas (Nitrocarbono, EDN, Copene e OPP). A representação das 4 empresas associadas ao COFIC, no Grupo de Coordenação, em alguns casos, foi feita pelo próprio dirigente principal.

Em 1999, os trabalhos do CCC se concentraram na elaboração e discussão do Plano de Emergência propriamente dito. Nessa fase, houve a participação de conselheiros comunitários, representantes das prefeituras de Camaçari e de Dias D’Ávila, da Polícia Militar e de representantes de algumas empresas associadas, cabendo ao COFIC a coordenação dos trabalhos. O texto abaixo representa uma amostra de como o CCC participou e acompanhou os trabalhos para a implantação do PEC nas suas reuniões ordinárias:

Nas reuniões realizadas em março e abril, o GT fez a primeira revisão do Plano, sugerindo alterações na área de abrangência, que passou a incluir novos bairros nos municípios de Camaçari e Dias D’Ávila. Em Camaçari foram incluídos Gravatá (CSU e Vila Goiana), Cristo Redentor, Natal, Gleba A, Alto da Cruz e Triângulo. Em Dias D’Ávila foram incluídos Parque Petrópoles, Jardim Alvorada, N. S. de Lourdes (Imbassay), Baixa do Botafogo, Amid’Ávila e Leandrinho. Para início de implantação do Plano, só serão considerados alguns bairros, prioritariamente (CCC, 1999, p. 3).

Nas reuniões do Conselho, realizadas em 1999, o COFIC apresentou ao CCC o andamento dos trabalhos e em dezembro daquele ano, após elaboração do Plano de Emergência das Comunidades Vizinhas ao Pólo, houve uma reunião conjunta do COFIC com os Prefeitos de Camaçari e de Dias D’Ávila, objetivando discutir, exclusivamente, como implantar o PEC e sobre a participação das Prefeituras no processo (CCC, 2000b).

O CCC definiu juntamente com o COFIC, que a implantação do PEC iria se iniciar com a formação de Núcleos de Defesa Comunitária – NUDEC. Estes seriam formados por voluntários, moradores dos bairros da área de abrangência do Plano de Emergência. A partir de abril de 2000, começaram as reuniões em Camaçari e em Dias D’Ávila, para informar a população dos respectivos bairros, sobre o PEC, os NUDEC e conquistar voluntários para participar da implantação do PEC (CCC, 2000c; CCC, 2000d)

Os próprios conselheiros convidaram os moradores da área de abrangência do PEC para as reuniões com o COFIC, comparecendo mais de 70 pessoas nas duas reuniões realizadas nos Municípios vizinhos. Destas pessoas, mais de 40 voluntários iniciaram os treinamentos para a formação dos NUDEC. Os treinamentos foram realizados mensalmente com os seguintes assuntos: informações sobre o Pólo; primeiros socorros; trabalhos e fortalecimento de equipe; segurança fora do trabalho; educação ambiental; combate a incêndio; participação nos simulados de evasão geral do Pólo (PCP), entre outros (COFIC, 2000 f).

De acordo com COFIC (2001a), em novembro de 2001, 36 voluntários tomaram posse como membros do NUDEC em cerimônia especial, realizada na Câmara de Vereadores de Camaçari. Os próprios membros do NUDEC, juntamente com conselheiros comunitários, apoiaram na formação de outro núcleo, que iniciou os trabalhos de preparação em abril de 2002. Esse novo NUDEC contou com mais de 60 novos voluntários moradores de Camaçari e de Dias D'Ávila.

Em maio de 2002, os membros do NUDEC iniciaram a discussão com o COFIC sobre a operacionalização do PEC, definindo os meios de comunicação em emergência, os locais de encontro da população moradora dos bairros envolvidos no Plano de Emergência, e outras questões pertinentes (CCC, 2002). O Conselho Comunitário acompanha os trabalhos do NUDEC nas suas reuniões, como também há conselheiros integrantes dos NUDEC nos dois Municípios.

Atualmente, alguns membros do NUDEC dispõem de telefones celulares, fornecidos pelo COFIC, para comunicação e troca de informações. O COFIC estabeleceu um programa diário, numa emissora de rádio local, para comunicação em massa nas eventuais emergências. Ainda falta muito para o PEC ser um programa eficiente e eficaz em emergências de grande porte, mas os trabalhos estão sendo desenvolvidos ininterruptamente, incluindo os treinamentos e simulados de emergência, com forte e ativa participação dos membros dos NUDEC.

O Jornal informativo do COFIC, Polonotícias Especial, editado em janeiro de 2003, apresenta depoimentos de dois membros do NUDEC, em que eles expressam a

importância do Plano, a evolução dos trabalhos, os objetivos e a forma de atuação dos NUDEC:

Nossa função, como voluntários do NUDEC, é passar informações sobre o Pólo, de forma a tranquilizar a população e evitar pânico. A desinformação gera situações como a ocorrida aqui há alguns anos, quando uma vidente anunciou que o Pólo estaria prestes a explodir, levando algumas pessoas a vender seus imóveis. Então conversamos com as pessoas sobre as empresas, os produtos, os riscos, e também articulamos a participação delas em eventos no Pólo ou aqui na comunidade. Um exemplo foi o nosso envolvimento no exercício simulado para controle de um “vazamento” de amônia realizado pela Petrobras-Fafen, em outubro, dentro da Urbis. Mais de 400 pessoas, inclusive crianças, mulheres e idosos assistiram à demonstração. Em 20 anos, nunca havíamos participado de um treinamento desse nível. Para isso visitamos 150 residências, orientando e distribuindo folhetos. Orientar a população é essencial em emergências, poderia ter salvo muitas vidas no episódio da Union Carbide, em Bopal, na Índia, quando morreram 2 mil pessoas, ou no acidente com energia nuclear na Califórnia, EUA. Ao lado disso, desenvolvemos outras atividades, como a coleta seletiva do lixo e reciclagem, para reduzir as agressões ao meio ambiente. Como saldo da ação do NUDEC, a população hoje já sabe a quem se dirigir para tratar assuntos do Pólo, já começa a confiar no sistema de defesa comunitária. Espero que a iniciativa motive mais as autoridades locais, para evoluirmos para uma Defesa Civil própria, porque aqui não estamos sujeitos somente aos riscos das atividades do Pólo **Marco Antonio Nogueira Santos, professor, voluntário do NUDEC de Dias D'Ávila**

Somos uma espécie de elo entre a comunidade e o Pólo, nosso papel é informar a população e prepará-la para o caso de uma emergência. Recebemos informações sobre procedimentos de evacuação, primeiros socorros, saúde pública, combate a incêndio, dentre outras, e repassamos aos vizinhos. É uma experiência ímpar, de suma importância, e a tendência é ampliarmos os grupos, até que toda a comunidade esteja inserida, de forma direta ou indireta. Estamos engatinhando ainda, acho que precisamos evoluir no domínio de conhecimentos técnicos, mas já conseguimos uma maior conscientização quanto ao Pólo e também quanto à cidadania. A comunidade já nos cobra informações, já nos reconhece como aglutinadores, já nos identifica como pessoas em quem poderiam confiar no caso de uma emergência para tomar a decisão correta. Para isso, conta muito o fato de não sermos remunerados. Se fôssemos, nosso papel estaria descaracterizado. **Antonio Carlos de Jesus, sargento, voluntário do NUDEC de Camaçari.** (COFIC, 2003 a, p. 6)

Portanto, pode-se considerar que o PEC foi implantado a partir da instalação do primeiro NUDEC, em novembro de 2001. Salienta-se que em nenhum Plano de Emergência nunca se concluiu a sua implantação ou mesmo sua consolidação. É necessário um trabalho permanente de envolvimento de todos os atores para manter qualquer plano de emergência em “operação”. Além do mais, no PEC, ainda não se contou, efetivamente, com a presença ativa da Defesa Civil Municipal, tampouco, iniciou-se os treinamentos em massa para as populações dos dois municípios. O presente trabalho de implantação do PEC cumpriu, até aqui, uma etapa importante e necessária, com a preparação das lideranças das comunidades.

4.4.3 Conservação do Anel Florestal entre o Pólo e as Cidades Vizinhas

O Anel Florestal, que separa fisicamente o Pólo das cidades de Camaçari e de Dias D'Ávila, foi implantado em área de utilidade pública do Município de Camaçari, assim considerada pelo Decreto Municipal nº 280/78, de 19/09/78. O objetivo do Anel Florestal é servir como faixa de proteção entre a área industrial e a área urbana, sem prejuízo de outras funções técnicas. De acordo com CCC (1999), a previsão inicial de área florestada era de 6.500 ha. O total florestado, no entanto, ficou em torno de 1.981 ha, dos quais 700 ha com vegetação nativa. A fauna é bastante diversificada, com aves, répteis, mamíferos, inclusive roedores da região.

A importância do Anel Florestal para o Pólo e as comunidades vizinhas, no sentido de garantir a separação física entre o Complexo Industrial e as aglomerações urbanas circunvizinhas, é destacada no trecho a seguir:

... Os maciços florestais, com essências exóticas e nativas, implantados por ocasião do projeto inicial, cumpriram sua finalidade básica de impedir o assentamento irregular de aglomerações humanas junto ao Complexo, fenômeno observado em outros distritos industriais (...). Entretanto, esta parcela importante da infraestrutura industrial não foi completamente implantada na etapa inicial das operações, na década de 70, e deverá ser redefinida para atender as novas extensões de uso industrial (SILVEIRA ASSOCIADOS, 2001, p. 44).

A conservação e ampliação do Anel Florestal, além de ser destacada no EIA do Pólo e fazer parte das exigências da Resolução do CEPRAM 218/89, como atribuição do Estado da Bahia, foi uma das primeiras prioridades do Conselho Comunitário, definida na sua primeira reunião em fevereiro de 1995 (CCC, 1995a). Desde então, o assunto foi tratado em várias reuniões do CCC. Ainda em 1995, foi solicitada ação da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC (órgão público ligado à Secretária de Indústria e Comércio do Estado da Bahia), responsável pela conservação e manutenção da infra-estrutura do Pólo e definida pelo CEPRAM como responsável para cuidar do Anel Florestal (CEPRAM, 1992).

Segundo CCC (1995d), sem resposta concreta da SUDIC em relação ao Anel Florestal, o Conselho Comunitário solicitou providências do COFIC para viabilizar uma posição decisiva da SUDIC. Foi criada uma "Comissão", formada por conselheiros e representantes do COFIC, para discutir melhor a questão, resultando na emissão de uma carta

à direção daquela Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial. Posteriormente, houve uma visita da “Comissão” ao Presidente daquele órgão público, que informou só ter recebido os representantes da comunidade porque o COFIC tinha solicitado o encontro e que não daria muitas esperanças para ampliação do Anel Florestal, por motivos financeiros (CCC, 1996a).

Durante o ano de 1996 o assunto voltou, de forma tímida, às reuniões do CCC. O Conselho Comunitário solicitou ao COFIC nova carta à direção da SUDIC, tendo como suporte a Resolução do CEPRAM 620/92 (que estabeleceu os condicionantes da licença ambiental de todo Pólo, a ser cumprido pelas empresas e órgãos públicos envolvidos). No mesmo ano, o CCC agiu solicitando explicações sobre a derrubada de árvores no Anel Florestal para passagem de linhas elétricas, enviando carta à distribuidora de energia e recomendado-lhe ação reparadora. Neste caso, houve resposta da distribuidora de energia, replantando árvores derrubadas no local (CCC, 1996b).

De acordo com CCC (1998a), os conselheiros escolheram as prioridades do CCC para 1998, assim definidas:

- 1) Exposição da Cetrel sobre o Monitoramento do Ar 96/97 e qualidade das águas subterrâneas.
- 2) Ação Pública de infra-estrutura no Pólo (**Anel Florestal**, sinalização, limpeza etc).
- 3) Saúde dos Trabalhadores no Pólo.
- 4) Defesa Civil (ações) - Plano de Contingência no Pólo.
- 5) Exploração indevida de areia na comunidade (CCC, 1998a, p. 6).

Além de definir as metas principais do Conselho Comunitário para 1998, o CCC também criou 4 Grupos de Trabalhos para desenvolver as prioridades definidas. O representante do CRA no CCC integrava o Grupo de Trabalho do Anel Florestal e em 19.08.98, foi apresentado um resumo dos trabalhos produzidos pelo Grupo. Este Grupo tinha como meta inicial realizar um diagnóstico sobre o Anel Florestal, a partir de um Termo de Referência preparado por eles próprios (CCC, 1998b). Após uma série de reuniões e análises do assunto, em 28.04.99, o Grupo apresentou o resultado do seu trabalho e sugeriu a simplificação do Estudo, o que foi acolhida pelo Conselho Comunitário Consultivo (CCC, 1999). A tarefa do Grupo de Trabalho, a partir dali, passou ser a realização de uma Leitura Institucional do Anel Florestal, a partir de documentos existentes em órgãos como Prefeituras e SUDIC, com o objetivo de caracterizar o Anel nos seus aspectos mais relevantes e subsidiar uma proposta de intervenção em duas áreas pilotos.

O Conselho Comunitário Consultivo (1999) apresentou as informações abaixo sobre o Anel Florestal do Pólo, com um diagnóstico que orientou o Grupo de Trabalho no andamento da proposta sobre o Anel Florestal:

... Trabalho realizado pela Urplan, órgão vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado, revela falhas iniciais do projeto, decorrentes da ausência de estudo sobre a ecologia local, bem como da falta de metodologia de plantio e de manutenção adequada. As limitações do Anel estão associadas ao solo pobre em nutrientes, aproveitamento limitado para fins energéticos e lenta recuperação das árvores após o corte. Os problemas mais críticos são a falta de tratos culturais, queimadas e desmatamentos em consequência da extração de madeira e das invasões. Estas últimas vêm se ampliando progressivamente, além dos limites de segurança do Anel. Entre as recomendações da Urplan para preservar o Anel, destacam-se vigilância para coibir o desmatamento e controlar o fogo; introdução de novas espécies resistentes (dendê, piaçava, bambu etc), prioridade na recomposição de áreas próximas aos núcleos urbanos; utilização de subprodutos industriais para recomposição do solo (cinzas de madeira, resíduos de uréia e lodo da Cetrel); retomada do Programa de Educação Ambiental. (...). O objetivo geral da proposta de recuperação de duas áreas pilotos é contribuir para a recuperação do Anel Florestal, através de intervenções localizadas em áreas pilotos, que poderão servir como efeito-demonstração e estimular ações semelhantes em outras áreas. O objetivo específico é definir as áreas pilotos para recuperação (áreas degradadas) e implantação de ações educativas (áreas impactadas), envolvendo as comunidades vizinhas. (...). O próximo passo será a elaboração de projeto básico, contemplando diagnóstico das áreas envolvidas, definição de recursos/fontes, programa de recuperação/plantio, programa de educação ambiental e cronograma de implantação” (CCC, 1999, p. 4).

O COFIC (1999b) informa em comunicação ao seu Conselho de Administração sobre o início da elaboração de projetos de intervenção em duas áreas pilotos no Anel Florestal. Nestes projetos houve a participação da SUDIC, Caraíba Metais e Prefeitura de Camaçari. Em agosto de 1999 o CCC foi informado de que havia também a colaboração da Fundipesca, uma ONG com projetos ambientais em execução em Camaçari.

Segundo CCC (2000a), foram apresentados ao Conselho Comunitário os dois projetos de intervenção em áreas pilotos do Anel Florestal: “Mangueiral” e “Lamarão”. O primeiro Projeto visava recuperar uma área impactada de 6,8 ha, numa faixa próxima ao bairro do Mangueiral, em Camaçari, onde as invasões vêm aumentando para construção de residências populares. O objetivo era conscientizar a população local quanto à necessidade de preservação do Anel Florestal, como importante barreira física entre a comunidade urbana e a comunidade industrial. O segundo Projeto, “Lamarão”, visava a recuperação de uma área degradada de 7 ha, próxima à Caraíba Metais (a empresa viabilizou a elaboração da proposta para execução do referido projeto).

O Projeto Mangueiral definiu as seguintes metas: viabilizar o plantio de 70% da área impactada, equivalentes a 46.725 m², no prazo de seis meses; conscientizar 100% da população envolvida, quanto à importância da preservação do Anel Florestal, no prazo de dois anos; atingir 100% das escolas dos bairros envolvidos, com informações sobre o Anel; assegurar a participação de 100% dos líderes comunitários dos bairros envolvidos na implementação e manutenção do projeto (CCC, 2000a).

De acordo com observações através visitas *in loco*, na área do Mangueiral, em Camaçari, não foi iniciada a execução do projeto e nenhuma árvore foi plantada e, tampouco, os moradores daquele bairro foram treinados, conforme previa o Projeto.

Segundo a Caraíba Metais (1999), o Projeto Lamarão abrange uma área de 7 ha, próxima à empresa, com recuperação ambiental das áreas de assoreamento da microbacia hidrográfica do Rio Lamarão. O projeto seria implantado em um ano, estando previstos mais dois anos para manutenção. O CRA notificou a Chesf, a Caraíba Metais e o Derba, após várias reuniões com os envolvidos na área assoreada. Destes atores, apenas a Caraíba Metais executou o projeto piloto, como mostra a resposta ao CRA sobre a Notificação de Nº 2001-000337/TEC-0037, sobre as providências adotadas:

...No início das atividades da terceira etapa, estão previstas a coleta e aquisição de espécies e sementes da área, além da construção de viveiro. Está previsto também a implantação de glebas de controles, localizadas em pontos estratégicos. O material coletado será transportado, cultivado e/ou plantado, com metodologia de acordo aos procedimentos recomendados pelo PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, contratado pela Caraíba Metais. As variedades utilizadas serão tratadas nas glebas, ouvindo as recomendações contidas no PRAD-Caraiba e dos consultores (UFBA). Em todas as etapas, haverá acompanhamento técnico através de contratação de firma ou serviços autônomos especializados. Para isto, a Caraíba Metais estabeleceu Convênio com o Instituto de Biologia – UFBA (LAVIET), com o objetivo do monitoramento e controle da qualidade tanto para a taxa de aplicação, quanto relativo à qualidade intrínseca do biofertilizante que será aplicado. Na terceira etapa, prevê-se também a aplicação de corretivos e adubação do solo (biofertilizante industrial), onde serão distribuídos alternadamente em quantidades variadas por glebas controles, orientadas pela UFBA, visando o estabelecimento de modelos tecnológicos a cada situação experimentada. Deve-se referenciar que para a implantação das obras de recomposição vegetal, a Caraíba Metais, contratou empresa especializada, cujo corpo técnico é atendido continuamente por três agrônomos, sendo um, em nível de Doutorado. Nos plantios iniciais, as covas foram feitas com o auxílio de enxadões, em nível e em quincôncio e nas dimensões de 0,30 X 0,30 X 0,30 m. O espaçamento foi de 5,0 X 5,0 m, procurando-se fazê-lo nunca junto aos indivíduos remanescentes (CARAÍBA METAIS, 2001, p. 7).

Embora esse assunto não ter logrado ações concretas relevantes, apesar do grande esforço das partes envolvidas, especialmente do Conselho Comunitário Consultivo, o depoimento de um conselheiro fundador do CCC e membro do Grupo de Trabalho do Anel

Florestal, apresentado em COFIC (2003a), expressa algumas das conquistas desta nova relação entre o Pólo e as comunidades, da qual extrai-se que o diálogo entre as partes envolvidas está sendo consolidado e vem contribuindo para um melhor relacionamento entre elas.

4.4.4 Outras Ações e Conquistas Pontuais do CCC

Em 1990, foi criada a Gerência de Meio Ambiente e o Plano de Gerenciamento Ambiental do Pólo (PGA), visando facilitar o atendimento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Pólo e a Resolução 218/89 do CEPRAM (primeira Resolução do CEPRAM sobre a licença ambiental do Pólo). Constam no PGA:

- a) As premissas básicas para compromissos e cooperações entre empresas, governo e sociedade civil, na busca de proteção ao meio ambiente;
- b) As diretrizes gerais para monitoramento da qualidade do ar, com instalação de RMAr, monitoramento dos efluentes líquidos e águas subterrâneas do Pólo;
- c) Manejo de resíduos e orientações gerais para o plano de emergência e contingência das comunidades vizinhas (COFIC, 1990).

No PGA antes do CCC, em 1990, não se estabelecia a comunicação dos resultados dos monitoramentos ambientais do Pólo para as comunidades. Apenas para o plano de emergência e contingência para as cidades vizinhas ao Pólo, constava a definição de comunicação de riscos das empresas para a comunidade, mesmo assim, previa-se apenas tal informação aos órgãos públicos oficiais, como a Defesa Civil municipal, por exemplo.

Em maio de 1992, o COFIC assinou um protocolo de intenções com a ABIQUIM, constituindo-se na primeira entidade a coordenar o programa Atuação Responsável (AR) no âmbito regional. O AR foi logo aderido pelas empresas químicas e petroquímicas do Pólo de Camaçari. No AR as bases de atuações estão fundamentadas em cinco elementos-chave (vide página 45): Princípios Diretivos; Códigos de Práticas Gerenciais; Comitê de Lideranças Executivas; Auto-avaliação das Práticas Gerenciais; Comitê Público Consultivo. Este último, tem sua função bem definida num documento de divulgação sobre o AR, publicado pelo COFIC em 1992, do qual destaca-se o trecho abaixo.

O Comitê Público Consultivo abriga representantes de diferentes segmentos da comunidade. Funciona como elemento de identificação das percepções da comunidade, trazendo esse sentimento externo para dentro das empresas e levando de volta informações sobre o desempenho das empresas nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente (COFIC, 1992, p. 5).

No ano de 1993 o COFIC buscou uma aproximação maior com as lideranças populares das comunidades vizinhas, visando discutir com elas as questões de SSMA. Nessa etapa, o COFIC ainda não definira concretamente que tipo de trabalho seria executado na comunidade, buscava aproximar-se da comunidade com vistas a atender ao AR, especialmente, no item Comitê Público Consultivo. Até então, o foco principal do Plano COFIC de Comunicação Social (PCCS) era a relação com a mídia e apoio cultural em Salvador. Em paralelo a essas atividades, no PCCS deu-se ênfase ao trabalho de aproximação entre o Pólo e as comunidades vizinhas. (COFIC 1993d).

A partir da criação e funcionamento do Conselho Comunitário Consultivo, em dezembro de 1994, o foco principal do PCCS passou ser a relação com as comunidades vizinhas ao Pólo e, em especial, no próprio CCC, conforme é evidenciado abaixo:

A instalação do CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO no Pólo foi, sem dúvida, o principal acontecimento no âmbito das atividades do PCCS, representando um passo decisivo das indústrias do Complexo visando à consolidação do Programa Atuação Responsável, coordenado regionalmente pelo COFIC (COFIC, 1994 d, p. 4).

No final de 1998, o Conselho de Administração do COFIC iniciou uma importante discussão sobre as funções e o destino daquele Comitê, seus programas e atividades existentes. Traçou-se, naquela oportunidade, uma profunda discussão sobre a Entidade, o seu papel para as empresas associadas, definindo-se, entre outras coisas, pela fusão do COFIC com o Sindicato Patronal dos Químicos e Petroquímicos (SINPER/SINPAQ). O objetivo da fusão era se obter uma redução significativa nos custos operacionais, aliada a uma operacionalização mais produtiva. COFIC (1998 a, p. 3) descreve: “Ao examinar proposta preliminar de orçamento para 1999, o Conselho de Administração recomendou **algumas reduções de atividades dentro do Plano COFIC de Comunicação Social**, no custeio do COFIC e no Programa de Segurança”.

Um grupo de dirigentes de empresas associadas e membros do CA, reuniu-se a fim de elaborar um novo Plano Estratégico para o COFIC. Segundo COFIC (1999a), o CA aprovou o Plano Estratégico do COFIC em março de 1999, **extinguindo** alguns programas

importantes de comunicação social do Pólo, como por exemplo, o **Troféu Bahia Aplaud** – prêmio destinado aos artistas do teatro baiano e com grande divulgação na mídia local, e o **Aluno Nota 10** – programa de bolsa escola para universitários carentes em Salvador. No entanto, os programas voltados para as comunidades vizinhas ao Pólo foram mantidos como o programa **Ver De Dentro**, o Plano de Incentivo a Educação (**PIE**) e o **CCC**. Além disso, criou-se o Prêmio Pólo de Incentivo a Educação, destinado às escolas de Camaçari e Dias D'Ávila (COFIC, 1999d). Tais decisões apoiaram-se numa pesquisa de opinião com os dirigentes das empresas do Pólo, denominada “Repensar COFIC”.

As atividades e programas administrados pelo COFIC foram avaliados pelos dirigentes das 43 empresas associadas, através de pesquisa de opinião envolvendo seus principais executivos. Dos 44 programas existentes no período, 14 obtiveram aprovação dos dirigentes como prioridade, com índice superior a 80% dos votos dos dirigentes das associadas, conforme é apresentado na Quadro 10 abaixo.

Quadro 10: Avaliação dos dirigentes do Pólo, elegendo as prioridades COFIC em 1998

Programas / atividades do COFIC em 1998	Avaliação como prioridade para os dirigentes do Pólo
PAME	100%
PCP	100%
COSIMA	96%
PAM	96%
Atuação Responsável	91%
CST	91%
Gerenciamento Ambiental	91%
Infra-estrutura do Pólo	91%
PEC	91%
Resolução Cepram 620/92	91%
Conselho Comunitário Consultivo	87%
Palestras e Trocas de Experiências	83%
Segurança e Saúde de Contratados	83%
Ver De Dentro	83%

Fonte: COFIC (1998 b)

Percebe-se no Quadro 10 acima que o Conselho Comunitário Consultivo (CCC) foi escolhido como uma das prioridades do Pólo. Os dirigentes das empresas assim decidiram devido ao respeito conquistado e as contribuições dadas pelo CCC. Também deve-se considerar e relacionar o CCC como um dos fundamentos do AR e que o diálogo com as comunidades vizinhas é uma dos requisitos também da RSC. Os programas do COFIC mais bem votados na pesquisa com os dirigentes das empresas do Pólo foram: o PAME, PCP, PAM e COSIMA. O CCC ficou em 11º lugar naquela oportunidade.

Em setembro de 2001 o CA aprovou um novo Plano de Comunicação Social do COFIC, elaborado por representantes de várias empresas do Pólo, no qual reitera a manutenção e o apoio aos programas dirigidos às comunidades vizinhas, especialmente, o Conselho Comunitário Consultivo (COFIC, 2001c).

No ano de 1999, a instalação de uma fábrica química no Pólo foi discutida na reunião do CCC. Atendendo à solicitação do Conselho Comunitário, o COFIC convidou a representantes da empresa para dar esclarecimentos sobre sua futura atividade em Camaçari, especialmente os relacionados a SSMA. Engenheiros, médico e administradores estiveram em mais de uma reunião do CCC para prestar esclarecimentos a respeito das atividades daquela empresa em Camaçari (COFIC, 1999d). Tal iniciativa e solicitação do CCC mostraram o interesse e maturidade dos conselheiros nas questões de SSMA além do desejo de conhecer e influir no destino das suas comunidades quando da existência de eventuais riscos envolvidos com a instalação de uma nova empresa na vizinhança. Também se percebe o respeito da empresa em dar esclarecimentos sobre os seus potenciais impactos na região.

Outro fato relevante, cujo mérito é do CCC, foi a presença dos secretários do Planejamento de Camaçari e dos Transportes do Estado da Bahia, em reuniões do CCC durante o ano de 1997. Os mesmos foram convidados pelo COFIC, por solicitação do Conselho Comunitário. O desejo do CCC era maior informação sobre a privatização da Linha Verde (rodovia estadual litorânea no município de Camaçari) e conseqüências sobre a via Abrantes (rodovia estadual que liga a Linha Verde a uma das vias de acesso ao Pólo e a cidade de Camaçari).

A trajetória, os métodos e os alguns resultados da atuação do Conselho Comunitário Consultivo, podem ser conferidos no depoimento abaixo de um conselheiro fundador, UBIRAJARA COROA, professor, presidente do Calango-Grupo Ambientalista de Camaçari e atual vereador do Partido dos Trabalhadores (PT):

Como ambientalista, eu sempre contestei a indústria química. Mas a experiência do Conselho me deu uma nova visão, eu pude conhecer na prática a filosofia da atuação responsável. O Conselho tem permitido o acesso a informações e o contato direto com as empresas. Somos um grupo heterogêneo, mas temos conseguido de forma muito responsável realizar um trabalho que dá credibilidade e um retorno mais que satisfatório. Hoje já é rotina, em qualquer ocorrência excepcional, em situações de acidentes com ou sem dano material, ao meio ambiente ou às pessoas, termos uma explanação da empresa para justificar o problema. Isso demonstra respeito. O Conselho tem sido um modelo para o Brasil, uma referência nacional para a implantação de outros. Como representante e um dos fundadores do Conselho, já levei a experiência a Triunfo, no Rio Grande do Sul, no Pólo da Copesul, e ao Pólo Cloroquímico de Alagoas. Dentre as vitórias, destaco as novas exigências de atendimento à saúde para as empresas terceirizadas e as ações relacionadas com o anel florestal, que vem sendo afetado pela expansão urbana e pelas invasões para a extração de pinhais na época do Natal. Hoje as invasões e queimadas diminuíram sensivelmente (COFIC, 2003 a, p. 4).

Outro conselheiro contribui para a constatação de resultados concretos do CCC, relatando:

Entrei para o Conselho em 2002, como representante do comércio de Camaçari. Antes, procurei me informar, e percebi que o Conselho é bastante atuante e tem abertura democrática, duas coisas que considero muito importantes. Se a intenção é envolver as partes, deve haver participação, com direito a voz e a voto. No Conselho você tem, e pode levantar questões que não ficam no vazio. Se precisamos de informações, o COFIC fornece, quando há alguma anormalidade as empresas são convocadas a justificar. O Conselho goza de um conceito muito bom junto às empresas, o Pólo respeita. E temos poder para fiscalizar e cobrar resultados. Um conselho sem poder não resolve, e este resolve, apresenta resultados. Outra coisa importante é a aproximação com a comunidade. As áreas limítrofes, separadas pelo cinturão verde, eram desinformadas, você notava que os simulados e os planos aconteciam apenas lá dentro do Pólo. Hoje há planos de segurança, de evacuação, além de simulados, envolvendo as comunidades. Essa é uma abertura que não havia antes. A informação, especialmente, é um grande ganho. O Pólo hoje não é mais uma caixa preta, graças ao Conselho. OSVALDO MARCOLINO FILHO, presidente da Associação Comercial e Industrial de Camaçari (COFIC, 2003 a, p. 4).

4.5 INFLUÊNCIA DO CCC NA GESTÃO DE SSMA DO COFIC/PÓLO

Conforme visto anteriormente, desde a sua criação em 1994, o Conselho Comunitário Consultivo gerou uma série de demandas nos campos da SSMA para o COFIC, como por exemplo: “... foi constituída uma comissão de conselheiros que, com a intermediação do COFIC, se reuniu com o diretor-presidente da SUDIC para pedir providências contra a devastação do anel florestal, falta de segurança e má conservação das vias de acesso ao Pólo” (COFIC, 1996 e, p. 6). Ao CCC foram relatados acidentes ocorridos

em empresas do Pólo, também, durante o seu funcionamento, lideranças e conselheiros comunitários reuniram-se com dirigentes de empresas com problemas ambientais e que impactaram a comunidade ou tiveram repercussão pública.

Segundo COFIC (1995b), assuntos e questões discutidos no CCC, relacionados com segurança e saúde de contratados do Pólo, foram tratados no Conselho de Administração do COFIC (CA) por diversas vezes. Diante da demanda criada pelo CCC, em relação à necessidade de melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores contratados, a primeira ação do CA a respeito foi solicitar à equipe do COFIC diagnosticar melhor a situação de trabalho dos contratados no Pólo e propor medidas mitigadoras. Tal orientação resultou na Norma de Segurança das Contratadas – NS COFIC 010/96, (COFIC, 1996a).

Em seguida, o Conselho de Administração do COFIC também aprovou recomendações propostas por um Grupo de Trabalho do CCC para as empresas melhorarem suas práticas em relação aos seus contratados (COFIC, 1999a). Essas recomendações foram incorporadas ao Guia de Auditoria de Segurança do COFIC, em 1999, como itens de verificações e para pontuação no Prêmio Pólo de Segurança Industrial, prêmio este, bastante almejado pelas empresas do Pólo (COFIC, 1999c). Na oportunidade foram criados itens específicos para avaliação de SSMA de contratadas.

Outra contribuição do CCC para a melhoria das condições de segurança e saúde dos contratados no Pólo foi a reformulação do Plano de Atendimento Médico em Emergência (PAME). Até 1997, o PAME dava tratamento diferenciado aos contratados gerando denúncias e pedido de providências a respeito por parte do CCC. A partir da nova estruturação do PAME, extinguiu-se o atendimento diferenciado entre empregado direto das empresas associadas e seus contratados.

Ainda relatando contribuições do CCC sobre contratados, verifica-se em 2001 a criação de um sistema de auditoria nas clínicas de saúde ocupacional para os prestadores de serviços do Pólo. Este sistema de auditoria das clínicas confere àquelas melhores pontuadas, uma espécie de “certificação de qualidade” do COFIC. O objetivo principal dessa “certificação” é a melhoria no atendimento médico ocupacional nas clínicas.

Em 2002, o CA aprovou um modelo de treinamento de segurança unificado e um padrão mínimo de exames médicos ocupacionais para os contratados. Os dois modelos foram amplamente discutidos entre os profissionais de segurança e de saúde das empresas. A expectativa é que, a partir de 2003, tais padrões sejam operacionalizados na maioria das empresas do Pólo.

No Plano de Gerenciamento Ambiental (PGA) do COFIC, aprovado pelo CA em 1990, não se previa divulgar na comunidade os resultados da Rede de Monitoramento do Ar (RMAr) e do monitoramento da água subterrânea (RMágua) do Pólo. Entretanto, logo após a implantação do CCC, os conselheiros comunitários solicitaram conhecer os resultados da RMAr e RMágua do Pólo, operada pela CETREL. Desde 1995, a CETREL apresenta ao CCC, anualmente, os resultados dos monitoramentos do ar e das águas subterrâneas do Pólo. Adicionalmente, em janeiro de 2003, o CA recomendou a apresentação dos dados de monitoramento da CETREL em todas as reuniões do CCC.

O Plano de Emergência e Contingência das Comunidades Vizinhas ao Pólo (PEC), incluído também no PGA do COFIC de 1990, foi escolhido como prioridade 1 do CCC em 1998 (CCC 1998c). Naquele ano, visando operacionalizar a sua “prioridade 1”, o Conselho Comunitário criou um grupo de trabalho para a efetiva implantação do PEC. “A contribuição dos conselheiros foi relevante, sobretudo na definição da área de abrangência do PEC e nos contatos com os prefeitos de Camaçari e Dias D’Ávila, envolvidos posteriormente na estruturação do Plano” (COFIC, 1999d, p. 4).

Ainda sobre a contribuição do CCC na implantação do PEC, o Conselho Comunitário definiu como sua meta para 2001 a instalação dos primeiros NUDEC (Núcleos de Defesa Comunitária), o que se consumou em nov/2001, após os membros do NUDEC cumprirem o programa de treinamentos específico, realizados pelo COFIC, para os 36 voluntários moradores de Camaçari e Dias D’Ávila (COFIC, 2001a). A instalação do NUDEC foi realizada numa solenidade pública na Câmara de Vereadores de Camaçari em novembro de 2001. Os membros do NUDEC participaram de diversos treinamentos simulados de emergência, realizados e coordenados pelo COFIC.

A implantação do PEC, uma das demandas do CCC, requer a utilização de um veículo de comunicação de massa ágil e acessível, que possibilite manter as populações vizinhas informadas em casos de emergência no Pólo. “Para ampliar seus canais de divulgação junto às comunidades vizinhas e atender ao PEC, o COFIC criou o Programa “**Pólo Informa**” na Rádio Metropolitana de Camaçari” (COFIC, 2001 a, p. 14).

A ampliação e fortalecimento das relações entre as empresas associadas ao COFIC e as comunidades vizinhas de Camaçari e Dias D’Ávila mantiveram-se como principal objetivo das ações desenvolvidas na área de Comunicação Social do COFIC, em 2001.

Os esforços empreendidos contaram com relevante contribuição do programa Ver De Dentro, do Conselho Comunitário Consultivo e do Prêmio Pólo de Incentivo à Educação que, na sua segunda edição, superou os resultados alcançados no primeiro ano, consolidando-se como importante mecanismo de motivação para professores e alunos das escolas públicas dos dois municípios. O Conselho Comunitário e o Programa Ver de Dentro assumem papel estratégico na interface entre o Pólo e as comunidades vizinhas, atendendo ao Processo de Atuação Responsável e às exigências para certificação das empresas associadas através da norma ISO 14.000 (COFIC, 2001a, p. 5).

O Conselho Comunitário consolidou-se, a partir de sua implantação, como uma experiência pioneira no Brasil, de comprovada efetividade e importância para o Pólo Industrial de Camaçari. “Funciona como canal permanente de diálogo entre as empresas do Complexo Industrial e as comunidades vizinhas de Camaçari e Dias D’Ávila, agregando valor a uma relação que se sustenta na transparência, respeito mútuo e credibilidade” (COFIC, 2001a, p. 6).

O CCC continuou aprimorando suas metas de trabalho a cada ano de convivência com o Pólo e o COFIC e, em 2001, para exemplificar, fixou como prioridade para as reuniões ordinárias a discussão dos seguintes temas:

- Monitoramento do Ar e das Águas nas áreas de influência do Complexo Industrial – abordagem que foi realizada pela Cetrel, na primeira reunião ordinária do Conselho;
- Saúde dos Empregados de Empresas Contratadas – o assunto foi tratado de maneira mais profunda em duas oportunidades: quando da apresentação dos resultados de "Diagnóstico de Contratadas que prestam Serviço ao Pólo”, realizado pela DRT, e por ocasião da apresentação do *checking-list* de clínicas que atendem empregados de contratadas do Pólo, em resposta a um pleito do próprio Conselho (COFIC, 2001 a, p. 6).

A partir de 2002 o Pólo teve suas vias de acesso recuperadas, com recapeamento em grande parte das pistas e a melhoria na sinalização horizontal e vertical. Neste item, há interesses diversos para a realização das obras, mas não se pode deixar de considerar que o CCC, ao longo de muitos anos, sempre cobrou do COFIC ações junto aos órgãos públicos responsáveis. Tais melhorias nas rodovias em torno do Pólo têm reflexos nas condições de maior segurança no trânsito local, reduzido as chances de ocorrências de acidentes com potencial de ferir pessoas e agredir o meio ambiente.



Figura 21 : Reunião do CCC no CRA em outubro de 2002

Fonte: COFIC (2003 a)

O Conselho Comunitário Consultivo que completou oito anos de existência em 2002, constituindo-se numa experiência bem sucedida de diálogo entre as empresas do Pólo e as comunidades próximas de Camaçari e Dias D'Ávila, continua servindo como *benchmarking* para a implantação de iniciativas semelhantes em outros estados, a exemplo do Conselho Comunitário da Copesul, no Pólo de Triunfo (RGS), que iniciou a implantação em 2002.

Nos últimos anos, o Conselho experimentou uma renovação parcial de seu quadro de conselheiros, mantendo-se com boa representatividade, reforçada pela participação dos presidentes das câmaras de vereadores de Camaçari e Dias D'Ávila e pelo

ingresso, em 2002, de representantes da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Camaçari, da Associação Comercial e Industrial daquele município e da comunidade de Leandrinho, estes últimos na condição de convidados permanentes. Medidas importantes foram adotadas a partir de pleitos formulados pelo Conselho, a maioria convergentes com os interesses das empresas do Pólo, destacando-se entre elas:

- realização de auditorias (semelhantes às do Prêmio Pólo de Segurança Industrial) nas clínicas de Camaçari e Dias D'Ávila que prestam serviço ao Complexo Industrial;
- instalação de radar para controle de velocidade na Via Canal de Tráfego;
- recuperação da malha viária do Pólo;
- inclusão de agentes comunitários de saúde de Camaçari e Dias D'Ávila nos NUDEC;
- participação de representantes da comunidade de Leandrinho nas reuniões do Conselho.

Vale ressaltar ainda o envio de cartas, assinadas pelos conselheiros, à Diretoria da Embasa, solicitando a retirada dos lacres dos poços que abastecem Camaçari, para que a CETREL pudesse dar continuidade às análises da qualidade da água que é consumida pela população local, e para a Secretaria de Justiça e Prefeitura de Simões Filho, posicionando-se contra a construção de um presídio no povoado de Pitanga dos Palmares, na faixa de vulnerabilidade das dutovias que transportam produtos químicos procedentes do Pólo.

Desta forma verifica-se que o Conselho Comunitário Consultivo interferiu e influenciou em muitas decisões dos dirigentes do Pólo, através de suas orientações e deliberações nas reuniões do Conselho de Administração do COFIC, cabendo à equipe do Comitê executar tais decisões. Assim, verifica-se o alinhamento do funcionamento do CCC com o que preconiza o programa Atuação Responsável e os conceitos de Responsabilidade Social Corporativa, que prevêm a prática e o respeito ao diálogo com os *stakeholders* da indústria, viabilizando a construção e consolidação de uma sociedade mais participativa na busca de soluções às demandas da sustentabilidade ambiental e econômica.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de identificar e analisar as contribuições do Conselho Comunitário Consultivo na gestão do COFIC na SSMA do Pólo Industrial de Camaçari, no período de 1994 a 2001. Esta dissertação contribui, portanto, para disponibilizar para a sociedade uma análise sobre a relação entre indústria e suas comunidades vizinhas, no que se refere a estratégias de RSC e gestão de SSMA.

Fundamentado em referências teóricas bem definidas, procurou-se em um primeiro momento, a partir dos dados coletados junto ao COFIC e das observações *in loco*, desenvolver a investigação sobre o objeto do estudo em foco. A partir daí, desenvolveu-se o trabalho de análise crítica dos dados levantados e dos resultados obtidos.

Verificou-se que houve um crescimento de confiança e de credibilidade na relação entre os atores envolvidos. Por um lado, os membros do CCC foram acreditando mais nos representantes das empresas e estes começaram a valorizar mais e atender as solicitações do CCC. Tais solicitações no período estudado alcançaram 75 casos, dos quais, cerca de 70% foram classificadas nesta dissertação em três tipos (vide Quadro 8): relacionados a meio ambiente; a segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores do Pólo; e riscos de impactos diretos sobre os moradores das cidades vizinhas. A partir da confiança mútua entre o Pólo e o CCC, ambas as partes intensificaram a pró-atividade de troca de informações relacionadas aos aspectos relacionados com SSMA, resultando em ações concretas de melhorias na gestão de SSMA do Pólo.

Do detalhamento e da análise das informações disponibilizadas, defende-se que o CCC contribuiu para a melhoria da gestão do COFIC na SSMA do Pólo, realizada em função das evidências apresentadas ao longo deste trabalho de dissertação. Esta contribuição ficou caracterizada através dos seguintes instrumentos/procedimentos utilizados pelo COFIC para a gestão de SSMA do Pólo, nos quais o CCC influenciou decisivamente para a criação e/ou aprimoramento:

- criação da Norma de Segurança do COFIC para Contratadas;

- inclusão de itens de verificação sobre contratadas no Prêmio Pólo de Segurança Industrial, Saúde e Meio Ambiente;
- construção do Plano de Emergência das Comunidades (PEC) vizinhas ao Pólo;
- criação e instalação dos Núcleos de Defesa Comunitárias (NUDEC);
- publicação pela CETREL de informações sobre os resultados das RMAr e RMÁgua, apresentadas periodicamente ao CCC;
- melhorias no PAME alcançando os contratados;
- criação do sistema de auditorias das Clínicas de Saúde Ocupacional de Camaçari e de Dias D'Ávila;
- melhorias das condições das pistas de acesso ao Pólo, com o estabelecimento de novo modelo de gestão envolvendo atribuições claras para o Estado, Prefeituras e COFIC.

Existiram também demandas do CCC, para as empresas e para os órgãos públicos, que foram consideradas nesta dissertação como não-atendidas, citamos como exemplos:

- fiscalização do governo e policiamento no Anel Florestal para conservá-lo e evitar invasões;
- fiscalização do setor público no transporte de produtos perigosos circulando nas cidades vizinhas ao Pólo;
- retorno do representante do CRA às reuniões do CCC;
- discussão sobre exploração de areia em Camaçari para uso na construção civil;
- discussão de casos de lesões em trabalhadores, por esforço repetitivo, numa empresa instalada no Pólo e não associada ao COFIC;
- discussão da relação acidente *versus* redução de pessoal nas empresas *versus* treinamento em SSMA.

Apesar das contribuições do CCC, identificadas nesta pesquisa, algumas limitações deste estudo se fizeram presentes e devem ser consideradas:

- a inexistência, no Brasil, de outro Pólo fabril com uma gestão coletiva de SSMA implantada, similar ao COFIC, e um Conselho Comunitário com mais idade, para análise comparativa;

- a inexistência de um padrão de funcionamento de Conselho Comunitário, estabelecido e gerido por uma entidade nacional, como a ABIQUIM;
- a falta de uma análise mais aprofundada sobre as influências do CCC internamente em empresas do Pólo;
- a falta de uma análise diretamente na comunidade sobre a sua percepção a respeito da atuação do Conselho Comunitário Consultivo;
- e a inviabilidade de constatação empresa a empresa do real *status* de seus Sistemas de Gestão de Segurança do Trabalho, Higiene Industrial, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional, antes e após o Conselho Comunitário Consultivo.

Decorrente destas limitações e com o objetivo de alargamento e consolidação da avaliação realizada, recomenda-se a realização de alguns estudos futuros:

- verificação interna em empresas do Pólo, através de estudo de caso, para avaliar a influência do CCC na melhoria da gestão de SSMA;
- desenvolvimento de *survey* em empresas do Pólo, para verificação e análise do processo de melhoria contínua de seus Sistemas de Gestão de Segurança do Trabalho, Higiene Industrial, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional;
- avaliação junto ao sistema ABIQUIM, da performance dos outros Conselhos Comunitários no Brasil e comparar a efetividade de cada um, quanto a contribuição na melhoria da relação comunidade-empresa e, especialmente, na melhoria da segurança, saúde e meio ambiente e responsabilidade social corporativa;
- pesquisas de campo nas comunidades do entorno do Pólo para avaliar a percepção das mesmas sobre o desempenho do CCC, fornecendo subsídios para que ele represente melhor os interesses destas comunidades.

Isto posto, recomenda-se a adoção da seguinte estratégia para o CCC:

- O Conselho Comunitário Consultivo poderá ainda ser mais eficaz para a melhoria na gestão de SSMA do Pólo, acompanhado bem de perto as recomendações decorrentes de investigações de acidentes e solicitando que as empresas apresentem freqüentemente suas ações preventivas indicadas nas investigações dos acidentes. Complementarmente, poderá solicitar evidências do esforço que as empresas estão fazendo para aplicar Tecnologias Limpas nos seus processos produtivos.

- Em relação às Prefeituras locais, o CCC poderia solicitar delas mais ações e interagirem melhor e de forma freqüente, visando atender os anseios da população no campo da SSMA, melhorando a capacitação de mão de obra dos seus moradores, instituindo uma fiscalização eficiente contra invasões no Anel Florestal. Deveria também solicitar às Prefeituras locais melhores condições dos seus serviços de saúde, especialmente, aqueles ligados ao controle e prevenção de saúde ocupacional e, desenvolvendo campanhas educativas para a educação ambiental.

Por sua vez as empresas do Pólo poderiam disponibilizar maior número de prepostos para acompanhar os trabalhos do CCC, ajudar para a reeducação ambiental das comunidades vizinhas – através de campanhas, treinamentos da população em massa – e intensificar suas pesquisas na busca de tecnologias ambientalmente mais limpas nas suas operações produtivas.

O Conselho Comunitário Consultivo é uma experiência de diálogo entre o Pólo e as comunidades vizinhas. De forma pioneira no país, um conjunto de empresas químicas investiu na construção de um relacionamento estável e permanente entre as indústrias do Complexo Industrial e a população residente no entorno, através de uma representação abrangente e diversificada. Tendo como fundamentos a transparência, a credibilidade e a efetividade das propostas e ações, o Conselho Comunitário tem oportunizado a ambas as partes (indústria/comunidade) o exercício maduro da parceria e de uma convivência mutuamente construtiva.

Constatou-se que o fundamental é a existência de uma caminhada de diálogo Indústria-Comunidade iniciada, com ações concretas, destinada a ampliar, cada vez mais, a cultura da comunicação direta entre as partes interessadas, cujo objetivo maior é sempre a preservação do meio ambiente e a segurança e saúde das pessoas. Essa trajetória deve ser entendida como **um processo**, e não como uma **conquista imediata**; uma caminhada permanente em direção aos objetivos, não uma realização de curto prazo; um conjunto de diagnósticos que deve orientar o entendimento, que, por sua vez, irá engendrar diretrizes e ações concretas capazes de levar à superação paulatina dos obstáculos para as mudanças mais fortes ambientalmente. Caberá ao conjunto dos atores sociais envolvidos ampliar as discussões e construir os consensos, indispensáveis para evoluir na busca da progressiva da

adoção de tecnologias de produção cada vez mais limpas, visando o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA – ABIQUIM. **Manual de Implantação do Atuação Responsável**. São Paulo, SP. 1992.

_____. **Código de Diálogo com a Comunidade e Preparação e Atendimento a Emergências**. Guia de Implantação. São Paulo, 1ª Edição, 1997a.

_____. **Responsible Care - Progress Report. Meeting Expectations and Achieving Goals**. Paulo, SP.1997b.

_____. **Relatório Anual**. São Paulo, SP. 2000.

_____. **Relatório Anual**. São Paulo, SP. 2001.

_____. **6º Congresso de Atuação Responsável**. São Paulo, SP. 2002.

ALZATE, Claudia Tatiana Arango; KRUGLIANSKAS, Isak. **A indústria Química Brasileira e o Programa Atuação Responsável: O Caso de uma Empresa Nacional**. Caderno de Pesquisa em Administração. São Paulo, v.1, N° 8, 1º Trim./99.

BROWN, Lester R. (Org.). **Estado do Mundo, 2001; relatório do Worldwatch Institute sobre o avanço em direção a uma sociedade sustentável**. Salvador: UMA Editora, 2000.

CARAÍBA METAIS. **Conselho Comunitário Consultivo do Pólo. Projeto Piloto para a Recuperação de uma Área Degradada no Anel Florestal Comum à Caraíba Metais S.A. - CMSA e Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf no Pólo Petroquímico de Camaçari**. Salvador, BA 1999.

_____. **Parecer sobre a Notificação 00337 – CRA, Relativa a Degradação Ambiental na Área Industrial Oeste –AIO, do Pólo Petroquímico de Camaçari**. Dias D´Ávila, BA 2001, pg 7.

CCC. **Protocolo de Funcionamento do CCC**. Camaçari, BA 14/12/1994.

_____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 15/02/1995a.

_____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 16/08/1995b.

_____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 13/09/1995c.

_____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 18/10/1995d.

_____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 06/12/1995e.

- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 14/02/1996a.
- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 12/06/1996b.
- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 11/06/1997a.
- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 10/12/1997b.
- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 11/02/1998a.
- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 19/08/1998b.
- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 09/12/1998c.
- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 28/04/1999.
- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 16/02/2000a.
- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 19/04/2000b.
- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 19/05/2000c.
- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 07/06/2000d.
- ____. **Ata de reunião do CCC**. Camaçari, BA 19/06/2002.
- ____. **Atas de reunião do CCC**. Camaçari, BA Fev 1995 a fev 2002.

CEPRAM. **Resolução CEPRAM nº 620/92 - Autoriza a emissão da Licença de Operação da Ampliação do Pólo Petroquímico de Camaçari**. Salvador, BA 1992.

____. **Resolução CEPRAM nº 2113/99 - Autoriza a emissão da Renovação da Licença de Operação do Pólo Petroquímico de Camaçari**. Salvador, BA 1999

____. **Resolução CEPRAM nº 2933-Gestão Integrada e Responsabilidade Ambiental**, Salvador, 22 de fevereiro de 2002.

CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - CEPED. **TECBAHIA, Revista Baiana de Tecnologia**, ISSN 0104-2385, V.17. Camaçari, 2002.

CHEMICAL MANUFACTURERS ASSOCIATION. **Responsible Care Progress Report**. Meeting Expectations and Achieving Goals. USA, 1997.

CICCO, Francesco de. **A nova BS 8800: norma britânica sobre SST pode ser aplicada em qualquer organização**. **Revista Proteção**. ed. 58-96. Novo Hamburgo: MPF Publicações Ltda, 1996.

COFIC. **Plano de Gerenciamento Ambiental do COFIC, Volume I – Termos do Plano.** Camaçari, BA 1990.

_____. **Atuação Responsável, Compromisso Inadiável com o Futuro.** Camaçari, 1992.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 16/03/93a.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 16/11/93b.

_____. **Vídeo sobre simulado no Pólo.** Produção da Take Video. Camaçari, BA 26/11/93c.

1 fita de vídeo (10 mim), VHS, son., color.

_____. **Relatório de Atividades do COFIC.** Camaçari, BA 1993 d.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 18/01/94a.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 20/09/94b.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 29/11/94c.

_____. **Relatório de Atividades do COFIC.** Camaçari, BA 1994 d.

_____. **Relatório de Atividades do COFIC.** Camaçari, BA 1995a.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 19/09/95b.

_____. **Plano de Contingência do Pólo – PCP. Norma de Segurança do COFIC 007/95.** Camaçari, BA 1995c.

_____. **Conselho Comunitário Consultivo: Um Canal de Diálogo entre o Pólo e as Comunidades Vizinhas.** Camaçari, BA 1995 d.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 21/05/96a.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 16/07/96b.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 07/11/96c.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 17/12/96d.

_____. **Relatório de Atividades do COFIC.** Camaçari, BA 1996 e.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 20/05/97a.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 29/07/97b.

_____. **Regulamento do Sistema PAME - Plano de Assistência Médica em Emergência.** Camaçari, BA 1997 c.

_____. **Relatório de Atividades do COFIC.** Camaçari, BA 1997 d.

_____. **Relatório de Atividades do COFIC.** Camaçari, BA 1998a.

_____. **Repensar COFIC 98.** Base de Dados em Word. Camaçari, BA 30/10/1998 b.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 16/03/99a.

_____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 18/05/99b.

- _____. **Guia de Auditoria de Segurança, Higiene e Saúde Ocupacional. Norma de Segurança do COFIC 013/97- rev. 1.** Camaçari, BA 20/08/99 c.
- _____. **Relatório de Atividades do COFIC.** Camaçari, BA 1999d.
- _____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 21/03/2000a.
- _____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 18/07/2000b.
- _____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 19/09/2000c.
- _____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 21/11/2000d.
- _____. **Termo de Referência do Projeto APPOLO 2.** Camaçari, BA 2000 e.
- _____. **Relatório de Atividades do COFIC.** Camaçari, BA 2000f.
- _____. **Pesquisa de Opinião e Imagem do Pólo Petroquímico de Camaçari. Volume II – População.** Camaçari, BA 2000g.
- _____. **Relatório de Atividades do COFIC.** Camaçari, BA 2001a.
- _____. **Auditoria COFIC nas Clínicas em Saúde Ocupacional de Contratadas do Pólo Industrial de Camaçari.** Camaçari, BA 2001 b.
- _____. **Ata de reunião do CA.** Camaçari, BA 18/09/01 c.
- _____. **Informações Pólo.** Base de Dados em Word. Camaçari, BA 16/08/02 a.
- _____. Disponível em <www.coficpolo.com.br>. Acesso em 28 de julho de 2002 b.
- _____. **Entrega do Premio Pólo de Segurança Industrial.** Salvador, BA 06/06/02 c.
- _____. **Polonotícias nº 10, 11, 13, 17, 19.** Ano I. Camaçari, BA 2002 d.
- _____. **Prêmio Pólo de Incentivo a Educação.** Camaçari, BA 2002 e.
- _____. **Ata de reunião de coordenação da CST.** Camaçari, BA 12/07/02 f.
- _____. **Polonotícias Especial.** Ano II. Camaçari, BA 2003 a.
- _____. **Relatório do Simulado do PCP.** Camaçari, BA 2003 b.

DET NORSKE VERITAS – DNV. **Administração Moderna de Segurança.** Rio de Janeiro, Det Norske Veritas Ltda, 1997. 5ª Edição.

DETEN QUÍMICA S/A. **Balanço Social 2000.** Camaçari, 2001.

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL ENTRE AS COMPANHIAS LATINO-AMERICANAS. **Valor Econômico.** Disponível em <www.valoreconomico.com.br>. Acesso em 24 de setembro de 2002

FALCONER, Andrés Pablo & OLIVA, Eduardo de Camargo. **Processo Atuação Responsável: Implicações de sua Implantação nas Relações de Trabalho na Indústria Química**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, v.1, N° 1, 2° sem./1995.

FONTOURA, Geraldo André Thurler. **Responsible Care - Desempenho e Perspectivas do Sistema de Gestão Saúde – Segurança - Meio Ambiente da Indústria Química**. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE. Rio de Janeiro, 2001.

FRANCO, Tânia (Org.). **Trabalho, Riscos Industriais e Meio Ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável?** Salvador: EDUFBA, 1997.

FREITAS, Nilton Benedito Branco. Sistema de Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho e a Participação dos Trabalhadores. In: 4º Congresso de Atuação Responsável – **Anais**. São Paulo, SP. 2000.

FREITAS, Carlos Machado de; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; MACHADO, Jorge Mesquita Huet (Org). **Acidentes Industriais Ampliados: Desafios e Perspectivas para o Controle e a Prevenção**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

FURTADO, Marcelo. **Atuação Responsável Quer Indústria Mais Solidária**. Disponível em <http://www.quimica.com.br/revista/qd395/atuacao3.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2003.

HAWKINS, Denise Pires Basto Costa & COSTA, Silvia Pires Basto. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: uma Pesquisa Exploratória no Setor Supermercado de Médio Porte de Fortaleza**. Fortaleza, 2002.

INSTITUTO ETHOS. **Relatório Anual**. Disponível em: http://www.ethos.org.br/relatorio_anual/default.htm. Acesso em: 3 dez. 2001

_____. **Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em <www.ethos.org.br>. Acesso em 1o de outubro de 2001.

_____. **Responsabilidade Social no Brasil**. Disponível em <www.ethos.org.br>. Acesso em 14 de outubro de 2002.

MARINHO, Márcia Mara de Oliveira; ANDRADE, José Célio Silveira; CARDOSO, Lígia França; SALATIEL, Mariene. **Relatório Sócioambiental Corporativo e Produção Sustentável**. Salvador - Ba, UFBA, 2002. Disponível em <www.read.ufbaorg.br>. Acesso em 18 de janeiro de 2003.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial – A Administração do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2001, 2ª Edição.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **APELL – Alerta de Preparação para Emergências Locais**, São Paulo, 1990.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convênio 174, Convênio sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Ampliados**, São Paulo, 1999.

SILVA, César Augusto Tibúrcio & FREIRE, Fátima de Souza (org.). **Balanco Social, Teoria e Prática**. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2001

SILVEIRA ASSOCIADOS, Consórcio Silveira Associados / UMK Arquitetos. **Complexo Industrial de Camaçari – Subsídios para Adequação da Infraestrutura e Integração Urbano-Industrial**. Camaçari, BA 2001. pg 44

TIBOR, Tom; FELDMAN Ira. **ISO 14000: Um Guia para as novas normas de gestão ambiental**. São Paulo: Futura, 1996.

UNEP IE/PAC – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, **Hazard Identification and Evaluation in a Local Community**, USA, 1989.

ANEXO A – PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI - COFIC E MEMBROS DAS COMUNIDADES DE CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UM CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO.

1. OBJETIVO

O objetivo do Conselho Comunitário Consultivo é estabelecer uma interação entre a percepção representativa das comunidades de Camaçari e Dias D'Ávila e as ações das indústrias químicas e petroquímicas instaladas no Pólo Petroquímico de Camaçari, buscando a melhoria crescente nas condições de segurança, saúde e meio ambiente associadas às atividades das referidas indústrias.

2. ATIVIDADE E POSTURA

O Conselho Comunitário é um fórum de caráter consultivo por natureza e a ele compete:

- a) Buscar uma melhoria contínua na comunicação entre as comunidades e as indústrias químicas e petroquímicas do Pólo Petroquímico de Camaçari.
- b) Atuar como veículo pelo qual as comunidades e as empresas possam, construtivamente, destacar suas preocupações e desenvolver meios que possibilitem uma abordagem proativa dos assuntos relativos a segurança, saúde e meio ambiente.
- c) Contribuir para o desenvolvimento de um programa eficaz, destinado a fornecer informações para o público, nas questões relativas a segurança, saúde e meio ambiente.
- d) Pautar suas ações pelo compromisso de seus membros com a ética quanto a informações privilegiadas.
- e) Estabelecer uma parceria visando responder às preocupações da comunidade.

3. COMPOSIÇÃO

O Conselho é formado por um mínimo de 12 (doze) e máximo de 20 (vinte) membros pertencentes aos segmentos comunitários abaixo:

- Lideranças comunitárias dos bairros mais próximos do Pólo Petroquímico de Camaçari
- Imprensa local
- Ministério Público
- Grupos Ecológicos
- Clubes de Serviço
- Área de Educação
- Comércio
- Igrejas
- Área de Saúde
- Área de Meio Ambiente

A formação inicial do Conselho ocorre por iniciativa do COFIC, que convida pessoas dos segmentos mencionados, sendo voluntária a aceitação por parte das mesmas.

É desejável um equilíbrio numérico entre as representações de Camaçari e Dias D'Ávila.

4. PERÍODO DE ATUAÇÃO E RENOVAÇÃO

- Os membros do Conselho atuarão por um período de 02 (dois) anos.
- A renovação bienal se fará com base em critérios que o próprio Conselho e o COFIC estabelecerem, de comum acordo.
- O Conselho, por decisão de pelo menos 2/3 de seus membros, pode afastar um Conselheiro cuja postura seja considerada inadequada, ou por faltas sucessivas às reuniões. O Conselho examinará as situações em que um membro falte a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) não consecutivas, durante o período total de atuação.
- Nas hipóteses de afastamento ou de renúncia de um membro, o Conselho escolherá, por maioria simples, um novo conselheiro, em princípio do segmento comunitário a que pertencia o anterior, observando critérios de representatividade, postura ética e motivação pelas causas de interesse comunitário. O novo membro permanecerá no Conselho até o final do período remanescente de atuação.

5. COMPENSAÇÃO

A participação no Conselho resulta da motivação espontânea de seus membros, não cabendo a estes qualquer tipo de remuneração.

6. FUNCIONAMENTO

- O Conselho reunir-se-á bimestralmente ou, extraordinariamente, em datas e horários determinados pelos seus membros, em locais escolhidos de acordo com o COFIC.
- As reuniões serão coordenadas por um Facilitador externo ao Conselho, acolhido por este, a quem cabe facilitar a participação eficaz dos Conselheiros com vistas aos objetivos agendados para a reunião, além de iniciar e encerrar a mesma.
- Um Secretário, também acolhido pelos membros do Conselho, fará as anotações necessárias visando produzir uma ATA que, aprovada, terá cópias enviadas a cada membro, ao Facilitador, ao COFIC e às empresas do PÓLO.
- Cabe ainda ao Secretário acertar, com as partes envolvidas, locais, datas e horários das reuniões seguintes, incumbindo-se da convocação dos participantes, além de providenciar remessa de comunicações escritas, decididas pelo Conselho.
- As Atas das reuniões traduzirão as decisões coletivas, evitando, quanto possível, a individualização de pontos de vista não condizentes com o espírito e objetivos do Conselho.
- A liberação de informações para o público em geral será feita se houver aprovação prévia do Conselho, por maioria simples.
- As reuniões serão realizadas quando do comparecimento de no mínimo 1/3 dos integrantes do Conselho, sendo vedada a participação através de representantes formais ou informais de seus membros.
- As reuniões do Conselho não serão abertas para o público, podendo entretanto os representantes das empresas participar como ouvintes ou quando convidados a se pronunciar.

- Outros convidados poderão participar, a partir de decisão prévia por maioria, devendo a presença ter relevância com o assunto em discussão.
- Ao COFIC caberá dar o apoio logístico ao funcionamento do Conselho, tomando as providências necessárias ao funcionamento do mesmo.
- Cabe ainda ao COFIC estar presente às reuniões, através de pessoas de sua estrutura, com o objetivo de ser o "elo" de ligação entre o Conselho e às Indústrias, devendo:
 - a) Convidar dirigentes e representantes (gerentes ou técnicos) das empresas para ouvirem as colocações, indagações e sugestões do Conselho.
 - b) Provocar as empresas para as respostas às indagações, sugestões e demandas do Conselho.

O Conselho por aprovação de metade mais um dos seus membros, e de comum acordo com o COFIC, poderá sugerir alterações neste Protocolo.

E por estarem de acordo com os termos acima, assinam este Protocolo os membros das comunidades que iniciam a formação do Conselho e o Presidente do COFIC.

Camaçari, 14 de dezembro de 1994

Fernando Paes Andrade – Presidente do Conselho de Administração do COFIC

Ronaldo Martins da Silva – Conselheiro

Francisca Maria S. da Silva – Conselheira

Maria da Neves Silva Araújo – Conselheira

Marivaldo Silva Machado – Conselheiro

David Félix Silva – Conselheiro

Ademário Galvão Spínola – Conselheiro

Padre Marcos Presciutti – Conselheiro

Jurandir Gonsalves da Luz – Conselheiro

Lindaure de Jesus dos Santos – Conselheira

Carlos Alberto Nonato Borges – Conselheiro

Jerônimo Ferreira Couto – Conselheiro

Maria das Graças Dias Drumond – Conselheira

Maria Imperatriz A. Silva – Conselheira

Anatália Xavier Santana – Conselheira

Dorijan dos Santos Nascimento – Conselheiro

José Paulo da Costa Filho – Conselheiro

Geraldo dos Santos Sauza – Conselheiro

Ubirajara da Silva Ramos Coroa – Conselheiro

Zaira Isabel Brito Paiva – Conselheira

Nilton Natividade Santana – Conselheiro

ANEXO B – ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO EM 14.12.94 ENTRE O COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI - COFIC E REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES DE CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA, CONSTITUÍDO O CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO

O Conselho Comunitário Consultivo e o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - COFIC, por este ato concordam em modificar o item 4 do Protocolo, que passa a ter a seguinte redação.

4. Período de Atuação e Renovação

- Os membros do Conselho atuarão por um período de 2 (dois) anos.
- O Conselho, por decisão de pelo menos 2/3 de seus membros, pode afastar, em qualquer época, um conselheiro cuja postura seja considerada inadequada, ou por faltas sucessivas às reuniões. O Conselho examinará as situações em que um membro falte a 3 (três) reuniões consecutivas.
- Nas hipóteses de afastamento, renúncia ou de renovação de mandato bienal de um ou mais membros, o Conselho escolherá, por maioria simples, novos conselheiros, em princípio dos segmentos comunitários a que pertenciam os anteriores, levando em consideração sua representatividade, postura ética e motivação pelas causas de interesse comunitário. Os novos membros permanecerão no Conselho até o final do período remanescente de atuação.
- A renovação bienal dos conselheiros se fará obedecendo aos seguintes critérios:
 - a) Substituição de pelo menos 30% do total dos membros do Conselho, considerando-se neste percentual as substituições eventualmente ocorridas ao longo do biênio.
 - b) Substituição dos conselheiros que, voluntariamente, queiram se desligar do Conselho.
 - c) Substituição dos conselheiros que, ao final do biênio, tenham acumulado 5 (cinco) faltas às reuniões ordinárias.
 - d) Na hipótese de, aplicados os critérios mencionados anteriormente, não se atingir o percentual mínimo de renovação, serão substituídos os conselheiros com maior número de mandatos e maior número de faltas às reuniões ordinárias acumuladas no biênio.
 - e) Terão os mandatos renovados por mais 2 (dois) anos os conselheiros não enquadrados nos critérios anteriores, a menos que expressem sua opção por não continuarem no Conselho.
 - f) O preenchimento das vagas será feito a partir de nomes propostos pelos membros do Conselho e pelo COFIC, que serão acolhidos ou não por decisão majoritária dos conselheiros remanescentes, dando-se prioridade às vagas eventualmente existentes na área de meio ambiente.
 - g) O Conselho examinará as situações não previstas neste item do Protocolo.

E por estarem de acordo com os termos acima, assinam esta alteração do Protocolo os membros das comunidades que formam o Conselho Comunitário Consultivo e o Presidente do COFIC.

Camaçari, 05 de fevereiro de 1997

Ademário Galvão Spínola - Conselheiro
Anatália Xavier Santana - Conselheira
Carlos Alberto Nonato Borges - Conselheiro
Dorijan dos Santos Nascimento - Conselheiro
Francisca Maria Silvestre da Silva - Conselheira
Geraldo dos Santos Souza - Conselheiro
Jerônimo Ferreira Couto - Conselheiro
José Paulo da Costa Filho - Conselheiro
Lindaure de Jesus dos Santos - Conselheira
Marcos Presciutti - Conselheiro
Maria das Graças Dias Drummond Martins - Conselheira
Maria das Neves Silva Araújo - Conselheira
Maria Imperatriz A. Silva - Conselheira
Mário Raimundo Quintela - Conselheiro
Mary da Cunha de Souza - Conselheira
Ronaldo Martins da Silva - Conselheiro
Ubirajara da Silva Ramos Coroa - Conselheiro

ANEXO C – Relação das empresas Associadas do COFIC

- ABB Service Ltda
- Acrinor - Acrilonitrila do Nordeste S/A
- Air Products Gases Industriais Ltda
- Ambev Cia de Bebidas das Américas
- Bahiagás – Companhia de Gás da Bahia
- Basf S/A
- Bayer S/A
- Braskem S/A – Unidades de Insumos Básicos
- Caraíba Metais S/A
- Ceped – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Social
- Cetrel Empresa de Proteção Ambiental
- Chesf – Cia Hidroelétrica do São Francisco
- Ciba Especialidades Químicas Ltda
- Cibrafertil – Cia Brasileira de Fertilizantes
- Ciquine Companhia Petroquímica do Nordeste
- Cobafi Companhia Bahiana de Fibras
- Copenor/Metanor
- Deten Química S/A
- Dow Química do Nordeste Ltda
- Dusa – Dupont-Sabanci Brasil S/A
- Du Pont Polímeros Ltda
- E.D.N. Estireno do Nordeste S/A
- Emca Empresa Carioca de Produtos Químicos
- Ford Motor Company Brasil Ltda – Unidade de Camaçari
- Griffin Brasil Ltda
- IPC do Nordeste Ltda
- Isopol Produtos Químicos
- ITF Chemical Ltda
- Katoen Natie do Brasil Ltda
- Klabin Bacell S/A
- Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S/A
- Monsanto Nordeste S/A
- Nitrocarbono S/A
- OPP Química S/A
- Oxiteno Nordeste S/A Indústria e Comércio
- Petrobras Brasileiro S/A – Est. de Gás
- Petrobras/BACAM
- Petrobras-FAFEN
- Polialden Petroquímica S/A
- Polibrasil Resinas S/A
- Policarbonatos do Brasil S/A
- Politeno Indústria e Comércio S/A
- Proquigel Química S/A
- QGN Química Geral do Nordeste S/A
- Sansuy S/A Indústria de Plásticos
- Tequimar Terminal Químico de Aratu S/A
- Tigre S/A Tubos e Conexões
- Trikem S/A – Cloro Soda
- Trikem S/A - PVC
- Union Carbide Química Ltda
- UTE Bahia I
- White Martins Gases Industriais do Nordeste S/A
- White Martins de Camaçari S.A

ANEXO D – Modelo de Balanço Social anual –2000 – IBASE

	2000			1999		
1. Base de Cálculo	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)						
Resultado Operacional (RO)						
Folha de Pagamento Bruta (FPB)						
2. Indicadores Sociais Internos	Valor	% Sobre	% Sobre	Valor	% Sobre	% Sobre
	(R\$)	FPB	RL	(R\$)	FPB	RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e Medicina no Trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e Desenvolvimento Profissional						
Creches e Auxílio Creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros (seguros)						
Total - Indicadores Sociais Internos						
3. Indicadores Sociais Externos	Valor	% Sobre	% Sobre	Valor	% Sobre	% Sobre
	(R\$)	RO	RL	(R\$)	RO	RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Habitação						
Esporte						
Lazer e diversão						
Creches						
Alimentação						
Outros						
Total das Contribuições para a Sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores Sociais Externos						
4. Indicadores Ambientais	Valor	% Sobre	% Sobre	Valor	% Sobre	% Sobre
	(R\$)	RO	RL	(R\$)	RO	RL
Relacionados com a operação da empresa						
Em Programas e/ou projetos externos						
Total dos Investimentos em Meio Ambiente						
5. Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados terceirizados						
Nº de empregados acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalha na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						

Nº de negros que trabalha na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros						
Nº de empregados portadores de deficiência						
6. Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	<input type="checkbox"/> pela direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos os empregados			<input type="checkbox"/> pela direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos os empregados		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	<input type="checkbox"/> pela direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos os empregados			<input type="checkbox"/> pela direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos os empregados		
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> pela direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos os empregados			<input type="checkbox"/> pela direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos os empregados		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> pela direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos os empregados			<input type="checkbox"/> pela direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos os empregados		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos			<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos		
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva			<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva		
7. Outras Informações						

Fonte: SILVA e FREIRA (2001, p.109)

APÊNDICE A – Resumo das Demandas do CCC de 1995 a fevereiro de 2002

1. Informações sobre o Pólo para os conselheiros.
2. Anel Florestal no entorno do Pólo.
3. Rede de Monitoramento do Ar do Pólo.
4. Segurança e Saúde do trabalhador do Pólo.
5. Rede de Monitoramento da Água subterrânea do Pólo.
6. Divulgar Conselho Comunitário Consultivo nas comunidades.
7. Informação da COPENE sobre o Etenoduto para a comunidade de Dias D'Ávila.
8. Discussão sobre o rebaixamento do Lago de Dias D'Ávila.
9. Mais informações sobre Segurança e Saúde de Contratados do Pólo.
10. Pronor explicar acidente ocorrido na empresa.
11. Anel Florestal: Conselho Comunitário quer outras ações.
12. Lago Dias D'Ávila: Conselho Comunitário quer outras ações.
13. Anel Florestal/Preservação e Fiscalização.
14. Policiamento e conservação das vias de acesso ao Pólo.
15. Lago de Nova Dias D'Ávila: Conselho Comunitário solicita novas ações.
16. Saúde dos trabalhadores prestadores de serviços: Conselho Comunitário quer novas ações.
17. Fazer Monitoramento do Ar nos bairros de Parque Satélite e Parque Florestal, em Camaçari.
18. Fiscalização de transportadoras de produtos perigosos dentro das cidades vizinhas ao Pólo.
19. Fiscalização de lavagem de carretas que transportam produtos químicos, em Dias D'Ávila (maior rigor do CRA na verificação das licenças de funcionamento dessas empresas de transportes).
20. Explicação no Conselho Comunitário sobre os procedimentos de segurança industrial do Pólo e o funcionamento do PCP.
21. Conselho Comunitário recorrer às empresas do Pólo em caso de incêndio nas comunidades vizinhas.
22. Utilização das reuniões do Conselho Comunitário para denúncia de problemas relacionados com empreiteiras do Pólo, ou mesmo com as empresas principais.
23. Ampliar o nível de informações sobre o Pólo nas escolas de Camaçari e Dias D'Ávila, através de palestras e distribuição de cartilhas semelhantes as do Programa Ver De Dentro.
24. Criar espaço na TVC (Camaçari) e Rádio Metropolitana para ampliar a divulgação do Conselho Comunitário e as suas atividades.
25. Convidar para as reuniões do Conselho Comunitário, representantes das empresas onde as mesmas serão realizadas. Enviar previamente aos conselheiros, informações básicas sobre a empresa sede da próxima reunião.
26. Imprimir maior dinâmica nas reuniões, evitando opiniões repetitivas ou situações paralelas que comprometam o andamento das atividades.
27. As empresas do Pólo distribuírem folhetos de segurança para os visitantes.
28. Lavagem de carretas: Conselho Comunitário quer mais ações da Prefeitura de Dias D'Ávila e do CRA.
29. Conselho Comunitário quer ação da Prefeitura de Dias D'Ávila sobre as lavanderias de roupas do Pólo, com denúncias dos seus resíduos estarem sendo jogados nos rios locais.

30. Em consequência de uma apresentação sobre um acidente, envolvendo um equipamento eletromecânico, o Conselho Comunitário sugeriu divulgar nas demais empresas do Pólo, o defeito do equipamento que vitimou pessoas no acidente, visando evitar novas ocorrências em outras empresas.
31. CRA fazer Apresentação sobre suas atividades no Pólo.
32. Apresentar no Conselho Comunitário a nova Norma Regulamentadora do MTE sobre Benzeno
33. Anel Florestal: Conselho Comunitário quer mais e novas ações
34. Conselho Comunitário pede explicações à Bacell sobre o odor gerado pela aquela empresa
35. Conselho Comunitário pede ação para melhoria da pista na via Parafuso, que dá acesso ao Pólo e com grande risco de acidente, especialmente, nas proximidades do Morro da “Manteiga” e via Abrantes.
36. Anel Florestal: Conselho Comunitário pede ao CRA ação sobre a SUDIC, com base na Resolução 620 do CEPRAM.
37. Anel Florestal: Conselho Comunitário denuncia a CHESF por ter derrubado árvores no Anel.
38. Conselho Comunitário informa sobre existência de lixo suspeito em Dias D’Ávila e pede ação ao CRA.
39. Pede mais informações da Polibrasil sobre acidente ocorrido na empresa.
40. Pede realização de reuniões extraordinárias na comunidade para divulgar o CCC.
41. Solicita resultado da RMAr e RMÁgua de 1996 vs 1995
42. Conselho denuncia lançamento de produto tóxico no solo.
43. Conselho Comunitário indaga sobre acidente fatal em transportadoras e “laja a jato” em Dias D’Ávila.
44. Pede melhorias das pistas de acesso ao Pólo.
45. Denuncia presença de carretas com cargas perigosas em Camaçari e pede ação à Prefeitura local.
46. Saúde e Segurança de contratados: Definida como prioridade a ser discutida no Conselho Comunitário.
47. Emissário submarino do Pólo e recuperação dos rios: Definida como prioridade a ser discutido no Conselho Comunitário.
48. Plano de Emergência das Comunidades Vizinhas ao Pólo – PEC: Discutir e implantar.
49. Mais informações sobre a Privatização Linha Verde.
50. Discutir redução de pessoal x segurança x treinamento de contratado.
51. Anel Florestal: Denuncia de invasão do Anel em Camaçari.
52. Conselho solicita receber, periodicamente, Relatório sobre saúde contratados e empregados diretos do Pólo.
53. CPB e Pronor apresentar acidentes ocorridos nas respectivas empresas.
54. Discutir a Exploração de areia no Município.
55. Conselho deseja conhecer o relatório do acidente ocorrido na Pronor.
56. Conselho pede para as empresas orientarem seus trabalhadores procurar o médico, quando se sentirem mal.
57. Conselho Comunitário deseja saber os motivos sobre o fechamento da Rhodia Nutrição Animal.
58. Após diagnóstico do Grupo de Trabalho de Contratada, o Conselho deseja conhecer melhor as NR 7 e 9.
59. Sugere criação de Central médica para contratados nas empresas do Pólo.
60. Conselho pede a presença do Secretário Municipal de Saúde Camaçari e da direção da Unidade de Saúde do Trabalhador de Camaçari (USAT).
61. Depois do relato da Caraíba sobre acidente ocorrido na empresa, Conselho deseja visitar local do mesmo.
62. Empresas Contratantes contribuírem para a melhoria da qualidade dos exames de contratados.
63. Conselho pede ao COFIC convidar a Cata Nordeste para falar sobre casos de LER naquela empresa.
64. Questionada sobre a vinda da Monsanto para Camaçari. Conselho pede esclarecimentos a respeito.

65. Após aprovação das propostas para a melhoria de SSMA para os Contratados, elaborado pelo Grupo de Trabalho criado pelo Conselho Comunitário, foi solicitado que o CCC acompanhe a implantação das mesmas.
66. Solicitado enviar a proposta do Grupo de Trabalho de Contratadas à Secretaria de Saúde de Camaçari.
67. Prefeitura informar ao Conselho sobre instalação de Indústria química em Dias D'Ávila.
68. Convidar Bahiagás e Millennium para falar sobre construção de duto que passa em Camaçari.
69. Solicitada reunião com a direção da Bahiagás.
70. Divulgar no Pólo o acidente relatado pela Deten.
71. Conselho quer acompanhar os desdobramento do acidente fatal ocorrido na Deten.
72. Conselho solicita à Caraíba adotar medidas preventivas para evitar novas ocorrências de emissões de SO₂ na comunidade de Leandrino.
73. Sugerido que se promova cursos/palestras sobre segurança nas escolas locais.
74. Conselho solicita apresentação de casos de empresas aplicando Tecnologia Limpa no processo produtivo.
75. Melhorar as apresentações das empresas nos relatos de seus acidentes.
76. Conselho quer mais informações da Monsanto sobre distúrbios intestinais ocorrido com contratados na empresa.
77. Presença no Conselho da empresa Contratante e da sua Contratada, quando ocorrer acidente. A Contratante deve comunicar ao Conselho por escrito o acidente, tão logo ele ocorra.
78. Devido a um acidente rodoviário com carga perigosa em Dias D'Ávila, a transportadora foi solicitada a colocar alevino no rio atingido pelo produto derramado no acidente.
79. Conselho solicita que o CRA apresente a nova Lei Ambiental do Estado da Bahia.
80. Devido a ausência do CRA nas últimas reuniões, o Conselho solicitou o retorno de um representante do órgão ambiental nas reuniões do CCC.
81. Devido a acidentes de trânsito nas vias de acesso ao Pólo, o Conselho solicitada melhor sinalização e controle de velocidade para evitar novos acidentes.
82. Ciente da possível construção de um Presídio nas proximidades do Pólo e das cidades vizinhas, o Conselho enviar Carta às autoridades para interromper a construção do Presídio e pede apoio ao COFIC para buscar a interdição da obra.
83. Não satisfeito com a apresentação da Ciquine sobre acidente ocorrido naquela empresa e, principalmente, com as causas do acidente relatado, o Conselho envia Carta à direção da Ciquine pedindo explicações sobre providências para evitar novos casos semelhantes.
84. Após saber que poços de monitoramento em Camaçari ficaram sem serem pesquisados/analizados pela Cetrel, devido a estarem lacrados pela Embasa, o Conselho enviar Carta à Embasa para permitir o monitoramento.
85. Bayer explicar sobre o fechamento de algumas unidades de produção na fábrica de Camaçari e as conseqüentes demissões de dois terços de seus empregados.
86. Convidar a Millennium para dar esclarecimentos a respeito de seu monitoramento de águas subterrâneas, emissário submarino e outras questões não gerenciadas pela Cetrel.